

MAIO JUNHO JULHO/2004 Nº73 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Aloisio Teixeira
Mudar a macroeconomia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE

e o novo projeto de desenvolvimento

O Brasil

*precisa de educação superior,
ciência e tecnologia sintonizadas
com suas necessidades nacionais*

POR

- DERMEVAL SAVIANI
- LUIS FERNANDES
- MADALENA GUASCO PEIXOTO
- GUSTAVO LEMOS PETTA
- NEREIDE SAVIANI

LUZ SOBRE A COPEL.



Empresa pública deve servir ao interesse público. O problema é que no Paraná de alguns anos atrás não era assim. Por exemplo: os contratos que a Copel mantinha com empresas multinacionais eram lesivos. A empresa passou a dar prejuízo, fechando 2002 com R\$ 320 milhões no vermelho.

Mas, a partir de 2003, a energia da Copel atende a todos os paranaenses, e não os interesses de grupos econômicos. O período de trevas ficou para trás.

No ano passado, o lucro líquido foi de R\$ 171 milhões.

O programa Luz Fraterna, lançado no final do ano passado, é o maior programa de transferência de renda já executado no país. Perto de um milhão de pessoas de baixa renda têm suas contas de luz pagas pelo Governo. E dinheiro que não paga luz, compra comida, roupa, remédios.

O jornal Financial Times, com base em estudo da Price Waterhouse, comprovou que a Copel é a empresa de energia mais respeitada do Brasil e a terceira do mundo.

A Copel voltou a merecer a admiração de seus clientes, sendo a empresa de energia que mais respeita o consumidor, segundo pesquisa realizada em cinco capitais brasileiras pelo Instituto Brasileiro de Respeito ao Consumidor.

A Copel serve ao bem comum, gerando conforto e bem estar a 10 milhões de paranaenses.

Esta luz ninguém vai apagar.



PACTO

NACIONAL PELO DESENVOLVIMENTO

Dezesseis meses de governo Lula. Pelo que se percorreu, ele já se encontra em alto mar. A questão a saber – apesar desse mar, que já se esperava tempestuoso – é se o governo se movimenta no rumo certo. Se seu comando o direciona ao bom porto prometido.

As águas revoltas se evidenciam nas restrições internas, com a estagnação econômica herdada, e a decorrente grave crise social; nos ataques da oposição conservadora que, apesar da derrota, continuou em posições-chave da sociedade. Além de uma conjuntura internacional regida pela instabilidade de uma economia capitalista em crise e de um cenário de ameaças derivadas da escalada de guerra do governo Bush.

Como reflexo desse contexto irromperam o ascenso do movimento social, que vai à luta por suas bandeiras, e a pressão de sua própria base de apoio que reclama a reorientação da política macroeconômica.

Ao se analisar o itinerário percorrido é preciso sublinhar sempre, por mais que isso irrite Fernando Henrique Cardoso e a oposição de direita reunida em torno da aliança PFL/PSDB, que a herança neoliberal tem sido um óbice mais difícil de ser contornado do que se imaginava, uma vez que possui caráter estrutural. Mas apesar disso, o governo Lula se esforça para honrar seus compromissos e o país já conheceu importantes avanços. Sobretudo, pode se destacar que o Brasil respira mais democracia e trava-se uma luta para resgatar a soberania nacional.

Em relação à democracia, citemos apenas um exemplo. Ante o vigor assumido pela luta pela reforma agrária com a ocupação de áreas do latifúndio improdutivo, os velhos setores das classes dominantes alardearam um deus-nos-acuda e clamaram pela criminalização da luta popular, como sempre fizeram e foram atendidos por governos anteriores, principalmente pelo governo anterior. O conservadorismo, em coro, passou a exigir que o governo Lula usasse a velha receita reacionária de tratar a luta social como um "caso de polícia". Mas, muito ao contrário, o governo tem respeitado o movimento dos trabalhadores rurais, procurando atender suas demandas, postura que desagrade à velha oligarquia latifundiária e a seus aliados da direita.

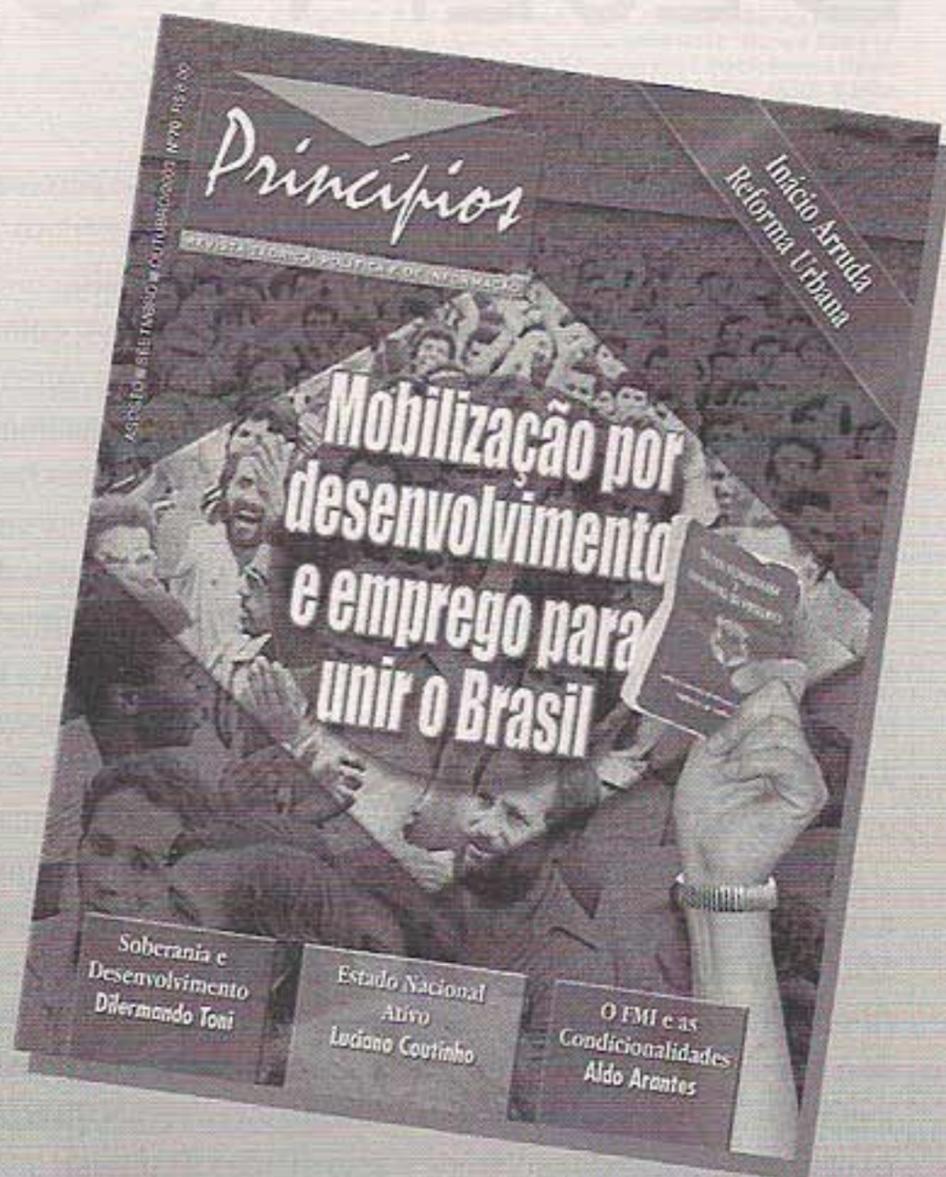
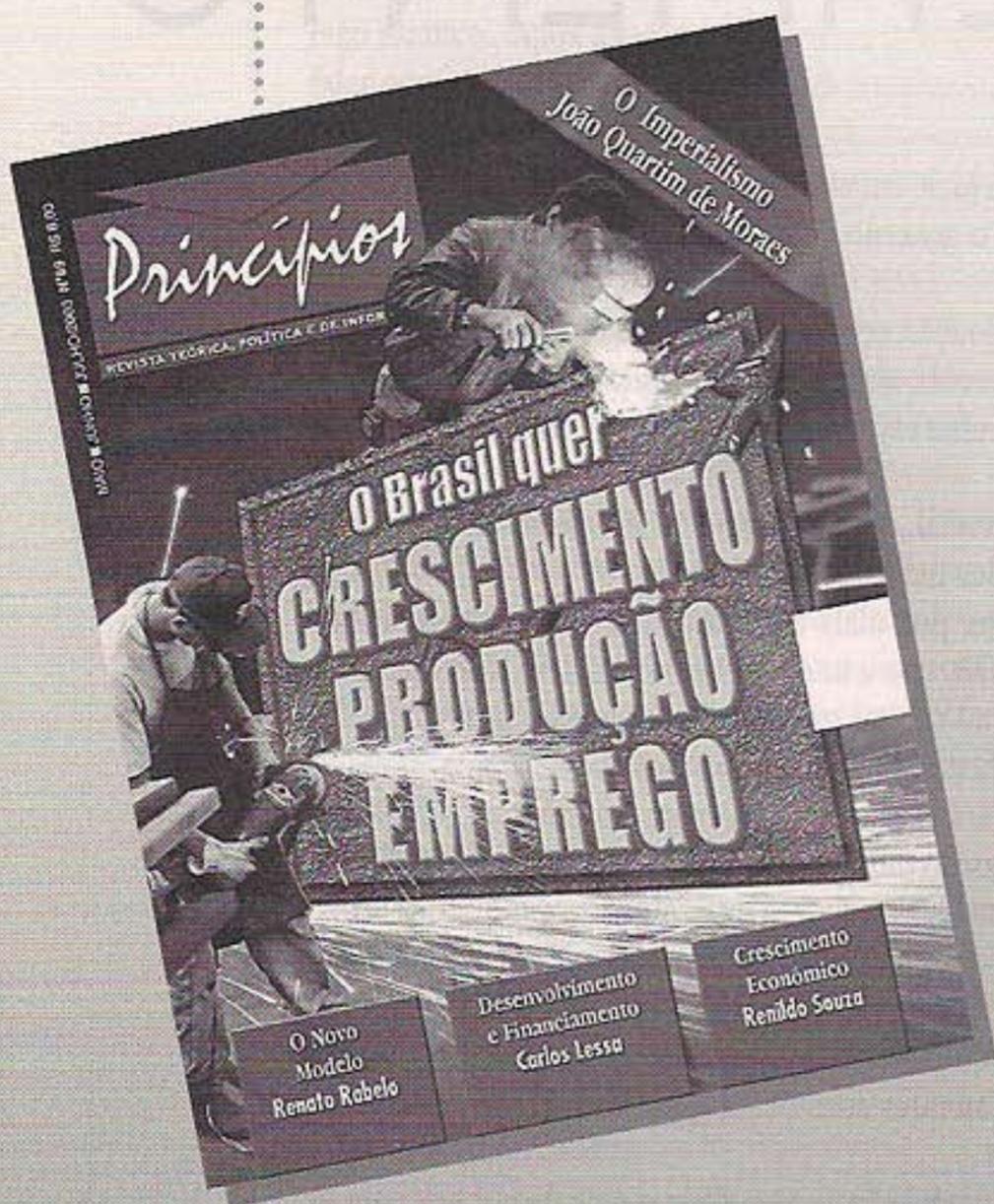
Em relação à soberania nacional, o governo soube com firmeza e habilidade desvencilhar o país de mil nós com os quais FHC havia atado o Brasil ao projeto da Alca no formato neocolonial proposto pelos Estados Unidos. E outras tantas ações; como a revitalização do Mercosul e a articulação da América do Sul, a criação do G-20, reforçando as relações soberanas com países de desenvolvimento semelhante, como a África do Sul, a Índia, a China e a Rússia etc.

Dando passos para desarmar a subordinação aos EUA aprofundada por Fernando Henrique Cardoso, que veio a público afirmar, de modo descabido, que a política externa soberana seria uma repetição da linha “isolacionista” da época da ditadura militar. Subserviente e tendo realizado governos os mais danosos aos interesses nacionais, FHC não se conforma com os esforços do atual governo em empreender a soberania do país.

Esses destaques são necessários como parte de uma avaliação multilateral do governo, com seus erros, acertos e dilemas. Sobretudo quando se vê a oposição conservadora, com um cinismo desmesurado, atacar o governo para levar a opinião pública a esquecer-se de que essa mesma oposição foi a maior responsável, quando no governo, pela criação das dificuldades enfrentadas pelo povo e o país.

Contudo, desde sua posse o governo Lula movimenta-se sob a dinâmica de um conflito de duas concepções contraditórias: a mudança e o continuísmo. Esse conflito veio a se constituir num dilema e, hoje, vai evoluindo para um impasse.

A corrente continuísta, presente no interior do governo e na sociedade, insiste em manter a política macroeconômica herdada, à frente do Ministério da Fazenda e do Banco Central impõe, ao mesmo tempo, juros muito elevados e superávits primários exorbitantes. Absolutiza as metas fiscais, canalizando grandes somas de recursos ao pagamento da dívida, subordina-se às pressões do capital financeiro e subestima os anseios de progresso e justiça social tão presentes na maioria da nação.



Princípios tem enfocado a necessidade da união dos brasileiros pelo desenvolvimento nacional.

Por seu turno, a vertente da mudança, que abarca os trabalhadores; setores do empresariado; intelectuais progressistas; e partidos da base governista, cotidianamente, tem se pronunciado pela mudança da política macroeconômica, alertando para o fato de que não se elegeu o presidente Lula, num embate histórico, para tão somente repetir os fundamentos do modelo neoliberal que levou o Brasil ao fracasso. Defende o desenvolvimento, o emprego e a distribuição de renda.

Diante desse conflito, o núcleo do governo, ao que parece, optou pela tentativa de conciliar essas duas concepções. Assim, nos dias atuais, presencia-se o esforço de implementar o desenvolvimento com o paradoxo de se manter diretrizes macroeconômicas neoliberais restritivas ou impeditivas desse mesmo desenvolvimento.

Como tal conciliação é impossível – como misturar água e azeite – o país precisa crescer, e isso não acontece. Mesmo as estimativas de crescimento, algo em torno de 3% do PIB, são acanhadas para as demandas sociais e econômicas. Em consequência, a vulnerabilidade externa persiste e agrava-se o desemprego, a queda da renda e do consumo das famílias dos trabalhadores. Inevitavelmente, o governo acaba se desgastando junto à população.

A superação desse cenário, sob o prisma dos interesses nacionais e populares, impõe ao governo uma escolha política, cujo tempo já chegou. As demandas sociais e políticas pelas mudanças tornam-se mais agudas. Se o governo não faz essa opção em tempo hábil, seu sucesso fica ameaçado. O que a realidade da economia exige é direcionar, sem demora, o país no rumo do desenvolvimento e do emprego.

É compreensível que em um ano e meio não se possa alcançar um objetivo dessa magnitude. Mas o que se espera são gestos, sinalizações, medidas que demonstrem que, de fato, o governo tem no horizonte um novo projeto nacional de desenvolvimento, assentado na soberania, na democracia e na justiça social.

Por exemplo, no caso do salário mínimo, embora a matéria ainda esteja no Congresso Nacional, o irrisório aumento anunciado foi um sinal negativo. Uma frustração.

A queda contínua e acentuada nos juros para diminuir os custos de produção, baratear o crédito, incentivar os investimentos é uma sinalização inadiável, imperativa. Do mesmo modo é importante que se concretizem os investimentos prometidos à habitação, ao saneamento básico, ao fortalecimento da infra-estrutura do país.

Além dessas iniciativas, é preciso criar condições para medidas mais consistentes, como a reestruturação da dívida e o controle de capitais. Longe de ter caráter irrealista, medidas dessa natureza já se mostraram eficazes em vários países do porte do Brasil e que enfrentavam problemas semelhantes.

Nesse sentido, para superar o impasse já assinalado e garantir a transição mudancista essencial à vitória do governo Lula, a proposta da direção nacional do Partido Comunista do Brasil é pertinente. Ela quer o desencadeamento de um amplo movimento nacional pelo desenvolvimento, geração de empregos e distribuição de renda. Quer um pacto nacional pelas mudanças.

Os trabalhadores e o povo, tendo por base suas entidades e movimentos, são também chamados a reforçar o necessário papel de protagonistas e impulsionadores dessa mudança.

Universidade para um Brasil soberano e desenvolvido

Nesta edição, *Princípios* enfoca o atual debate sobre a reforma universitária.

Um projeto de país que atenda ao clamor de desenvolvimento, geração de empregos e distribuição de renda exige uma universidade pública à altura dessas demandas – uma universidade mais pública, gratuita, mais autônoma, mais democrática, com mais qualidade e capaz de gerar o desenvolvimento científico e tecnológico para atender às necessidades do desenvolvimento industrial e também da inserção soberana e ativa do Brasil no contexto mundial.

Comissão Editorial

Internacional



Caixões de soldados dos EUA mortos no Iraque.

Resistência iraquiana e traços da situação mundial

Os EUA, sob o governo Bush, tornaram o mundo um lugar mais inseguro.

José Reinaldo Carvalho **pág. 8**

Brasil

A continuidade econômica é o maior risco

Entrevista com Aloísio Teixeira

Por Edvar Luiz Bonotto e Ana Rocha

pág. 13

A violência está à mesa

Seu crescimento está ligado à crise econômica e ao enfraquecimento do Estado.

Edmilson Valentim

pág. 19

A nova lei de biossegurança

O debate que envolve o novo projeto que tramita no Congresso.

Renildo Calheiros

pág. 22

Educação e universidade

Reforma universitária: queremos mais

Os estudantes querem uma nova universidade para um novo país.

Gustavo Lemos Petta

pág. 25

Universidade pública: fator estratégico ao desenvolvimento

Entrevista com Dermeval Saviani

pág. 29

Reforma universitária: propostas em curso

Quadro comparativo entre a Constituição e os projetos no Parlamento.

Nereide Saviani

pág. 36

Superar o abandono da universidade pública.

Educação e universidade

A reforma do ensino superior privado

É necessário conceber e regulamentar o ensino privado como concessão do Estado.

Madalena Guasco Peixoto

pág. 42

Ciência e tecnologia

“Ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional”

Entrevista com Luis Fernandes

Por Edvar Luiz Bonotto

pág. 48



Revolução dos cravos.



História

40 anos do golpe militar de 1964: desenvolvimento soberano versus integração subordinada

Os dois projetos antagônicos continuam em disputa.

José Carlos Ruy

pág. 54

Diên Biên Phú na história e na identidade da nação vietnamita

A batalha que marcou a vitória sobre o imperialismo francês.

Phan Huy Le

pág. 59

Edward Said: 1935-2003

Nota biográfica do intelectual palestino.

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho

pág. 69

“Que viva abril, sempre!”

Entrevista com Carlos Carvalhas

Por Adalberto Monteiro

pág. 64

Cultura

Em defesa da cultura brasileira

“Carta de São Paulo”, do Instituto Maurício Grabois

pág. 73

Resenhas

pág. 79

Cartas

pág. 82

Capa: Flávio Nigro

A RESISTÊNCIA IRAQUIANA e traços da situação mundial

José Reinaldo Carvalho

*Nunca como agora o
imperialismo norte-americano
sofreu tamanho isolamento
diplomático e político*



Transporte de soldados norte-americanos mortos no Iraque.

Vivemos num mundo perigosamente dominado por um império insano, uma superpotência que decidiu fazer a guerra aos povos para assegurar a sua hegemonia. Transcorre uma época cruenta, caótica, caracterizada por uma sucessão de transtornos, caos e ameaças à segurança e à paz. A própria sobrevivência da humanidade encontra-se ameaçada. Não sabemos se em alguma outra época precedente o gênero humano já viveu crise como a que estamos presenciando.

Há pouco mais de um ano, caía o último bastião de uma então surpreendentemente frágil resistência iraquiana em face das tropas agressoras norte-americanas e ruía o regime de Saddam Hussein. A imagem grotesca de um punhado de “populares” – a olho nu era possível contá-los nos dedos mesmo num écran de pequenas dimensões – derrubando a estátua do presidente deposto, correu mundo como símbolo da “libertação nacional” do Iraque. Meses depois a prisão de Saddam num oco subterrâneo, divulgada em imagens repetidas à náusea pelos mesmos meios de comunicação, era festejada como a consolidação suprema do triunfo americano, o selo de garantia da reeleição de Bush e o ponto culminante de sua missão saneadora no Iraque. Faltaria apenas a democratização do país, através de eleições, da “entrega do poder” aos iraquianos e da constituição do “governo” local. Quatro meses depois, respondendo a uma aguda crítica do senador democrata Ted Kennedy, para o qual o Iraque se tornou no novo Vietnã dos Estados Unidos, o secretário de Estado Colin Powell chamou-o de antipatriótico, porque... “Estamos em guerra”. Sem querer o secretário do governo Bush confessava uma dentre muitas deliberadas mentiras que serviram e servem de manto ao comportamento político da atual administração norte-americana, qual seja: suas tropas estavam sendo recebidas como libertadoras; e, primeiro com queda, depois com a captura de Saddam, o Iraque se pacificava e caminhava para a democratização. Eis que os maiorais do governo imperialista são obrigados a confessar, um ano depois da proclamada vitória: “estamos em guerra”.

Nós outros, que sempre nos opusemos a essa guerra criminosa e suja, vamos mais além da mera constatação para afirmar que não só estão em guerra, guerra contra o povo, guerra por saque de riquezas, no caso o petróleo, guerra por posições estratégicas, tendo em vista o conjunto do Oriente Médio e da Ásia Central e Oriental, guerra pelo domínio do mundo, guerra para enfrentar os problemas decorrentes da sua agonia lenta como potência imperialista, para tentar escapar às suas inarredáveis fragilidades estruturais, como estão sendo derrotados nessa guerra.

E esta é a grande novidade da conjuntura e é o ponto

que merecia detida reflexão das forças antiimperialistas.

É preciso captar esse sinal da conjuntura como a senha de que se inicia uma nova fase na existência do imperialismo, porquanto a percepção da derrota torna-o inevitavelmente mais agressivo, infinitamente mais agressivo. Se isto for verdade, há de ter repercussões relevantes na estratégia e na tática da luta antiimperialista.

Sob qualquer ângulo de análise, não há como negar: a estratégia imperialista norte-americana no Iraque fracassou, como vem fracassando também – poucos falam disso – no Afeganistão. A colossal concentração de tropas, o emprego maciço da aviação e de armas as mais modernas foram suficientes para cumprir a primeira etapa da batalha – derrubar o regime de Saddam. Embriagados com a vitória, na época os apologistas do imperialismo tripudiaram sobre os que erroneamente previram que a tomada de Bagdá se assemelharia à batalha de Stalingrado e apostavam num desfecho diferente. Vistas as coisas com serenidade e distanciamento, hoje sabemos ser impossível uma Stalingrado, como metáfora de resistência prolongada naquele cenário de batalha. Diversa, porém, é a situação a um ano do desfecho da agressão.

A Resistência não só aconteceu, como se impôs. O Pentágono contabiliza quase um milhar de mortos e milhares de feridos em suas fileiras. É quase nada em face das dezenas de milhares de iraquianos, inclusive civis, que o Exército americano assassinou, mas são perdas pesadas em se tratando de um exército “vencedor” e levando em conta que durante a guerra de março-abril de 2003 morreram apenas pouco mais de uma centena de americanos. Desde 9 de abril do ano passado, quando caiu a última fortaleza de Saddam, não passou um dia sequer sem que comandos e tropas norte-americanas fossem atacados e sem que os colaboracionistas pagassem o preço pela traição à pátria. O chamado Conselho de Governo, um amontoado de fantoches escolhidos a dedo pela Administração colonial, é odiado pelos patriotas e ignorado pela população. Simplesmente suas instituições não funcionam, além de serem alvo de ataques, mormente a polícia. Os efeitos da Resistência sobre a soldadesca americana e da chamada coalizão são devastadores. Mais de um milhar de soldados e oficiais já receberam tratamento psiquiátrico, o número de suicídios se elevou a mais de 30 e dezenas de desmobilizados que retornaram à casa assassinaram suas mulheres e filhos. O Pentágono toma medidas para substituir integralmente até o final de maio os 110 mil soldados que constituíam o exército à época que o regime de Saddam foi derrubado.

Tudo isso ocorre a despeito de o exército invasor estar cometendo crimes e todo tipo de violações dos direitos humanos e das convenções de guerra, atacando populações

civis e torturando prisioneiros. O Exército de ocupação bombardeou com mísseis diversas cidades iraquianas – Sadr, Adamiya, Fallujah, Shula, Najaf e outras. É que nessas cidades, como em todo o Iraque instalou-se uma inimaginável resistência. O cenário das duas semanas anteriores era de uma generalizada insurreição popular, que cobrou força e amplitude e revelou o heroísmo das massas populares em luta, como é comum ocorrer em situações semelhantes.

Não é de terrorismo que se trata, como pretende a mídia a serviço da Casa Branca. Por mais que o ser humano reaja com asco ante as imagens de corpos calcinados de soldados e oficiais dos exércitos de ocupação, é preciso ter coragem e frieza para dizer, como o escritor paquistanês Tarik Ali, autor de *Bush na Babilônia – a Recolonização do Iraque*, que não se pode esperar uma resistência bela a uma ocupação feia, a menos que se pretenda viver num cenário de um filme hollywoodiano ou de uma comédia italiana.

O que está em tela no Iraque é a luta contra a ocupação, a preponderância em diversas camadas da população da aspiração de restaurar a soberania do país, através dos atores mais diversos e do emprego de múltiplas formas de luta que vão da resistência passiva, das manifestações de massas até ousadas ações de guerrilha urbana e rural e o levantamento de cidades e regiões inteiras como agora ocorre. Quanto às forças da resistência, o jornalista francês Patrick Theuret, editor da revista *Correspondências Internacionais*, localiza 15 grupos de diferentes tipos e orientações, entre organizações laicas e religiosas, o Partido Baath, forças nacionalistas diversas, e correntes comunistas que se opõem à posição colaboracionista adotada pelo partido comunista. Uma resistência assim tão diversa terá em seu seio até forças retrógradas e anticomunistas, como algumas correntes do sunismo e do chiismo. Mas não podemos incorrer no erro de analisar a resistência iraquiana segundo figurinos preestabelecidos ou pretendendo que repita experiências históricas vividas em outros momentos e latitudes. O mesmo ocorre no Afeganistão, onde a resistência antiimperialista aglutina forças desde os talibãs até os comunistas. Não esperamos tampouco que surja tão formosa como Atenas da cabeça de Zeus uma plataforma de união nacional com pontos bem alinhavados e objetivos estratégicos claramente definidos. Por ora esperemos da resistência iraquiana apenas o que ela é: uma reação legítima ao ocupante. E saudemos os avanços que já alcançou em termos de unidade de ação, bem como seus êxitos no campo de batalha. Apoiá-la é nosso dever fundamental, como partido comunista revolucionário, como frente política de centro-esquerda em formação e como governo

progressista de coalizão de forças democráticas e nacionais. As necessárias boas relações que nosso país necessita cultivar com todos os países do orbe inclusive os Estados Unidos não são incompatíveis com uma serena e firme posição de nossa diplomacia nos organismos internacionais contra a odiosa ocupação de um país imperialista sobre outro. E nos preparemos como analistas da situação mundial, e militantes da causa antiimperialista, para inscrever por muito tempo em nossa agenda a luta contra a ocupação do Iraque. Pode durar décadas. Há 50 anos a Palestina martirizada se debate sob o guante assassino dos sionistas israelenses e malgrado inúmeros “planos de paz” e reiteradas resoluções da ONU mandando Israel se retirar para suas fronteiras a questão palestina só faz se agravar, com o seu povo hoje ameaçado de extermínio. O Vietnã precisou de 15 anos para vencer na guerra de libertação nacional contra o imperialismo norte-americano. De quanto tempo o Iraque necessitará não sabemos. Mas para nós está claro ser impossível no mundo de hoje uma potência agressora manter-se incólume exercendo um regime de ocupação, por mais forte que seja.

O governo Bush se encontra empenhado agora em organizar o governo fantoche local. Precisa desesperadamente parar a resistência e tirar a questão iraquiana da agenda eleitoral. Há uma profusão de arranjos institucionais e de maquinações para encenar a participação, decerto não desinteressada, da “comunidade internacional” na “transição” iraquiana. Não têm faltado prestimosos colaboradores que agora cinicamente preconizam um “novo papel” para a ONU. Mas há algumas questões essenciais sobre as quais não nos podemos permitir equívocos. A Constituição iraquiana é uma contrafação, o governo local será um governo fantoche, sua soberania será letra morta, porquanto atuará sob tutela norte-americana e debaixo de ocupação militar. Não merecerá reconhecimento internacional. Os Estados Unidos não fizeram a guerra por nada. Não foi simplesmente, como proclamam em deliberada mentira, para afastar do poder um ditador, nem para destruir o arsenal de armas de destruição maciça. Se Comunidade Internacional houvesse, os Estados Unidos teriam de ser sancionados, pois foram organismos oficiais do sistema das Nações Unidas que atestaram a inexistência de tais armas no Iraque. Bush foi à guerra com o objetivo estratégico de reforçar a presença militar estadunidense na região do Golfo Pérsico-Arábico e Oriente Médio, onde se encontram dois terços das reservas petrolíferas mundiais e para conquistar mais terreno em sua luta pelo domínio absoluto do globo. Não é para pacificar, democratizar ou para conceder soberanias que os Estados Unidos consignaram para o exercício de 2003-2004 a colossal cifra de

500 bilhões de dólares para despesas militares —mais do que um PIB brasileiro, ou a mesma soma que gasta com armamentos e forças armadas o resto do mundo.

Eram falsas as expectativas de que a guerra no Golfo traria paz e segurança ao mundo. Um ano depois, o mundo é um lugar mais inseguro e a guerra somente estimulou mais o terrorismo, longe de combatê-lo ou neutralizá-lo. Foi mais uma mentira de Bush.

Esses fatos estão relacionados com a opção da Casa Branca de pôr a guerra no centro da sua atividade internacional, eliminando na prática a diplomacia. Nossa análise tem que considerar esta questão como essencial para a compreensão do conjunto da situação. Trata-se de uma tendência que se vem delineando desde a chamada era Reagan, nos anos 80, expressou-se de forma diversa nos anos 90 (primeira guerra do Golfo, guerras da Somália, Bósnia e Kosovo) e se plasou em definitivo com a assunção do poder pelo grupo ultraconservador de Bush-Cheney-Wolwowitz. É importante derrotá-la nas eleições deste ano, pois a reeleição de Bush lhe dará crédito para dar novos passos na aplicação de semelhante estratégia. O pano de fundo dessa tendência é o surgimento do mundo unipolar, a chamada novíssima ordem, que sucede à ordem do pós-segunda grande guerra marcada pela guerra fria e pela divisão do mundo em esferas de influência da URSS e dos EUA. Mas esses fenômenos estão ligados também ao que se pode chamar de paradoxo de nossa era. É que o momento mais vertiginoso do exercício da supremacia norte-americana, a época em que parece natural a sensação do poder absoluto, porque de fato os EUA reinam sozinhos e é colossal a sua força, corresponde também ao de exibição de sua fragilidade estrutural e de seu declínio histórico. Não seremos tão otimistas como o filósofo e historiador britânico Eric Hobsbawn, um dos maiores de seu tempo, para o qual não a nossa, mas a próxima geração verá a derrocada desse império; mas seremos enfáticos ao repisar e salientar as evidências de tal declínio. A doutrina atual da Casa Branca e a agressividade com que se comporta o imperialismo decorrem da urgência que tem esse imperialismo de encontrar uma resposta ao seu declínio estrutural. Os déficits colossais nas contas externas americanas; a queda continuada e acentuada do dólar; a perda de terreno relativa da economia americana em face das concorrentes e a hoje admitida (sem autocritica dos que defendiam até bem pouco outro ponto de vista) impossibilidade de espontaneamente o mundo financiar o déficit americano; e a manutenção da supremacia do dólar — são manifestações aparentes do fenômeno que devemos estudar

com espírito reflexivo e agudo, pois somente da compreensão precisa desse fenômeno será possível extrair adequadas conclusões políticas e iluminar a nossa estratégia.

O ambiente de instabilidade que tem por foco o Oriente Médio se complica ainda mais com a deriva de violência que marca a ação do governo israelense de Ariel Sharon. No centro da sua estratégia, que conta com o beneplácito explícito de Washington, está o extermínio do povo palestino, para o que é necessário cumprir a etapa do aniquilamento da Autoridade Nacional Palestina, à frente Arafat, e das principais lideranças políticas, militares e religiosas da resistência palestina.

De tudo o que foi dito até aqui, extraímos a conclusão de que entra para a ordem do dia da atividade política internacional do nosso Partido e do movimento progressista no Brasil a luta pela paz e contra a ocupação imperialista no Oriente Médio, compreendendo, cada qual com sua especificidade, o Iraque, o Afeganistão e a Palestina. E não se trata meramente de hipotecar solidariedade (o que já é grande coisa), mas de pautar uma luta estratégica e de longo prazo. Diríamos mesmo que a luta pela paz e contra a política de guerra e de ocupação imperialista estará no centro de nossa atividade talvez durante décadas. Esta luta é inseparável da que propugna uma nova ordem internacional, um novo sistema internacional, baseado no multilateralismo, no redesenho e na mudança de caráter e forma dos organismos internacionais.

Devemos destacar como fato saliente da conjuntura o isolamento das posições norte-americanas e a derrota da política dos fautores e defensores da guerra. Nunca como agora o imperialismo norte-americano sofreu tamanho isolamento diplomático e político. Deixou profundas marcas nas

A retirada dos soldados espanhóis do Iraque é uma conquista do movimento antiguerra.

relações entre as potências a recusa de Alemanha, Rússia, França e China a apoiar a decisão norte-americana de ir à guerra. Como também deixa e deixará marcas a derrota sofrida pelo direitista governo espanhol, de José Maria Aznar, um dos mais declarados sabujos do imperialismo na Europa. A decisão do novo presidente do governo espanhol, José Luís Zapatero, de retirar os seus soldados do Iraque é uma conquista do movimento antiguerra e da luta democrática do povo espanhol e em toda a Europa. Atestam também a derrota americana as defecções na coalizão agressora depois da decisão do novo governo da Espanha.

A América Latina tem sido nos primeiros anos deste século palco de grandes lutas.

Ainda é cedo para detectar o aparecimento de nova tendência política na Europa, mas quiçá a derrota da direita na Espanha possa ser o começo de um longo processo de inversão de correlação de forças no velho continente, que há de levar de vencidos os governos pró-americanos de Blair, Berlusconi, Durão Barroso e outros. Por outros motivos, depois da Espanha pronunciaram-se na França fortes sinais de retomada de posições democráticas, nas eleições regionais, em que a centro-direita foi duramente castigada nas urnas em decorrência da política anti-social e antioperária que leva a efeito, consubstanciada em reformas de corte neoliberal nos sistemas legais previdenciário e laboral, mostrando assim que mesmo com uma política externa aprovada pela maioria dos franceses e

mesmo sendo ainda recente o apoio recebido por Chirac no embate com a extrema-direita, quando é esclarecido, o eleitorado não perdoa governos conservadores nas áreas econômicas e sociais. Pelo menos tem sido assim na Europa, quando os direitos dos trabalhadores são atacados pelo neoliberalismo. Tem sido assim também na América Latina, onde ainda ecoa com força o estrépito da queda de Fernando de La Rúa.

Outro aspecto saliente da situação mundial é a nova luta dos países em desenvolvimento contra o protecionismo dos países ricos e por uma nova ordem econômica mundial, que teve como expressão destacada a reunião da OMC em Cancun e os embates nela conduzidos pelo Brasil e de que participaram também China e Índia e resultaram na formação do G-20. Numa conjuntura econômica marcada por dificuldades generalizadas e pelo fracasso do neoliberalismo, esta luta tende a marcar a conjuntura por muito tempo. Terá muitos desdobramentos, altos e baixos. Fiquemos atentos para a próxima reunião da UNCTAD e do G-77 a se realizarem brevemente em São Paulo, no mês de junho.

Debrucemo-nos agora rapidamente sobre o quadro em evolução na América Latina, onde foi mais patente o fracasso do modelo neoliberal – do que são contundentes exemplos a Argentina, o México e o Brasil. A insistência nas políticas ortodoxas pode conduzir à ruína os países que a adotam sendo, pois, preocupante que o nosso país, sob governo politicamente progressista, permaneça com a mesma orientação que levou ao afundamento da Argentina.

Reflexo dessa situação de fundo, responsável por uma crise social sem precedentes, a AL tem sido nos primeiros

anos deste século palco de grandes lutas, nas quais se prenunciam importantes mudanças. Aqui confluem para o mesmo leito lutas pacíficas de massas, embates eleitorais, levantes espontâneos, insurreições e mesmo uma guerra civil, como a da Colômbia. Desse ambiente surgiram governos progressistas como o de Lula e de Chávez e o novo governo da Argentina, encabeçado por Nestor Kirchner que, saído embora do mesmo sistema político-partidário dominante, opõe certa resistência às orientações neoliberais.

Com suas atenções e forças concentradas nas guerras de ocupação do Oriente Médio e Ásia Central o imperialismo norte-americano não tem dedicado a atenção de outros tempos ao subcontinente latino-americano. Pelo menos foi o que afirmou o secretário de Estado Colin Powell, segundo o qual, a AL no momento não é prioridade da política exterior estadunidense. Mas não há como escamotear o fato de a AL fazer parte dos planos estratégicos permanentes do imperialismo norte-americano por razões óbvias. No eixo de sua atenção no momento estão: o combate à Revolução Cubana, a desestabilização, através de ingerências golpistas – até agora todas fracassaram – do governo bolivariano de Hugo Chávez, o esmagamento da luta guerrilheira na Colômbia, a imposição da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) como instrumento neocolonialista e a neutralização do Brasil e da Argentina como pólos potenciais de resistência política e econômica às políticas neoliberais. A presença de tropas no Haiti indica que os EUA não dispensam pouca atenção à América Latina.

Nossas tarefas concernentes à América Latina consistem em manter a solidariedade a Cuba e à Venezuela, apoiar os esforços da diplomacia brasileira para consolidar o Mercosul e integrar o subcontinente sul-americano e o decidido combate ao plano neocolonialista da Alca. É um sofisma supor que para acessar o mercado norte-americano será necessário assinar a Alca. O Brasil não deve assinar o acordo. Compreendemos a posição do nosso governo e apoiamos todas as manobras protelatórias e inviabilizadoras da Alca levadas a efeito por nossa diplomacia, mas insistimos: o Brasil não deve assinar a Alca. Esta é a expectativa e a posição dos movimentos patrióticos e progressistas em toda a América Latina, bem como das forças nacionalistas, populares e de esquerda no Brasil. O verdadeiro esforço pela integração da América Latina, para o qual o governo do presidente Lula em muito tem contribuído, é incompatível com a Alca. ●

José Reinaldo Carvalho é jornalista, vice-presidente do Partido Comunista do Brasil e secretário de Relações Internacionais, autor de *Conflitos Internacionais num Mundo Globalizado* (Ed. Alfa Omega, 2003) e *A Luta antiimperialista versus a Hegemonia Norte-Americana* (2004).

A CONTINUIDADE ECONÔMICA

é o maior risco

Entrevista com Aloisio Teixeira

Por Edvar Luiz Bonotto e Ana Rocha

Aloisio Teixeira é Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e Professor Titular da UFRJ. Nesta entrevista ele aborda alguns elementos necessários a um novo projeto de desenvolvimento econômico para o país



Wagner Sant'Anna

O senhor é economista por formação. Em traços gerais, que diagnóstico é possível fazer da economia brasileira neste momento, tendo em vista a herança neoliberal encontrada pelo novo governo?

Aloisio Teixeira – O governo do presidente Lula encontrou um quadro – conhecido por todos os brasileiros – caracterizado por baixas taxas de crescimento; desemprego aberto; ampliação do subemprego urbano e rural; desestruturação do aparelho do Estado que se tornou incapaz de prover com eficiência os serviços públicos básicos, tanto na área social como na de infra-estrutura econômica. Esse quadro, no entanto, não resultou de uma catástrofe natural ou de um movimento estrutural da economia brasileira. Ele foi, isso sim, o resultado de uma política econômica, levada a cabo desde o início dos anos 90 do século passado; principalmente pelo governo FHC.

A questão que se coloca para todos nós é por que insistir em uma política cujos resultados já sabemos quais são. No governo passado, essa política tinha sentido. Ela não era fruto da incompetência, da falta de vontade política ou da corrupção, ainda que uma ou outra delas possam ter ocorrido. O governo passado insistia nessa política – e procurava silenciar ou desqualificar todas as vozes discordantes – porque ela era adequada ao seu projeto de país; projeto esse orientado para a construção de uma nova inserção internacional para o Brasil.

O significado daquele projeto, tão conhecido de todos nós, era o completo alinhamento do país aos desideratos da potência hegemônica. Para realizá-lo, tornava-se necessário estabilizar a moeda, abrir os mercados e elevar a taxa de juros. Isso era feito para atrair o grande capital financeiro em direção ao patrimônio público, para privatizá-lo; e ao setor privado nacional, para desnacionalizá-lo.

O resultado foi um dos mais profundos processos de transferência patrimonial realizados no país, nos últimos anos, com a venda de empresas nacionais, públicas e privadas às empresas internacionais, também elas públicas ou privadas. O capital entrante, por sua vez, encontrava um aliado natural na nova elite financeira, formada por bancos e instituições financeiras de geração recente e pelos fundos de pensão. Juntos, compuseram a fração que se beneficiou das políticas então implementadas.

Nesse quadro, a desmontagem do Estado nacional era um corolário e uma premissa, sendo as chamadas “reformas” (previdenciária, trabalhista etc), bem como a desoneração do Estado em relação às políticas sociais, parte indispensável do cardápio de medidas a serem adotadas. O Estado desenvolvimentista foi destruído e, em seu

lugar, foi restaurado o Estado patrimonialista; só que agora, a expressão da riqueza (e do poder) já não é o patrimônio imobiliário (a terra), mas o mobiliário (a circulação financeira).

Retomando a questão central, pergunto: Faz sentido manter essa política? Será a base social de apoio deste governo a mesma do governo anterior? Serão idênticos os projetos de nação? Será o mesmo o conceito de Estado?

Creio que a resposta só pode ser não.

Vale, no entanto, frisar – e por isso eu fiz questão de destacar que o quadro encontrado pelo atual governo era do conhecimento de todos os brasileiros – que a consciência de que a política macroeconômica deveria mudar serviu de combustível para a eleição, por esmagadora maioria, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E mais: esta mudança não tem nenhum conteúdo anticapitalista. Ao contrário, medidas destinadas a retomar o crescimento e a aumentar o emprego e a renda correspondem ao anseio comum dos trabalhadores e dos empresários do setor produtivo do país.

Quais os principais acertos e problemas do novo governo em política macroeconômica?

Aloisio Teixeira – A meu ver, não houve acertos em matéria de política macroeconômica – ainda que reconheça a propriedade do debate sobre a profundidade e a extensão dos problemas encontrados pelo Governo no início de sua gestão.

Basta lembrar um episódio, ocorrido em plena campanha eleitoral, que todos acompanharam com apreensão: quando se consolidou a certeza da vitória de Lula, aqueles que se beneficiavam das políticas então em curso desencadearam um ataque especulativo sem precedentes sobre os fragilíssimos fundamentos da política econômica. O que fez o governo FHC? Ao invés de proclamar o seu fracasso e ajudar a criar condições para a mudança que se evidenciava necessária, esse governo, em plena campanha, com o país às portas da bancarrota, socorreu-se do FMI para evitar a moratória.

Além disso, ao fazê-lo, o governo da época passou a exigir de todos os candidatos à Presidência o endosso ao pedido de ajuda. Tratava-se, agora se sabe, de um verdadeiro “golpe branco” preventivo para evitar que o resultado eleitoral pudesse pôr em marcha uma política econômica alternativa, correspondente aos anseios da nação – crescimento com justiça social e não submissão aos interesses do mercado. O endosso, arrancado a fórceps no final da campanha, tinha o propósito único de tornar o modelo que fracassara e seria frago-

rosamente derrotado nas urnas no único modelo possível, amarrado ao compromisso de sua sustentação pelo futuro governo.

Neste quadro, ao tomar posse, a opção do governo do presidente Lula foi por um caminho de prudência, adiando as esperadas mudanças na política econômica. A razão alegada consistiu na necessidade de evitar turbulências e alcançar ampla credibilidade na comunidade financeira internacional, com a adoção de comportamentos considerados adequados à fase de ajustamento às funções de governo.

O povo brasileiro e as forças políticas que tornaram possível a vitória eleitoral de Lula – mesmo sem concordar com esse ponto de vista – entenderam essa decisão como um movimento tático. Mas, passados quinze meses, já não se pode mais falar em herança maldita. O quadro macroeconômico que o governo enfrentará daqui para frente é o resultado de suas próprias decisões. E não se pode nem mesmo dizer que a pretendida credibilidade junto à comunidade financeira internacional tenha sido atingida: basta ver os relatórios dos grupos JP Morgan, Citygroup e Merrill Lynch, recentemente divulgados pela imprensa brasileira; neles, está claro que a política econômica brasileira não apenas não logrou êxito, como produziu estagnação e ampliou a vulnerabilidade externa do país.

A única conclusão a que se pode chegar é que não se justifica mais a continuidade dessa política – continuidade, aliás, reconhecida pelo ministro da Fazenda e evidenciada pelas referências elogiosas que a ela fazem expoentes do governo passado, inclusive o ex-presidente FHC.

A esperança da sociedade brasileira e o esforço das forças mais progressistas da coligação que apóia o governo voltam-se para o presidente na certeza de que ele mais do que ninguém sabe que a manutenção desta política por mais tempo não acarretará outros resultados senão os já experimentados no passado: taxas medíocres de crescimento, oferta insuficiente de empregos e, como contrapartida, a ampliação infinita dos programas de compensação social, que podem até aliviar momentaneamente a fome, mas que não resolverão os problemas estruturais da miséria e da desigualdade.

O presidente sabe que terá de abandonar este modelo e dar uma guinada em direção a um novo paradigma. E a mudança terá que atingir os fundamentos da política econômica, com o abandono das metas de elevadíssimos e desnecessários superávits fiscais primários e com a adoção do controle seletivo sobre o fluxo de capitais externos, até a recuperação do controle sobre a dívida pública e, conseqüentemente, sobre a moeda nacional.

Que papel o Estado nacional deve ter num novo modelo de desenvolvimento?

Aloisio Teixeira – Um dos fundamentos da política herdada pelo governo, e por ele continuada, tem sido a desmontagem do Estado nacional. Sua conseqüência direta é o atual estado em que se encontra o aparelho público, sem condições mínimas para prestar serviços adequados de saúde, educação, segurança e habitação; fundamentais para a construção da cidadania e para garantir padrões de vida decentes para todos.

Paralelamente à reorientação da política econômica há que se reformar o Estado, ampliando sua capacidade de intervenção.

Nesse sentido, vale apontar um equívoco – ou, mais precisamente, um fator de diferenciação – no debate hoje travado em relação à política econômica. Não basta – embora isso seja indispensável – reduzir a taxa de juros. A simples redução da taxa de juros (que trai, em sua essência, uma fé inabalável no capital como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico) outra conseqüência não terá senão reduzir o grau de endividamento das empresas e engordar os lucros capitalistas, a menos que seja combinada com a ampliação do gasto público e com uma política industrial explícita, orientada pelas frentes de expansão abertas pelo investimento do governo.

Ao defendermos o papel central a ser desempenhado pelo Estado nacional nesta etapa de reestruturação da vida social, não queremos dizer que o Estado brasileiro, tal como foi construído pela elite, deve ser conservado. Não. Paralelamente à reorientação da política econômica há que se reformar o Estado, ampliando sua capacidade de intervenção na vida econômica e social, democratizando-o e criando novos mecanismos de controle social sobre sua ação.

Vulnerabilidade externa, juros, superávit fiscal versus crescimento econômico – como sair dessa equação?

Aloisio Teixeira – Trata-se aqui, antes de tudo, de desmistificar imediatamente a idéia – tão a gosto de nossos neoliberais de todos os matizes – de que a política econômica é uma questão técnica, não havendo alternativa àquela que vem sendo adotada há mais de uma década.

Não! Esta é uma questão de natureza política e como tal deve ser enfrentada. O que significa, obviamente, que implica em riscos. Para enfrentá-los, é preciso romper com o atual quadro de letargia em que se emaranhou o governo e partir para uma ampla mobilização de todos os que, independentemente de filiação partidária ou orientação ideológica, não aceitam por mais tempo uma política econômica que frustra as esperanças nacionais por um futuro melhor.

Somente assim poderá ser gerada a base de sustentação para a mudança que se faz necessária. Só com o apoio da opinião pública mobilizada poderá o governo conquistar a força política e moral necessária para vencer a resistência dos que defendem o imobilismo e a abdicam da vontade de mudar. Só assim poderá efetivamente o governo representar os interesses básicos do país e fazer frente à voracidade dos que se aproveitam desta situação.

Se o caminho da mudança é um caminho que implica riscos, maiores riscos ainda são os que decorrem do conformismo e da continuidade, pois estes são os riscos da explosão da ira popular inorgânica, germinada pelas esperanças frustradas e que sempre servem de caldo de cultura para aventuras políticas suspeitas.

A mobilização da sociedade é, enfim, o único caminho

para se desmontar os fundamentos da política econômica herdada e mantida,

- com a reconstituição do Estado regulador, capaz de articular os investimentos públicos e privados, condição indispensável para a retomada do crescimento e para vencer os pontos de estrangulamento que bloqueiam o desenvolvimento;
- com a recuperação da infra-estrutura de serviços econômica e social, desmantelada por um programa de privatização irresponsável, cuja motivação foi exclusivamente de gerar superávits de caixa ou de reduzir despesas;
- com o levantamento das restrições impostas aos bancos públicos de financiar o setor público, detentor, em larga margem, da responsabilidade da gestão da infra-estrutura econômica e social;
- com a modificação do padrão atual de inserção internacional do país, sem fechar sua economia, mas fazendo reverter o processo de abertura financeira e comercial que expôs a nação brasileira a uma vulnerabilidade externa sem comparação em nossa história; e
- com uma revisão de fundo, enfim, dos fundamentos da política econômica da última década, o que significa promover o desenvolvimento econômico, estabelecer condições para o pleno emprego e empenhar-se pela

UMA AGENDA POSITIVA PARA A REFORMA UNIVERSITÁRIA

No debate sobre a reforma universitária alguns pontos deveriam ser colocados para discussão sob a ótica das universidades públicas federais.

A primeira questão central é a autonomia – entendida como o direito que as universidades devem ter que lhes permita (dentro de critérios acadêmicos e com transparência na prestação de contas à sociedade) decidir livremente sobre suas questões internas (cursos, quadro docente, pesquisas, forma de administrar suas finanças etc). Embora a autonomia seja um princípio constitucional desde que a atual Constituição foi aprovada, a sucessão de governos dos anos 90 fez com que ela fosse derogada na prática.

O segundo ponto positivo está ligado ao financiamento – entendido como o envolvimento crescente do poder público com o

financiamento das universidades públicas.

O terceiro ponto é a questão da democratização do acesso. Essa discussão vai bem além dos temas atualmente propostos – que se limitam à questão de cotas (seja com caráter e viés racial, ou social, ou combinação de ambos). É necessário levar em conta que apenas 9% da população brasileira na faixa dos 18 aos 24 anos cursam universidade. Percebe-se, por esse dado, o verdadeiro caráter da universidade brasileira. Em países mais desenvolvidos como Estados Unidos e alguns da Europa, 60% da população de jovens entre dessa faixa etária cursam a universidade. Mesmo em países com nível de desenvolvimento inferior ao Brasil possuem percentual maior – a exemplo do Paraguai que é 2,5 vezes maior que o nosso. A universidade brasileira acaba sendo um instrumento de reprodução

inclusão social, até que o ciclo de desenvolvimento alcance a totalidade dos brasileiros.

Nas condicionantes externas, restritivas a um projeto nacional autônomo, há a predominância e imposição dos interesses geopolíticos dos EUA num contexto de padrão neoliberal de acumulação capitalista. Esse cenário tende a perdurar ou há indícios de alterações?

Aloisio Teixeira – Vale uma observação preliminar. O quadro internacional encerra grande complexidade. Há, no entanto, uma característica deste quadro para a qual devemos prestar atenção porque ela pode abrir janelas de oportunidade para uma nova atitude do governo brasileiro, tanto no front externo quanto interno.

Refiro-me à reviravolta ocorrida na economia mundial a partir do final dos anos 70, quando os Estados Unidos inverteram a mão de sua política econômica, elevando brutalmente a taxa de juros e forçando a revalorização de sua moeda. Essa decisão modificou inteiramente o quadro em que se movia a economia internacional, pois a estratégia adotada pelos Estados Unidos, a partir da inversão das políticas monetária e cambial, e desdobrada em uma escalada armamentista

de alta densidade tecnológica, teve conseqüências estruturais que criaram um quadro internacional essencialmente distinto do que se estabelecera desde a II Guerra Mundial.

O colapso do mundo socialista; o fim da bipolaridade; a possibilidade inaudita de controle dos fluxos de capital pelo Federal Reserve; a vulnerabilização dos parceiros americanos, submetidos ao predomínio monetário e financeiro dos Estados Unidos; o longo ciclo de crescimento da economia americana; a recuperação de competitividade em setores de ponta do desenvolvimento tecnológico; e, em contrapartida, a dificuldade que os demais países do centro capitalista encontram em restabelecer mecanismos estáveis de crescimento econômico, podem ser vistos apenas como peças de um mesmo quebra-cabeça.

É certo que os Estados Unidos são o centro do sistema mundial e exercem uma poderosa dominação e controle sobre o conjunto dos países. Mas este quadro não corresponde nem ao conceito de hegemonia, tal como formulado por Gramsci, nem mesmo ao de imperialismo, se nos ativermos ao que foi estritamente formulado por Lênin em seu célebre texto sobre a etapa superior do capitalismo. Por isso, tenho me referido à dominação

de relações de classe e exerce um papel perverso na atual situação. O problema é menos de se instalar um sistema de cotas e muito mais de se caminhar rapidamente para ampliar esse percentual. A universidade tem de se democratizar e, à medida que isso vá ocorrendo, ela terá necessariamente a cara de nosso povo. Se considerarmos que daqueles 9% citados apenas 20% estão na universidade pública, podemos deduzir que menos de 2% deles têm acesso ao ensino verdadeiramente universitário – a maior parte está em faculdades privadas, cuja qualidade de ensino é pelo menos duvidosa.

O quarto ponto envolve uma questão acadêmica por excelência: nossa universidade tem uma formatação, sob o ponto de vista de suas atividades de ensino e pesquisa, constituída há décadas atrás. Hoje, as necessidades de conhecimento e a formação da juventude exigem estruturas mais flexíveis, que possam explorar a interdisciplinaridade e a multidisciplinarida-

de. Como nossa estrutura não é adequada a isso, torna-se necessária uma reforma estrutural por dentro da universidade, de tal maneira que se criem estruturas mais flexíveis e capazes de oferecer aos jovens de hoje uma formação adequada à velocidade das transformações.

No quinto ponto devemos olhar o próprio sistema público como um problema. Acabamos, dentro da corporação universitária, por aceitar o sistema público como um dado – temos tantas e tais universidades públicas. E não nos debruçamos sobre isso como um problema. Por exemplo, no Rio de Janeiro, temos quatro universidades federais, além do Centro de Formação Tecnológica (o Cefet). Deveríamos perguntar se este formato é adequado. Não seria possível que essas universidades, ao invés de serem consideradas um ente absolutamente separado das demais, pudessem trabalhar em rede, explorando complementaridades e convergências; portanto, economizando recursos e buscando maior eficiência?

Se o caminho da mudança é um caminho que implica riscos, maiores riscos ainda são os que decorrem do conformismo e da continuidade.

americana usando o termo império. Pois o que caracteriza o atual quadro é, diferentemente do que ocorreu em qualquer outra época, uma brutal assimetria: a aparente convergência, observada em termos de produtividade (seja lá o que isso signifique), de desenvolvimento tecnológico e de padrão de vida, entre os países centrais, apenas disfarça a diferença abismal de poder financeiro e militar, que torna a liderança americana incontrastável, independente do “consentimento dos governados”.

Certamente a história do capitalismo jamais viveu um quadro como esse. Isso vale para o período anterior a 1815, ano em que se encerram as guerras napoleônicas; para o longo Século XIX, quando a pax britânica não impediu o surgimento de potências industriais e militares tão grandes ou maiores que a Inglaterra; para o entreguerras, longo período de crise hegemônica; e para o pós-II Guerra, quando a hegemonia americana se exerceu nos marcos da bipolaridade. Em todos esses períodos, a existência (ou não) de um poder hegemônico não eliminava a existência de um relativo (e presumido) equilíbrio de forças, que permitia às potências emergentes desafiar a potência dominante.

A singularidade da situação atual reside em um radical desequilíbrio das relações de poder, cuja base é o controle quase absoluto que os Estados Unidos exercem sobre os três pilares básicos da dominação capitalista – a moeda, a inovação tecnológica e a força militar. O controle desses processos está hoje inteiramente nas mãos dos Estados Unidos e a origem dessa concentração de poder remonta exatamente às mudanças estratégicas ocorridas na política americana ao final da década de 70.

Nesse quadro, pode-se certamente ver razões para pessimismo; mas, para mim, ainda há espaço para otimismo no plano internacional, pois pode se observar que nenhum dos “aliados” americanos do centro capitalista está satisfeito com o quadro atual; e, mais: talvez, menos satisfeitos ainda estarão os povos espalhados pelos quatro cantos do planeta.

Isto fará, certamente, com que as atenções da potência imperial estejam cada vez mais voltadas para seus conflitos e diferenças na Europa e no oriente, o que pode abrir espaços para o Brasil discutir seus problemas e buscar soluções próprias. Vale frisar, mais uma vez, que não se

trata de uma trajetória de ruptura com a comunidade internacional, mas de aproveitar-se do quadro externo para fazer valer os interesses da nação, tanto em matéria de política externa quanto de política interna.

Como capacitar o país em ciência e tecnologia para sustentar o novo projeto?

Aloisio Teixeira – Ciência e Tecnologia é uma questão central para o novo projeto. E, junto com ela, toda a questão de nosso sistema educacional, do nível básico ao superior. Só ela valeria toda uma discussão.

Deve-se lembrar que nosso sistema de C & T foi constituído durante a ditadura militar, trazendo na sua forma constitutiva o selo da centralização, do elitismo e do autoritarismo. Exatamente por isso foi nesse período que se iniciou o processo de acelerada expansão do ensino superior privado sem cuidados com sua qualidade e de sucateamento do sistema fundamental público. Os sucessivos governos que sucederam a derrocada da ditadura não reverteram estes processos. Ou seja, mantiveram os mecanismos centralizados de alocação de recursos para pesquisa, e não fizeram da recuperação do sistema público de ensino uma prioridade de governo. Pior ainda: ao longo dos anos 90, o grau de sucateamento do ensino superior público federal agravou-se, com a redução sistemática dos recursos a ele destinados.

Com isso, temos hoje apenas 9% da população entre 18 e 24 anos cursando a universidade – e, destes, apenas 20% nas universidades públicas que, em geral, são as que proporcionam ensino de qualidade e desenvolvem pesquisa.

Este quadro precisa mudar. A associação entre Universidade e Projeto Nacional é indissolúvel: não há universidade sem projeto nacional e não há projeto nacional sem universidade, pois é nela que se geram os conhecimentos indispensáveis para a transformação da realidade e se formam os quadros que irão aplicá-los e dirigir os destinos do país.

Nesse sentido, urgem medidas para restabelecer, consolidar e ampliar a capacidade de pesquisa do Brasil, através de medidas que passam por uma reestruturação do sistema de ensino superior público, gerando convergências e sinergias; e pela ampliação sistemática dos recursos destinados ao custeio e ao apoio institucional deste sistema. Só que, desta vez, de forma democrática e participativa. ♡

Edvar Luiz Bonotto é doutor em direito e membro da Comissão Editorial de *Princípios*. **Ana Rocha** é jornalista, presidente do PCdoB/RJ e membro do Comitê Central do PCdoB.

Brasil

A VIOLÊNCIA está A MESA

Edmilson Valentim

O desenvolvimento com geração de emprego, distribuição de renda, saúde e educação é a solução de fundo para controlar e reduzir a violência – não só nas grandes cidades, mas em todo o país



Cena de violência na Favela da Rocinha (RJ).

A questão da violência criminal vem ganhando espaços cada vez maiores na agenda política dos governantes, parlamentares, pesquisadores e no rol das preocupações da sociedade civil, atingindo o cotidiano de cada cidadão. Ninguém mais está neutro ou indiferente a esse angustiante problema, pois ele interfere na vida de todos. Assistimos a uma escalada da violência envolvendo crescentemente os jovens – uma das heranças mais nefastas e macabras produzidas pelo modelo neoliberal produziu no hemisfério na última década. Enfim, a violência está à mesa.

Na guerra civil de Angola, por exemplo, de 1975 a 2002, morreram 350 mil pessoas; no Iraque, desde a invasão em 20 de março, foram mortos quase 11 mil civis. As vítimas das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki somaram 340 mil pessoas.

Em 2000, a taxa de mortes por armas de fogo no Brasil foi de 71,7 pessoas para cada 100 mil habitantes; 13 vezes maior que nos Estados Unidos: de 5,5 pessoas para 100 mil. Para se ter idéia da ignomínia, no Japão e em vários países da Europa Ocidental os índices são inferiores a 1 homicídio para cada 100 mil habitantes.

Recente pesquisa feita pelo IBGE – Síntese de Indicadores Sociais – mostra que a taxa de homicídios cresceu 130% em 20 anos, de 1980 a 2000; e que os jovens do sexo masculino de 15 a 24 anos são os mais atingidos por arma de fogo no Brasil – a taxa aumentou 95% no período. Os números – cerca de 600 mil brasileiros foram assassinados no período – são aterrorizadores.

Violência e o neoliberalismo

A pesquisa nos mostra que o crescimento descontrolado da violência está umbilicalmente ligado à crise econômica e ao enfraquecimento do Estado brasileiro. Dois terços das vítimas dessa estatística de terror morreram durante a década de 90, período em que a política neoliberal, do Estado mínimo, predominou – esta produziu cada vez mais concentração de renda, miséria e desemprego em massa; ingredientes que fazem fomentar mais violência.

A política neoliberal debilitou o Estado brasileiro não apenas como impulsionador de um projeto nacional de desenvolvimento, mas também em seu insubstituível papel de guardadora da segurança dos cidadãos. Os cortes orçamentários, a canalização absurda dos recursos e das riquezas da nação para pagamento da dívida e a ganância do capital financeiro, além de atentarem contra a vida e marginalizar milhões de brasileiros, também fragilizam as estruturas da segurança pública. O aumento da miséria e a inoperância do Estado, entre outros fatores, propiciaram o agigantamento do crime. Quadrilhas, principalmente do ramo do narcotrá-

fico, se robusteceram e, com frequência, afrontam o Estado, exibindo seu poderio e patrocinando episódios em que a principal vítima é o povo indefeso, sobretudo, os trabalhadores e suas famílias. Essa verdadeira operação de desmonte deixou, também, esse complexo estatal-jurídico mais vulnerável à corrupção. E a corrupção é uma arma poderosa que o crime organizado tem ao seu dispor para obter tolerâncias. O caso da Rocinha, quando os bandidos se referiam, pelo rádio, aos policiais como "vermes" é exemplar. As bocas de fumo funcionam dentro de um acordo. E esse acordo foi rompido. O episódio denota de modo insofismável o grau de corrupção e cumplicidade a que chegaram.

Crime e pobreza

O recrudescimento da criminalidade é mais devastador nas periferias das regiões metropolitanas onde vivem os trabalhadores de baixa renda. Uma das explicações para o alto índice de assassinatos no Rio de Janeiro, por exemplo, é o fato de a Região Metropolitana, onde a violência é maior, concentrar 75% da população do estado. O Rio é uma cidade com mais de 600 favelas, tanto nas áreas ricas como nas áreas pobres, da zona sul à zona oeste. Ao longo de décadas, com políticas públicas débeis ou ausentes, nos três níveis de Poder (municipal, estadual e federal), o tráfico de drogas se fortaleceu, agravando ainda mais os problemas sociais dessas comunidades.

O Mapa do Fim da Fome II, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, identifica as comunidades do Jacarezinho, Maré e Alemão como as mais pobres do Rio de Janeiro, seguidas da Rocinha – que têm hoje a maior taxa de desemprego, 19%, no estado. Isto demonstra como é fácil, para o tráfico, arregimentar cada vez mais contingentes. Sem trabalho, sem escola, com sonhos frustrados, grandes parcelas da massa juvenil acabam sendo tragadas pela marginalidade.

Não há como dissociar o problema da violência do agravamento da pobreza, da miséria e da falta de perspectiva, principalmente da população jovem. Há 30, 40 anos atrás também havia muita pobreza – menos miséria, é verdade –, mas era uma pobreza que ainda preservava os valores humanos. De lá para cá, a concentração de riqueza, os níveis de corrupção e criminalidade se multiplicaram. E os valores, a conduta ética e moral também mudaram. Infelizmente, para muito pior. Isso, de certa forma, explica a crueldade de grupos de jovens no comando ou servindo ao tráfico de drogas, aterrorizando comunidades onde nasceram e vivem.

Rio e mídia

No caso da crise atual no Rio de Janeiro é urgente uma ação conjugada do governo federal, estadual e municipal

para, imediatamente, restabelecer a ordem na cidade e, progressivamente, vencer as quadrilhas de criminosos. Mas as soluções não virão sem integração e determinação política nos três níveis de governo. A prefeitura tem papel público a cumprir – certamente, não só ficar reprimindo camelôs. As peijas políticas deflagradas pelo governo do estado não ajudam em nada o Rio de Janeiro. É inadmissível o policial do século XXI combater criminosos que usam armas sofisticadas com revólveres enferrujados. O governo federal deve compartilhar ações concretas de políticas públicas, não apenas com mero repasse de verbas públicas para o estado ou com soldados do Exército nas ruas. Isto já foi feito em seis ocasiões e não resultou em nada concretamente, a não ser uma leve sensação de segurança. O Congresso Nacional também tem a responsabilidade histórica de aprovar a modernização das Polícias, sobretudo, com iniciativas voltadas para combater a impunidade, um dos maiores entraves das instituições.

A atuação da mídia no Rio de Janeiro é outro componente a ser pensado. Há estudos que garantem que o medo do crime está mais associado às imagens do que à realidade do crime. E que o sentimento de insegurança em cidades como o Rio é projetado num medo generalizado da criminalidade. Por isto, na percepção da população em geral, a criminalidade ocupa lugar muito desproporcional em relação aos problemas estruturais, como saúde e educação, por exemplo. A violência criminal (não só os homicídios) que acontece no Rio é sempre superdimensionada, diferentemente do que ocorre em relação a outros estados. Qualquer problema relacionado ao tráfico no Rio de Janeiro ocorre numa situação geográfica diferente. E a repercussão é outra. Na geografia de São Paulo, por exemplo, existem zonas ricas e a pobreza concentra-se na periferia. No Rio, a zona rica e a zona pobre estão misturadas. A disputa entre traficantes pelo controle do tráfico de drogas na Rocinha é um exemplo. A repercussão inflacionada do confronto ganhou contornos mais graves por ter ocorrido justamente na zona sul, próximo a áreas nobres, onde vive grande parte da elite carioca. Não se quer responsabilizar a imprensa, mas ninguém merece toda aquela mensagem aterrorizante, com imagens exaustivamente repetidas em horário nobre por mais de dez dias seguidos, num *marketing* gratuito e desnecessário.

Macropolítica

O tráfico de drogas e armas se sustenta não nos morros e periferias das grandes cidades, mas principalmente na lavagem do dinheiro nos paraísos fiscais, um subproduto do capitalismo. Segundo alguns estudos, o montante anual do

narcotráfico no mundo inteiro gira em torno de 50 bilhões de dólares. E, sem uma política para rastrear os fluxos financeiros do crime organizado e golpear as estruturas dos paraísos fiscais, desestruturar o tráfico é pura utopia. Como podemos verificar nas resumidas palavras de um autor boliviano:

"A nova economia da coca criou alterações dentro do contexto tradicional do camponês nos aspectos sócio-culturais, familiares, sociais, econômicos, financeiros, qualidade de vida... níveis de consumo, recreações etc. No contexto econômico, aumenta a capacidade financeira dos produtores de coca e de seus familiares, os preços sobem, abrem-se mercados para produtos que antes não se comercializavam (...) prolifera o setor de serviços, especialmente sua comercialização e financiamento. Como aumenta a população fixa e flutuante, aparecem novas necessidades urbanas, as populações melhoram, se urbanizam com infraestrutura, serviços, comércio, lugares de diversão, educativa etc. Em certos segmentos, surge uma vinculação financeira direta ou de intermediação entre os produtores de coca e agentes do narcotráfico, conjugado às vezes com as autoridades e o poder judiciário. Dá-se uma espécie de transmissão de prestígio político para a participação formal futura, isto é, a conexão narcotráfico-política". (Jordán Panda, 1990, artigo "Coca, cocaína, interdição e narcotráfico", *Revista Boliviana de Ciências Sociais*.)

No que nos concerne, aí está o nosso grande desafio: pressionar e reverter toda essa situação que está funcionando contra a democracia, contra os direitos humanos, contra os princípios de cidadania. Não dá para continuar tratando o problema brasileiro como as elites sempre trataram, no varejo, oferecendo ilusão de segurança. Nem adianta agir só na crise com soluções emergenciais e paliativas. Devem ser desenvolvidas novas formas e novos métodos de luta que incluam intercâmbios, inclusive, entre nações. A saída é antes de tudo macropolítica. Por isso é tarefa do atual governo mudar a mão do problema. O governo Lula carrega essa expectativa, do enfrentamento. Tanto do ponto de vista das ações de curto e médio prazo, através de programas como o Sistema Integrado de Segurança, quanto principalmente das ações permanentes e efetivas no campo das políticas públicas. E o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o desenvolvimento do país, com geração de emprego, distribuição de renda, saúde e educação é, efetivamente, a solução de fundo para, se não resolver, pelo menos, controlar e reduzir a violência não só nas grandes cidades, mas em todos os cantos do Brasil. ♥

Edmilson Valentim é deputado estadual, líder do PCdoB na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e membro do Comitê Central do PCdoB.

A Nova Lei de BIOSSEGURANÇA

Renildo Calheiros

A Câmara do Deputados elaborou um marco regulatório claro, moderno, que preserva a soberania nacional, impulsiona a pesquisa e defende a saúde e o meio ambiente

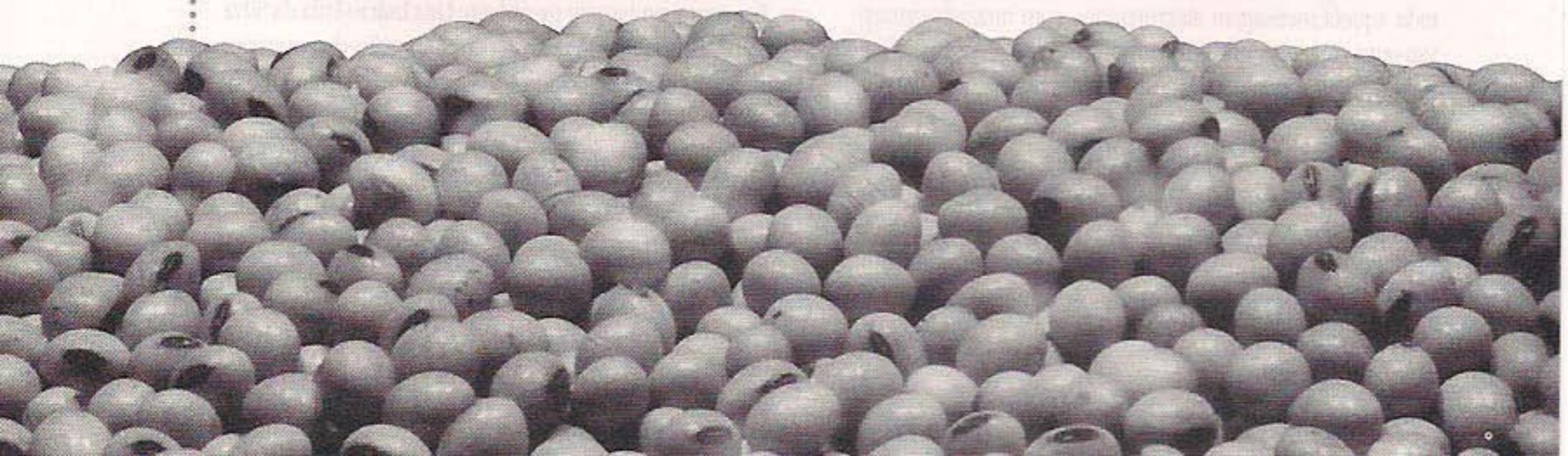
O mundo inteiro discute a biossegurança. No Brasil não tem sido diferente. No ano passado, depois de ter editado duas medidas provisórias sobre a soja transgênica do sul do país, o governo Lula enviou ao Congresso Nacional o projeto de Lei de Biossegurança (nº 2401/03), que disciplina as normas de segurança e fiscalização de atividades que envolvam Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e seus derivados.

O Projeto do Poder Executivo começou a tramitar na Câmara dos Deputados em outubro de 2003. No mês seguinte, foi criada a Comissão Especial para oferecer parecer a respeito disso e designado o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para relatá-lo. Depois de realizar vários seminários, audiências públicas e de ouvir pesquisadores, ambientalistas, entidades, parlamentares e a sociedade civil em geral, Rebelo apresentou seu relatório.

Antes que o relatório fosse submetido à apreciação da

Comissão Especial, Aldo Rebelo licenciou-se da Câmara para assumir o ministério da Coordenação Política do Governo Federal. Fui, então, escolhido o novo relator do Projeto de Biossegurança. Recebi de Rebelo um parecer, resultado de muito debate, que era consistente, avançado e que colocava o Brasil na vanguarda em termos de legislação em biossegurança. O parecer visava dirimir o contencioso jurídico, estabelecer um marco regulatório claro, permitindo que o país recuperasse décadas de atraso no tratamento das questões de biotecnologia.

Coube-me, inicialmente, a missão de disponibilizá-lo para a discussão na Comissão Especial. Retomamos o processo de auscultar os diversos segmentos envolvidos no debate, da comunidade científica aos ambientalistas. Ouvimos ainda as lideranças partidárias, os parlamentares membros e não-membros da Comissão Especial. Foi uma verdadeira maratona de conversas que buscaram, inclusive,



construir, através da negociação política, o apoio parlamentar necessário à aprovação da matéria no plenário.

Durante este processo, surgiram muitos elogios ao parecer do deputado Aldo Rebelo. E também foram feitas várias sugestões que, ao nosso ver, equilibravam melhor o texto, tornando-o mais harmônico. Razão pela qual, incorporamos essas propostas ao nosso substitutivo que, acredito, põe o Brasil bem situado em termos de pesquisas com transgênicos e reduz as disputas judiciais em torno da produção e comercialização desses organismos. O projeto está em fase de tramitação no Senado Federal.

Orientei-me pela necessidade de dotarmos o país de um marco regulatório que propiciasse um ambiente de tranquilidade para investimentos no setor. Buscando dotar o país de uma lei moderna, democrática e eficiente, com mecanismos que garantam agilidade nas análises, além de instâncias decisórias com competências bem definidas, diminuindo os espaços para liminares da Justiça. Além disso, tive a preocupação de agir com responsabilidade em relação à saúde humana e ao meio ambiente. Sem perder de vista o interesse econômico e tecnológico que a matéria envolve e dando relevo aos objetivos estratégicos para o nosso desenvolvimento e para a soberania nacional.

A experiência da relatoria é extremamente rica porque obriga o exercício democrático da construção de uma maioria que dê sustentação ao relatório. É como diz o ditado popular: um olho no queijo e outro no gato; ou ainda, um olho no padre e o outro na missa. O relator deve conduzir o processo como se fosse um maestro que tem um objetivo a ser alcançado e, para tanto, precisa harmonizar os diversos instrumentos da orquestra, executando, no tempo devido, sua partitura. No processo legislativo, há questões onde é possível avançar mais que em outras. O parâmetro para isso é ter a sustentação na sociedade e dispor de maioria parlamentar.

Neste processo, diferentes segmentos se mobilizaram, defenderam suas opiniões, realizaram pressões legítimas, buscando aprovar os seus pontos de vista. Procuramos absorver a energia trazida por esses movimentos para consolidarmos a defesa do interesse público. Todos precisaram ceder um pouco para que o país ganhasse um marco regulatório claro, moderno, que preserva a soberania nacional e que impulsiona a pesquisa.

Depois de um amplo debate no plenário, o substitutivo foi aprovado em votação simbólica, em 4 de outubro de 2004. Não houve sequer pedido de verificação nominal, mesmo se tratando de matéria muito polêmica. Este fato só ocorre quando a esmagadora maioria do plenário fica satisfeita com o projeto apreciado. Isto demonstra que se chegou “naquele momento” ao texto mais avançado pos-

sível, assegurando a sustentação política para aprová-lo.

Nos próximos parágrafos, farei uma breve descrição dos principais pontos do projeto, a fim de facilitar a compreensão e o alcance da nova Lei de Biossegurança Nacional.

Com a nova lei, a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), ligada ao ministério da Ciência e da Tecnologia, passa a ter poderes totais em relação à pesquisa de OGMs. Caberá, portanto, aos 27 membros da comissão o licenciamento, ou não, da pesquisa. Todos os membros da comissão terão de possuir título de doutor, sendo que doze deles ainda deverão ser especialistas de notório saber científico nos setores de pesquisa vegetal, ambiental e de saúde humana.

O processo será desenvolvido da seguinte forma. O projeto chegará à CTNBio, que autorizará a pesquisa. Quanto à comercialização, a CTNBio emitirá um parecer técnico. Se este parecer for contrário à comercialização, o processo estará encerrado. Se for favorável, o processo seguirá para o CNBS (Conselho Nacional de Biossegurança), que o distribuirá aos órgãos técnicos das áreas correspondentes. Esses órgãos terão o prazo máximo de 120 dias para emitirem os seus pareceres. Em seguida, o processo retornará ao CNBS que dará a palavra final sobre a comercialização.

O CNBS será formado por 15 ministros e se responsabilizará pela formulação e aplicação da política nacional sobre OGM. O conselho deliberará no prazo de 45 dias, após as manifestações da CTNBio e dos órgãos e entidades de registro e fiscalização competentes. Estes prazos são importantes para evitar que a morosidade ou a má vontade de algum órgão retarde a análise do projeto. Contudo, não pode ser tão curto a ponto de inviabilizar a apreciação criteriosa da matéria.

A lei também estabeleceu a obrigatoriedade para toda instituição que usar técnicas e métodos de engenharia genética, ou OGM, de criar uma Comissão Interna de Biossegurança (CIBio). Assim como instituiu o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento da Biossegurança e da Biotecnologia para Agricultores Familiares (FIDBio). Esse fundo proverá universidades e entidades públicas de recursos para projetos de pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia e engenharia genética. O objetivo desse dispositivo é fazer com que o agricultor familiar também tenha acesso à pesquisa de novos cultivos e de produtos e insumos utilizados predominantemente por eles. E, ainda, o fundo permitirá a ampliação do conhecimento científico sobre os produtos componentes da cesta básica do brasileiro.

Os recursos do FIDBio virão de contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização e a importação de sementes e mudas geneticamente modificadas, cuja alíquota será de 1,5%. No âmbito do Ministério

da Ciência e Tecnologia, o projeto cria o Sistema de Informações em Biossegurança (SIB), que se destina à gestão de informações decorrentes das atividades de análise, autorização, registro, monitoramento e acompanhamento das atividades que envolvam OGM e seus derivados.

Houve a preocupação em assegurar ao consumidor o direito de escolha. Em relação à rotulagem, ficou determinado que os produtos destinados ao consumo humano e animal que possuam transgênicos, ou que sejam produzidos a partir deles, deverão apresentar essas informações em seus rótulos.

As infrações ao disposto na lei poderão ser punidas, independentemente das medidas cautelares de apreensão de produtos, suspensão de venda e embargos de atividade. As sanções vão da advertência à proibição de contratar com a administração pública, por período de até cinco anos. Aos órgãos e entidades de registro e fiscalização, caberá definir critérios e valor e aplicar multas de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão.

Sobre a pesquisa com células-tronco. Proíbe-se a clonagem humana para fins reprodutivos; a produção de embriões humanos para servir como material biológico; e a intervenção em material genético in vivo. No entanto, se houver aprovação pelos órgãos responsáveis, haverá exceções neste último caso para a clonagem terapêutica com células-tronco. Ou seja, para pesquisa com fins de diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças.

Este é o tema mais delicado do texto. Num primeiro momento, pretendíamos deixar essa parte para ser tratada pelo deputado Colbert Martins (PPS-BA) – o relator de vários projetos que dispõem sobre essa matéria na Câmara dos Deputados. Contudo, verificamos que, como esta lei revoga a legislação de 1995, não poderíamos deixar de fazer alguma referência ao tema, apesar de entendermos que o seu aprofundamento deverá ocorrer, de fato, quando entrarem na pauta do Congresso Nacional as proposições específicas sobre células-tronco. Em conversa recente, o deputado Colbert Martins me informou estar em fase avançada de elaboração do seu relatório. Esse foi o tratamento possível naquela circunstância.

Mas, temos a compreensão de que, dada a relevância do assunto, o debate acurado será feito em outra oportunidade. Até porque, tivemos a percepção de que ainda não havia o chamado “acúmulo de discussão” sobre células-tronco nem na sociedade, nem no parlamento. Tanto que o assunto apenas tangenciou as grandes polêmicas surgidas no âmbito da Comissão Especial.

No processo de discussão foram desenvolvidas pressões onde se buscava assegurar garantias de comercialização para os produtos transgênicos. O argumento principal desse segmento era de que a incerteza sobre a autorização

para a comercialização serviria para desestimular o investimento em pesquisas. Tal premissa é inaceitável. Não é o fato de uma empresa investir em pesquisa que a autorizará, a priori, a lançar o produto no mercado. Hoje para um medicamento ser comercializado, é preciso a análise, a aprovação e a autorização da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Se assim é para um medicamento convencional não devemos suprimir tal procedimento para um medicamento que envolva produto feito com transgênico. Constatado que o produto traz danos à saúde humana, é justo impedir que o mesmo chegue ao consumidor. Este é um papel do qual o Estado não pode abrir-mão.

Também tivemos a preocupação, no arcabouço do nosso texto, de criar espaços institucionais para a preservação do interesse nacional no que tange a decisões sobre a comercialização do OGM. Imaginemos que uma multinacional entre com pedido para lançar no mercado uma determinada semente transgênica e que haja uma instituição pública nacional de pesquisa desenvolvendo uma semente similar à dessa empresa. Neste caso, o CNBS poderá atuar tendo em vista o interesse nacional, visando premiar o esforço científico e o interesse econômico do país.

Quando promulgada, a nova lei substituirá a legislação de 5 de janeiro de 1995 (Lei nº 8.975), evitando que o plantio e a comercialização das safras de soja transgênica sejam disciplinados por medidas provisórias – o que vem acontecendo nos últimos dois anos.

Quanto à soja transgênica já plantada no país, ampliou-se o alcance da medida provisória, convertida em lei (nº 10814/03), que liberou o plantio para a safra 2003-2004. O projeto autoriza esse mesmo direito para essa safra de 2004-2005, desde que os agricultores interessados assinem um termo de compromisso e de ajuste de conduta com o governo – como já era previsto nas medidas provisórias.

Na tramitação no Senado Federal é até possível que novas contribuições venham a melhorar o texto aprovado na Câmara. É bem provável igualmente que, em alguns anos, seja necessário fazer novas adequações na lei. Inclusive porque o texto aprovado claramente responde à premente necessidade de recuperar o tempo perdido em relação às pesquisas com transgênicos.

Com as modificações que serão feitas no Senado Federal, o projeto retornará à Câmara dos Deputados. Quando isso ocorrer, não teremos dificuldade em agasalhar as modificações do Senado que forem feitas para tornar o texto mais equilibrado e mais eficiente. ☺

Renildo Calheiros é deputado federal pelo PCdo/PE e foi relator do projeto da nova Lei de Biossegurança na Câmara Federal.

REFORMA, UNIVERSITÁRIA

queremos mais

Gustavo Lemos Petta

O caminho da reforma deve ser o de construir uma universidade mais pública, mais gratuita, mais democrática, mais autônoma, mais produtora de ciência e tecnologia e mais comprometida com os interesses sociais e nacionais



Passeata dos
100 mil (1968).

Reforma universitária é um tema caro aos estudantes. Ao longo da história das instituições universitárias, a busca por um ensino superior comprometido com o avanço social mobilizou e sensibilizou milhares de estudantes.

Vivemos nós, portanto, o nosso momento nessa história. Muitas vezes pode parecer que a história até se repita, pois muitos dos ideais de Córdoba ainda estão presentes na luta de hoje pela reforma universitária.

É papel do Estado financiar a universidade pública, com os aportes de recursos necessários para que ela ofereça mais vagas e mais qualidade.

Mas, sem medo de errar, podemos dizer que nosso momento histórico é especial. O debate sobre as mudanças na universidade pública brasileira começa em um governo eleito para romper com séculos de desigualdade social e colonialismo em diversos graus – agravados em especial na última década neoliberal. O novo modelo de país, em disputa na sociedade e no novo governo, exige uma nova universidade. Pode-se afirmar, também, que o grau de transformação a ser alcançado no ensino superior depende, em grande medida, dos avanços obtidos na mudança do país – nos rumos da sua política econômica, ainda herdada dos anos de neoliberalismo; da afirmação do papel do Estado; da afirmação e do fortalecimento da nova política externa já em curso, fundada em bases soberanas e comprometida com os interesses nacionais.

Tal como a disputa que acontece em relação aos rumos do país, na Universidade vários projetos e interesses se confrontam; e desse combate deve surgir a proposta que vai nortear as mudanças no ensino superior brasileiro. A depender das idéias que prevalecerem, a reforma pode ser limitada, composta de medidas paliativas e secundárias. Pode, até mesmo, ser regressiva, se forem vitoriosos aqueles que apontam como saída o descomprometimento do Estado, o público não-estatal, o atendimento aos interesses do mercado em detrimento da sociedade.

A União Nacional dos Estudantes irá trabalhar, debater e lutar junto com aqueles que defendem a Universidade pública, gratuita, democrática e comprometida com os interesses sociais e nacionais.

A universidade pública brasileira é sobrevivente da década de 90. Mesmo com todo o trabalho sistemático feito pelos governos neoliberais para restringir sua autonomia, privatizar sua pesquisa, sufocar seus recursos e impedir avanços democráticos, esta universidade que temos hoje ainda é responsável pelo melhor ensino de graduação do país, pela quase totalidade das pesquisas desenvolvidas, por projetos de extensão de grande relevância, por serviços de ponta como os hospitais universitários. É fundamental para o país reforçar e ampliar esse sistema. É este o principal desafio da reforma universitária.

Mais pública, mais gratuita

A opção pela expansão de vagas no ensino superior via incentivo e facilitação da abertura de cursos e instituições privadas durante o governo Fernando Henrique fez com que em 2002 as universidades privadas respondessem por 70% das matrículas. Esse modelo dá claros sinais de esgotamento. As instituições privadas já enfrentam altos índices de inadimplência e de vagas ociosas. Ao contrário do que afirmam os relatórios do Banco Mundial, tão copiados por aqui, esse caminho não democratizou o acesso ao ensino superior. Ainda são as universidades públicas que recebem mais estudantes de baixa renda.

É preciso aprender com essa lição.

Uma medida essencial para democratizar o acesso ao ensino superior é ampliar as vagas das universidades públicas. Não basta apenas declaração de intenções – é preciso ter um programa, destinar verbas, contratar professores, fazer um estudo criterioso das maiores demandas, principalmente no que diz respeito aos cursos noturnos, que ocupariam uma capacidade ociosa enorme e permitiriam o acesso de estudantes que precisam trabalhar durante o dia. A ampliação de vagas deve obedecer a uma visão estratégica dos setores em que o país mais precisa de profissionais qualificados, seja para ampliar e melhorar a qualidade do ensino fundamental seja para fazer frente a novos desafios tecnológicos da indústria ou a formação de cientistas.

Para isso, é essencial que o governo assuma o papel estratégico da Universidade no desenvolvimento do país em um novo projeto nacional, e reconheça que é papel do Estado financiar a universidade pública, com os aportes de recursos necessários para que ela ofereça mais vagas, mais qualidade, mais serviços e mais ciência.

É preocupante ver algumas vezes os “meios alternati-

vos" de financiamento ocuparem o centro do debate, como se eles fossem a saída. Tais meios alternativos já se proliferam em praticamente todas as instituições públicas do país, no guarda-chuva das fundações de apoio. Além de eles não serem capazes de resolver o problema de recursos, criam um novo problema: a perda de autonomia na decisão sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos ali, usando a infra-estrutura, os professores e funcionários das universidades que acabam sendo apropriados por interesses privados. Qualquer fonte alternativa de recursos não pode fugir ao projeto didá-

tico ou científico livremente decidido pela instituição.

A cobrança de mensalidades ou de contribuição compulsória de ex-alunos, que alguns ainda têm coragem para defender, já se mostrou inviável. Primeiro, porque está provado que uma parcela pequena de estudantes teriam condições de arcar com o pagamento das taxas elevadas que seriam necessárias para ter algum efeito de arrecadação. E segundo, porque, se implantada, a medida não alcançaria 10% dos recursos necessários para manutenção das instituições federais de ensino superior.

Superar o abandono e investir na universidade pública é desafio de uma reforma progressista.



A nova universidade deve surgir comprometida com um novo país, onde o trabalho, a ciência e a tecnologia sejam valorizados

Uma medida sugerida pelo grupo de trabalho sobre a reforma, instituído ainda durante a gestão de Cristovam Buarque no Ministério da Educação, merece ser debatida

melhor e viabilizada: a retirada da folha de inativos do orçamento das universidades federais. Essas universidades receberam, em 2003, um total de 8 bilhões de reais. Desses, 2,8 bilhões foram utilizados para cobrir os gastos de previdência de professores e servidores. A contribuição dos professores na construção da Universidade e do país deve ser permanentemente reconhecida e valorizada. Mas a Previdência deve assumir os custos dos benefícios.

Mais democrática

Ao fim do regime militar, muito se avançou na democratização das universidades brasileiras. Na imensa maioria das públicas, implantou-se um sistema de eleição para reitor com

participação da comunidade universitária. Os estudantes ocuparam assento na maioria dos órgãos colegiados e vários dos instrumentos intimidatórios e inibidores da organização estudantil e sindical foram desmontados. Foi um passo muito importante, mas insuficiente.

A universidade tem que ser um ferredouro de idéias e projetos. Todos os setores da comunidade universitária devem ser envolvidos no debate sobre os rumos da universidade e da sociedade brasileira. Os dirigentes devem ser eleitos de forma autônoma pelos setores que compõem a universidade, e o resultado do pleito apenas homologado pelo governo. Nas eleições, deve prevalecer no mínimo o voto paritário, capaz de envolver amplamente estudantes, professores e servidores no debate sobre o projeto de universidade.

Os órgãos colegiados, responsáveis pelo dia-a-dia da vida acadêmica e institucional, também precisam ser democratizados, com a participação paritária dos setores da comunidade universitária.

Mais autônoma

A universidade precisa ser revitalizada e renovada. Hoje as amarras legais impedem remanejamentos mínimos de recursos de um setor para outro, por exemplo. A universidade precisa de mais agilidade e mais integração com a sociedade. Precisa de mais autonomia. O saber e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia

devem ser livres, apoiados na pluralidade de idéias. Isso permitiria, por exemplo, investimentos e apoio a pesquisas que não teriam imediata relevância econômica, mas significariam passos e avanços importantes para o conhecimento e o saber universais. O direito de organizar ensino, pesquisa e extensão, discutir e definir currículos para graduação e pós-graduação deve ser conferido às instituições.

A autonomia de gestão teria o papel fundamental de dar liberdade para que cada universidade possa gerir seus bens e recursos para aplicá-los em função de objetivos didáticos, pedagógicos, científicos e culturais democraticamente definidos.

Não se pode, no entanto, confundir autonomia com soberania. A Universidade, como instituição pública, deve prestar contas à sociedade, por meio de um eficiente sistema de avaliação institucional e estabelecer mecanismos de controle social sobre sua ação e seus projetos.

Mais comprometida com o país

A reforma universitária não pode começar apoiada nos manuais das agências internacionais, como o Banco Mundial. Esses órgãos, durante anos, dirigiram sua ação para o desmonte do setor público e tiveram papel relevante para que a educação deixasse de ser reconhecida como direito e passasse a ser tratada como serviço, portanto passível de compra e de venda.

Essa lógica tem que ser quebrada. É inconciliável com um novo projeto que se pretende implantar no país. A universidade pode ter grande papel para superarmos nossa herança de subordinação cultural, desigualdades e injustiça social.

Portanto, a nova universidade deve surgir comprometida com um novo país. Um país onde o trabalho, a ciência e a tecnologia sejam valorizados. Um país em que a economia não seja dirigida por manuais de política monetária capazes de promover um processo de financeirização que corrói a renda do trabalho e engorda aqueles que vivem da agiotagem oficial, como ainda acontece. Um país em que as políticas públicas caminhem no sentido da universalização, condição central para a construção da cidadania, e não gaste tempo, energia e dinheiro tentando separar os "menos" pobres dos "mais" pobres. Um país que dialogue com o mundo de forma soberana e defenda os interesses do seu povo.

A universidade pode e deve contribuir para construir este país. 🍀

Gustavo Lemos Petta é estudante de Comunicação Social da PUC-Campinas e Presidente da União Nacional dos Estudantes.

UNIVERSIDADE

PUBLICA FATOR ESTRATÉGICO AO DESENVOLVIMENTO

Entrevista com Dermeval Saviani

Aproveitando o momento em que a sociedade brasileira se dedica ao importante debate da reforma universitária, Princípios procurou extrair do professor Dermeval Saviani – uma das principais autoridades sobre o tema da educação em nosso país – elementos para balizar e aprofundar o entendimento das questões em pauta.

Dermeval Saviani é autor de grande número de livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, foi condecorado com a medalha do mérito educacional do MEC e recebeu da Unicamp o prêmio Zeferino Vaz de produção científica. Atualmente é Professor Emérito da Unicamp, Pesquisador do CNPq, Coordenador do Grupo Nacional de Pesquisas HISTEDBR e Professor Titular Colaborador da USP em Ribeirão Preto.

Ele enfoca aqui aspectos teóricos, históricos, políticos e normativos implicados numa possível reforma

Que aspectos teóricos sobre a educação e a universidade o senhor enfatiza para o debate em curso no país?

Dermeval Saviani – Penso que, para assegurar uma certa clareza teórica ao debate em curso, seria conveniente recuperar os elementos históricos da questão.

Se as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem, a escola surge posteriormente em decorrência da constituição da sociedade de classes baseada na propriedade privada da terra e permanecerá durante vários séculos como forma secundária e restrita de educação. É no âmbito das transformações que resultaram na moderna sociedade burguesa que ocorre a emergência da escola como forma principal, dominante e generalizada de educação. E as universidades surgem quando tem início a transição relativamente longa, que culminará no fenômeno referido da transformação da escola em forma principal, dominante e generalizada de educação.

Contrariamente ao que a lógica poderia sugerir, a implantação dos sistemas educacionais nos diferentes países não se deu da base para a cúpula, isto é, da escola primária passando pela média ou secundária para chegar ao nível superior. Com efeito, do ponto de vista lógico, tendemos a pensar que primeiramente teriam sido implantadas as escolas primárias. Uma vez tendo sido estas generalizadas, seriam implantadas as escolas secundárias. Finalmente, sobre a base das escolas de nível médio, seriam criadas as escolas superiores ou universidades. Na verdade, porém, em termos históricos, seguiu-se o caminho inverso. De fato, as universidades surgiram em primeiro lugar, na Idade Média, a partir do século XI. Depois foram organizadas, nos séculos XVII e XVIII, as escolas secundárias, cujo exemplo mais característico nos é dado pelos colégios jesuítas. E foi somente a partir do século XIX que se pôs o problema da organização e generalização das escolas primárias. A universidade de Bolonha, considerada a mais antiga, data do final do século XI, mais precisamente, do ano de 1088, quando se pode constatar, através de documentos, o ensinamento de Irnério se desenvolvendo na relação com seus alunos, com as características próprias daquilo que veio a definir a natureza da instituição universitária. Enquanto a universidade de Paris se projetou pelos estudos de teologia, Bolonha se notabilizou pelos estudos jurídicos. Em Bolonha, assim como na Itália em geral, predominou o espírito leigo ao passo que na França e na Alemanha prevaleceu a iniciativa clerical. Contudo, se a universidade de Paris se constituiu como corporação de professores que incorporou, sob sua dire-

ção, também os estudantes, Bolonha se organizou como corporação de estudantes que contratava os mestres exigindo deles a prestação dos cursos previstos. Observe-se, ainda, que algumas universidades como Bolonha, Paris e Pádua nasceram espontaneamente (*ex consuetudine*) ao passo que outras surgiram por iniciativa papal ou principesca (*ex privilegio*) como é o caso da universidade de Nápoles fundada por Frederico II em 1224, tendo em vista o objetivo de formar funcionários para a burocracia governamental. Outra forma de surgimento de universidades era por migração (*ex migratione*) como ocorreu com a Universidade de Pádua, que se constituiu por migração de Bolonha, isto é, através de estudantes e professores que, em razão de conflito com a administração comunal, se transferiram para Pádua dando origem, ali, a uma nova universidade a partir de 1222.

Surgidas na Idade Média as universidades se constituíram como corporações destinadas à formação dos profissionais das “artes liberais” isto é, intelectuais, por oposição àqueles das “artes manuais” que eram formados nas corporações de ofício. Em que pese a rigidez de organização que durou até a segunda metade do século XVIII, a universidade foi o lugar principal de desenvolvimento da pesquisa. Esse fato, freqüentemente ocultado pelo tradicionalismo didático e científico, se manifestou desde o século XVII no “hábito da relação professor-aluno” e por meio dos “seminários privados” constituídos por grupos de estudantes que se reuniam em torno de um professor e que não raro habitavam próximos dele como num pequeno colégio. Após as reformas da segunda metade do século XVIII modifica-se o quadro das disciplinas integrantes dos currículos universitários. Assim, no final do século XVIII e início do século XIX ocorre um distanciamento entre, por um lado, os currículos tradicionais originários da Idade Média, centrados em teologia, direito e medicina aliados aos que posteriormente foram introduzidos a partir do antigo sistema das artes liberais acrescidos de estímulos novos provenientes das Academias (filosofia e filologia clássica e moderna) e, por outro, os currículos mais novos de caráter técnico-científico próprios de um período em que o artesanato já havia sido suplantado pela manufatura e, em seguida, pela grande indústria implantada em consequência da revolução industrial.

Pode-se, pois, dizer que a universidade, tal como a conhecemos atualmente, teve a sua configuração institucional definida na primeira metade do século XIX. Daí emanam os três modelos clássicos de universidade, a saber, o modelo napoleônico, o modelo anglo-saxônico e

o modelo prussiano. Este último teve sua configuração definida com a fundação da Universidade de Berlim por Humboldt, em 1810. A origem desses modelos se assenta nos elementos básicos constitutivos das universidades contemporâneas: o Estado, a sociedade civil e a autonomia da comunidade interna à instituição. Esses elementos nunca aparecem de forma isolada. Conforme prevaleça um ou outro, tem-se um diferente modelo institucional. A prevalência do Estado dá origem ao modelo napoleônico; prevalecendo a sociedade civil tem-se o modelo anglo-saxônico; e sobre a autonomia da comunidade acadêmica se funda o modelo prussiano.

No Brasil, desde a criação dos cursos superiores por D. João VI a partir de 1808 e, especialmente, com a instituição do regime universitário por ocasião da reforma Francisco Campos em 1931, prevaleceu o modelo napoleônico, reiterado sucessivamente até a reforma instituída pela Lei n.5.540 de 28 de novembro de 1968. A partir da década de 1980 começou a se manifestar uma tendência a alterar esse modelo; o que, de algum modo, veio a se efetivar com o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997 que introduziu a distinção entre universidades e centros universitários, incorporando elementos do modelo anglo-saxônico em sua versão norte-americana.

O senhor tem enfatizado a importância e a necessidade do sistema nacional de educação. Como esta questão se coloca, em se tratando de reforma universitária?

Dermeval Saviani – Historicamente a emergência dos Estados nacionais no decorrer do século XIX foi acompanhada da implantação dos sistemas nacionais de ensino nos diferentes países como via para a erradicação do analfabetismo e universalização da instrução popular. O Brasil foi retardando essa iniciativa e, com isso, foi acumulando um déficit histórico imenso no campo educacional.

Para se ter uma idéia da importância dessa questão consideremos o caso da Itália. Quando esse país se constituiu como Estado Nacional em consequência do processo de unificação que se completou em 1861 sob a liderança do Piemonte, foi estendida a toda a Itália a Lei Casati, uma extensa lei composta de 380 artigos que regulava o funcionamento da educação nos seus mais diferentes aspectos e que fora aprovada no Piemonte em 1859. Essa lei regulava minuciosamente o ensino superior e continha um brevíssimo capítulo sobre o ensino primário que era relegado ao encargo das comunas, isto é, dos municípios. Com isso, a Itália chegou ao final do século com metade de sua população analfabeta. Portanto, sua situação,

então, não era muito diferente daquela do Brasil.

No entanto, ao longo do final do século XIX desenvolveu-se uma intensa campanha pela “avocação do ensino primário ao Estado”. Essa campanha resultou vitoriosa e em 1911 o ensino primário foi colocado sob a responsabilidade do Estado Nacional, instalando-se o sistema nacional de ensino a partir do qual foi possível erradicar o analfabetismo.

O Brasil ainda esperaria a década de 30 para que o problema começasse a ser formulado com maior clareza.

A idéia de lei nacional de educação esteve sempre associada à implantação do sistema nacional de educação.

Assim, em 1932 o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” não só irá conclamar a organização da educação em âmbito nacional, como apresentará um programa que contém já as coordenadas de um verdadeiro sistema nacional de educação. E a partir da Constituição de 1934 a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional marcará presença na vigamestra da nossa ordenação jurídica, a indicar a necessidade de normas comuns a toda a nação, orientando a organização da educação em todo o país, também em termos comuns, isto é, como um sistema nacional.

Conseqüentemente, do ponto de vista histórico, a idéia de lei nacional de educação esteve sempre associada à implantação do sistema nacional de educação, como o demonstra a experiência da maioria dos países nos últimos dois séculos.

Do ponto de vista lógico, parece evidente a relação de implicação entre os conceitos de “lei de diretrizes e bases da educação nacional” e de “sistema nacional de educação”. Quando a Constituição determina que a União estabeleça as diretrizes e bases da educação nacional, obviamente ela está pretendendo que a educação, em todo o território do país, seja organizada segundo diretrizes comuns e sobre bases também comuns. E a organização educacional com essas características é o que se chama “sistema nacional de educação”.

O fato de, por se tratar de uma República Federativa, a Constituição reconhecer também a competência dos Estados para legislar em matéria de educação, em nada afeta o enunciado anterior. Com efeito, sistema não é uni-

A universidade pública tem sido, nos diferentes países, um fator estratégico de desenvolvimento.

dade da identidade, uma unidade monolítica, indiferenciada, mas unidade da diversidade, um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem, nem por isso perdem a própria identidade. Ao contrário, participam do todo, integram o sistema, na forma das respectivas especificidades. Em outros termos: uma unidade monolítica é tão avessa à idéia de sistema como uma multiplicidade desarticulada. Em verdade, sistematizar significa reunir, ordenar, articular elementos enquanto partes de um todo. E esse todo articulado é o sistema.

Há, pois, uma estreita relação entre legislação educacional e sistematização da educação. A educação assistemática não é objeto de legislação específica. Basta ver, por exemplo, as questões referentes ao pátrio poder, às diversões públicas etc, que podem ser consideradas atividades educativas segundo o próprio conceito adotado no Título I da nova LDB; entretanto, tais questões são reguladas pelo Código Civil. Quando, no entanto, se pensa numa lei específica para a educação, é porque se está visando à sua sistematização e não apenas à sua institucionalização. Antes de haver leis de educação, havia instituições educativas. Isso não implica, entretanto, a vinculação necessária da sistematização à legislação, ou seja: não é necessário que haja lei específica de educação para que haja educação sistematizada; esta poderá existir mesmo não existindo aquela. O que fica claro é a vinculação necessária da lei específica de educação à sistematização. Tal lei visará consolidar o sistema ou reformá-lo (caso exista), ou então, instituí-lo, ou pelo menos, determinar as condições para que ele seja criado (caso não exista).

Ora, em se tratando de uma lei que se propõe a fixar as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais ainda se impõe a conclusão acima apresentada. Com efeito, se por diretrizes e bases se entendem fins e meios, ao serem estes definidos em termos nacionais pretende-se não apenas indicar os rumos para onde se quer caminhar, mas organizar a forma, isto é, os meios através dos quais os fins serão atingidos. Organização intencional dos meios com vistas a se atingir os fins educacionais preconizados em âmbito nacional, eis o que se chama "sistema nacional de educação".

À luz dessas considerações parece de todo conveniente que a questão da universidade seja considerada no âmbito do sistema nacional de educação. Isto porque a universidade, por um lado, depende do sistema de ensino na medida em que seus estudantes, isto é, os profissionais que lhe cabe formar, provêm dos níveis inferiores do sistema. Por outro, ela ocupa posição central no sistema dado que os quadros docente e administrativo do sistema de ensino, como um todo, são formados pela própria universidade. Com efeito, ainda quando não se preocupava diretamente com a questão da formação docente a universidade, de fato, sempre formou os professores dos graus inferiores. Efetivamente ela o fazia na medida em que formava os chamados profissionais das "artes liberais", isto é, intelectuais, por oposição àqueles das "artes manuais" que eram formados nas corporações de ofício. E os professores, de modo especial aqueles das escolas secundárias, eram recrutados entre os profissionais das "artes intelectuais", direta ou indiretamente formados pela universidade.

Como se pode ver a evolução da educação no país desde 1996, com a aprovação da nova LDB?

Dermeval Saviani – Apesar da estreita relação entre Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Sistema Nacional de Educação, a nova LDB brasileira, promulgada em 20 de dezembro de 1996, não fez jus a essa exigência. O projeto original, assim como o substitutivo Jorge Hage, continha o Título "Do sistema nacional de educação", procurando atender a esse aspecto; mesmo porque não fazê-lo seria incorrer em uma espécie de "contradictio in terminis" uma vez que, como esclareci na questão anterior, a LDB implica o sistema. Não obstante essa evidência, na trajetória da nova LDB houve aqueles protagonistas que incidiram nessa "contradictio in terminis", opinando pela inconstitucionalidade do Título relativo ao Sistema Nacional de Educação que integrava o Substitutivo Jorge Hage. Em consequência, a referida denominação foi substituída por esta outra: Organização da Educação Nacional. Mesmo assim, no projeto aprovado na Câmara o Capítulo que tratava "Da Organização da Educação Nacional" preservava os mecanismos básicos do sistema; entre os quais desempenhava papel central o Conselho Nacional de Educação secundado pelo Fórum Nacional de Educação. Com a prevalência do Substitutivo Darcy Ribeiro mantém-se a denominação (Organização da Educação Nacional), mas o conteúdo é fortemente alterado. Nele desaparece o Fórum Nacional de Educação, assim como a regulamentação criteriosa dos artigos 209 e 213 da Constituição que

versam respectivamente sobre a liberdade de ensino conferida à iniciativa privada e a destinação de recursos públicos às instituições de ensino de caráter comunitário, confessional e filantrópico. E o Conselho Nacional de Educação, apenas mencionado no texto da nova LDB, perdeu o caráter de um órgão revestido das características de autonomia, representatividade e legitimidade, enquanto uma instância permanente e renovada por critérios e periodicidade distintos daqueles que vigoram no âmbito da política partidária que lhe permitiria, senão ficar imune, pelo menos não tão vulnerável aos interesses da política miúda.

Na verdade, o MEC articulou a aprovação do projeto Darcy Ribeiro para, à base de uma LDB "minimalista", ficar com as mãos livres para prosseguir na implantação, por partes, de sua política educacional por meio de decretos, portarias e homologação de pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação. E quais as características da referida política educacional?

A política educacional que vem sendo implementada no Brasil, sob a direção do Ministério da Educação, se caracteriza pela flexibilização, pela descentralização das responsabilidades de manutenção das escolas, induzindo os municípios a assumirem os encargos do ensino fundamental e apelando à sociedade, de modo geral, aí compreendidas as empresas, organizações não-governamentais, a comunidade próxima à escola, os pais e os próprios cidadãos individualmente considerados, no sentido de que cooperem, pela via do voluntarismo e da filantropia, na manutenção física, na administração e no próprio funcionamento pedagógico das escolas. Delineia-se, assim, um estímulo à diferenciação de iniciativas e diversificação dos modos de funcionamento e de gestão do ensino escolar. Em contrapartida, com base na montagem de um "sistema nacional de avaliação" respaldado pela LDB, centraliza-se no MEC o controle do rendimento escolar em todos os níveis, desde as creches até a pós-graduação. Inspirada no "modelo americano" essa orientação acentua, pela via da diferenciação apontada, as desigualdades educacionais, em contraste com o modelo europeu, antes predominante em nossa organização escolar. Este, acentuando a responsabilidade do Estado Nacional, foi capaz de garantir razoável coesão, assegurando um patamar comum que permitiu homogeneizar o acesso à cultura letrada, o que significou um razoável grau de igualdade de condições de participação de todos na vida social. Já o modelo americano resultou bem mais desigual, apresentando diversas distorções que têm sido objeto de alerta das próprias autoridades políticas e educacionais dos próprios Estados

Unidos e que volta e meia são divulgadas pela imprensa.

Considerando que o Brasil sequer chegou a universalizar a escola elementar, a adoção do modelo americano potencializa enormemente as conseqüências negativas detectadas nos Estados Unidos contribuindo para aprofundar ainda mais a extrema desigualdade que é a triste marca de nossa tradição histórica.

Assim, a conclusão a que chegamos é de que o grande desafio, ainda posto para o Brasil em termos educacionais ao ingressar no século XXI, nos vem do século XIX. Trata-se da tarefa de organizar e instalar um sistema de ensino capaz de universalizar o ensino fundamental e, por esse caminho, erradicar o analfabetismo.

Tendo a reforma universitária como ponto de partida, quais as preocupações centrais, em face das principais concepções em disputa?

Dermeval Saviani – Na verdade a reforma universitária, atualmente, não constitui uma demanda da sociedade tendo, à frente, as organizações estudantis apoiadas por setores importantes do corpo docente das instituições de nível superior, como ocorria na década de 1960. Naquela época a reforma universitária se inseria, juntamente com outras reformas como a agrária, tributária, bancária etc no conjunto das reformas de base pelas quais as forças progressistas procuravam encaminhar a transformação estrutural da sociedade brasileira. O advento do golpe militar em 1964, por um lado, procurou cercear as manifestações transformadoras, mas, por outro, provocou no movimento estudantil o aguçamento dos mecanismos de pressão pela reforma universitária. Nesse contexto resultou necessário efetuar o ajuste do sistema de ensino à nova situação instaurada com o golpe militar.

O ajuste foi feito pela Lei n. 5.540/68, aprovada em 28 de novembro de 1968, que reformulou o ensino superior e pela Lei n. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, que alterou os ensinos primário e médio modificando sua denominação para ensino de primeiro e de segundo grau. O projeto de reforma universitária (Lei n.5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com

os requerimentos do capitalismo internacional.

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária buscou atender à primeira demanda proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolindo a cátedra, elegendo a instituição universitária como forma preferencial de organização do ensino superior e consagrando a autonomia universitária cujas características e atribuições foram definidas e especificadas. De outro lado, procurou atender à segunda demanda instituindo o regime de créditos, a matrícula por disciplina, os cursos de curta duração, a organização fundacional e a racionalização da estrutura e funcionamento.

Contudo, na prática, a expansão do ensino superior reivindicada pelos jovens postulantes à universidade se deu pela abertura indiscriminada, via autorizações do Conselho Federal de Educação, de escolas isoladas privadas, contrariando não só o teor das demandas estudantis, mas o próprio texto aprovado. Com efeito, por esse caminho inverteu-se o enunciado do artigo segundo da Lei 5.540 que estabelecia como regra a organização universitária admitindo, apenas como exceção, os estabelecimentos isolados; de fato, estes se converteram na regra da expansão do ensino superior.

A Constituição de 1988 incorporou várias das reivindicações relativas ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único. Nesse contexto a demanda dos dirigentes de instituições públicas de ensino superior e de seu corpo docente encaminhou-se na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e, da parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que se passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas. Desses setores não emergiu, portanto, nenhuma demanda por reforma da universidade. A reforma universitária aparece, então, no âmbito do governo FHC, como uma demanda do próprio aparelho governamental que se insurge especialmente contra dois dispositivos constitucionais: a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão e a gratuidade do ensino superior público. No primeiro caso visava-se possibilitar as universidades de ensino e, dada a inviabilidade política de aprovação de uma emenda constitucional, contornou-se o problema com a criação dos Centros Universitários previstos no Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997. No segundo caso se procurou, no âmbito da reforma do Estado, transformar as universidades federais em "Organizações

Sociais" constituídas como Fundações de Direito Privado. Essa "reforma" requeria a aprovação de uma emenda constitucional (PEC n. 173/95), o que também não chegou a ocorrer. Vê-se, pois, que ao menos até o início do governo Lula, não temos, de fato, concepções de reforma universitária em disputa. Na verdade, temos a proposta de reforma do governo com a concepção que lhe é peculiar e que correntemente é denominada de neoliberal, e a resistência a essa proposta materializada no conjunto das entidades organizadas ligadas ao ensino superior público como Andifes, Andes, Fasubra e Une. Os indícios mais fortes sugerem que a retomada da questão da reforma universitária pelo governo Lula, na seqüência da reforma da previdência, teve a mesma motivação da Reforma do Estado empreendida por Bresser Pereira. No entanto, como o problema atualmente se encontra em estudo, devemos aguardar para verificar se surgirão diferentes propostas com concepções distintas de universidade e de sociedade.

Considerando os limites, possibilidades e perspectivas do país, sob o novo governo, como o senhor vê o papel da universidade no desenvolvimento nacional?

Dermeval Saviani – Como se sabe, as universidades públicas são responsáveis por mais de 90% da ciência produzida no país. Seus cursos possuem, pois, qualidade nitidamente superior aos das instituições particulares. Assim, a expansão das vagas nas universidades públicas acarretará a formação de um número maior de profissionais bem qualificados, o que repercutirá positivamente no desenvolvimento do país. É claro que, para que a qualidade não seja prejudicada, a expansão deverá ser acompanhada proporcionalmente da ampliação das instalações, das condições de trabalho e do número de docentes. E, atendidos esses requisitos, haverá igualmente uma expansão da produção científica do país, o que é de fundamental importância para o seu desenvolvimento. Além dos aspectos da produção científica e da formação de profissionais qualificados, a universidade desempenha papel importante na elevação cultural da população, de modo geral, com reflexos positivos no grau de consciência política e no exercício da cidadania.

Com políticas de expansão centradas em cursos que não exigem uma formação mais sólida, como as que vêm sendo propostas, todo o ensino superior, estará sendo rebaixado, circunscrevendo-se a formação intelectual propriamente dita a alguns nichos de excelência, limita-

dos a poucas universidades e cursos de pós-graduação, relegando o conjunto a padrões menos exigentes de qualidade. Ao se fazer isso, o papel específico do ensino superior, que é o desenvolvimento da cultura superior e a formação de intelectuais de alto nível, fica descaracterizado. E as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico do país resultam ameaçadas. Só na medida em que ele mantém um sistema de ensino superior de alto padrão de qualidade e busca expandi-lo amplamente, é que ele tem condições de formar quadros e selecionar os cientistas de ponta, que vão, de alguma forma, liderar o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Sem isso o país ficará em posição subalterna em relação aos demais.

Em estreita conexão com a política econômica, a política educacional nos países ditos emergentes vem sendo induzida por agências internacionais, tendo à frente o Banco Mundial, delineando-se uma distribuição de papéis em que se reserva para os países centrais o conhecimento de ponta e o desenvolvimento científico-tecnológico de longo alcance, relegando aos demais países a absorção da ciência e tecnologia, produzidas fora, e o preparo de técnicos limitados a manipular os resultados, aumentando a dependência dos países centrais, tanto no âmbito econômico propriamente dito, quanto no âmbito científico e tecnológico.

Portanto, à pergunta: Como desenvolver e expandir uma universidade com alto padrão de qualidade diante dos limites financeiros, fiscais e orçamentários que vêm sendo enfrentados pelo novo governo? eu responderia que a universidade não é um elemento do problema, mas de sua solução já que é por um desenvolvimento autônomo e auto-sustentado que os mencionados limites poderão ser superados. E a universidade pública tem sido, nos diferentes países, um fator estratégico de desenvolvimento.

Como conceber uma legislação progressista que dê conta das principais questões da educação e da universidade?

Dermeval Saviani – Concebi uma legislação progressista que, acredito, daria conta das principais questões da educação e da universidade traduzida no esboço de projeto de LDB que, por iniciativa do deputado Octávio Elísio deu início, na Câmara Federal, ao processo de discussão e aprovação da nova LDB. A correlação de forças não permitiu que essa concepção viesse a prevalecer. Nas circunstâncias atuais, sendo realista, penso que caberia partir da legislação existente efetuando-se a devida correção

de rota na política educacional e se introduzindo na legislação as modificações que se revelarem necessárias. Com efeito, uma vez que a LDB foi aprovada sob medida para dar livre curso à política educacional que vinha sendo implantada pelo governo anterior, caberia ao governo atual, mantida essa mesma lei, formular sua própria política e implementá-la alterando ou revogando os decretos do governo anterior e, em especial, derrubando os vetos apostos ao Plano Nacional de Educação. Aliás, o próprio texto do PNE prevê que, no quarto ano de sua vigência, ele deve ser avaliado e revisto procedendo-se às modificações pertinentes. Ora, neste ano de 2004 estamos exatamente no quarto ano de vigência do PNE. Penso, pois, que essa é a oportunidade para recolocar a proposta que apresentei, em 1997, com o caráter de um plano de emergência para a educação brasileira.

A linha mestra do plano é a imediata duplicação do percentual do PIB investido em educação, passando dos atuais 4% para 8%, o que apenas nos colocaria no nível das nações que mais investem em educação, como é o caso de Estados Unidos, Canadá, Noruega e Suécia que se situam na faixa entre 7,5 e 8,5%. Por essa proposta, cada instância governamental teria o dobro dos recursos de que hoje dispõe para a educação. Assim, os municípios e os Estados poderão cuidar seriamente da educação básica consolidando a educação infantil, universalizando o acesso e a conclusão do ensino fundamental e se aproximando da universalização do ensino médio sem abrir mão da qualidade que seria garantida pela instituição da carreira docente com jornada de tempo integral. E no que se refere ao ensino superior, a duplicação dos recursos permitirá à União, com o montante dos recursos atuais, consolidar as universidades federais além de manter sua rede de escolas técnicas. Os recursos adicionais, da mesma magnitude dos atuais, poderiam ser divididos em duas fatias: metade se destinaria à educação básica para que a União possa cumprir a função de apoio técnico e financeiro, suprimindo as deficiências locais; a outra metade constituiria um fundo por meio do qual seriam financiados projetos que engajariam fortemente as universidades na realização das metas definidas no Plano Nacional de Educação. A implantação dessa proposta não resolverá, por si só, todos os problemas da educação brasileira. Mas estou convencido de que é somente a partir dela que a solução se tornará possível. Fora disso, todas as proclamações em favor da educação não passarão de palavras ocas e promessas enganosas acobertadoras da falta de vontade política para enfrentar decididamente o problema. ●

reforma universitária

PROPOSTAS EM CURSO

Nereide Saviani

Princípios apresenta um quadro comparativo entre a Constituição atual e alguns projetos no Parlamento para situar os pontos em debate e auxiliar a compreensão das mudanças constitucionais que estão sendo propostas

PEC n° 28/2003

Autor: Dep. Mendes Ribeiro Filho - PMDB/RS

Dá nova redação aos parágrafos 1° e 2° do art. 213 da Constituição Federal (nos termos do § 3° do art. 60 da CF).⁽¹⁾

[Possibilita o uso de recursos públicos para financiar instituições privadas de ensino superior]:

- bolsas de estudo
- financiamento público para atividades de pesquisa e extensão

Constituição

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei (...)

§ 1° Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública na localidade de residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede na localidade.

§ 2° As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

PEC

Art. 213

§ 1° Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, médio e superior, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede na localidade.

§ 2° As atividades universitárias de pesquisa e extensão também poderão receber apoio financeiro do poder público.

Justificativa (do autor da emenda)

- meta de universalização do Ensino Fundamental (hoje, mais de 97% matriculados - perseguir 100%);
- mas no Ensino Médio é precário o atendimento na rede pública; no Ensino Superior, pior ainda;
- FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) - empréstimo bancário que financia apenas 70% da mensalidade e tem de ser pago posteriormente.

Autora: Dep. Selma Schons – PT/PR (originalmente, de iniciativa do Padre Roque).

Altera o caput e acrescenta três parágrafos ao art. 212 da Constituição Federal, para ampliar as fontes de financiamento da educação superior por meio do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (Fundes) e da Contribuição Social para a educação superior (CES).

[Cobra contribuição de ex-alunos de IES públicas].

Constituição

Art. 212. A União aplicará, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos, transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do artigo 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no artigo 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei. [redação dada pela emenda Constitucional n. 14, de 13/09/96]

PLC

Art. 212. A União, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, vinte e cinco por cento, e os Estados, trinta por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 6º Pelo menos setenta e cinco por cento dos recursos da União a que se refere o caput constituirão o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, a ser distribuído entre as instituições federais de ensino, na forma da lei.

§ 7º Uma sexta parte, no mínimo, dos recursos dos Estados a que se refere o caput será obrigatoriamente gasta com a manutenção e desenvolvimento do ensino superior público em seu território.

§ 8º A educação superior terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social, recolhida na forma da lei, por todos os detentores de diplomas de graduação e pós-graduação obtidos em instituições federais, estaduais e municipais, para a ampliação de suas vagas e valorização salarial de seus profissionais.

Justificativa (da autora da emenda)

→ Pressuposto: educação superior como "direito de todos, segundo a capacidade de cada um" – o que exige aumento do número de vagas públicas e/ou fortalecimento dos mecanismos de crédito educativo.

→ Problema: falta de recursos públicos mobilizáveis atualmente.

→ PEC – "visa disciplinar os investimentos públicos em educação superior e induzir mais recursos para as universidades federais e estaduais".

Argumentos:

→ PEC não é medida isolada (soma-se ao aumento da vinculação de recursos à educação);

→ CES – descontada da renda bruta no pagamento do IR, sem perda de outros benefícios;

→ progressividade da alíquota, sem peso para a classe média (entre R\$ 25.000 e R\$ 50.000 de renda bruta anual);

→ possibilidade de acesso à universidade pública para população com renda anual inferior a R\$ 15.000;

→ "vacina contra a proposta de pagamento de mensalidades no ensino superior público".

PLC nº 118/2003

Autor: Dep. Eduardo Valverde - PT/RO

Institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária e dá outras providências

Constituição

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. [incluído pela PEC 11, de 30/04/96]

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. [idem]

PLC*

- Conceito e natureza jurídica.
- Princípios e Finalidades
- Autonomia Didático-Científica
- Autonomia Administrativa
- Autonomia de Gestão Financeira e Patrimonial
- Sistema de IES; Conselho Superior
- Regime Jurídico
- Financiamento e distribuição dos recursos
- Disposições finais e transitórias

Justificativa (do autor do projeto):

A LDB, de 1996, não contempla a autonomia universitária consagrada na Constituição de 1988 e proclamada em outros documentos oficiais, mas é crescente a luta por sua construção efetiva.

Este PLC visa delimitar a autonomia universitária, da qual depende o êxito da reforma do ensino público superior, com mais eficiência na aplicação dos recursos e, conseqüentemente, com melhoria na qualidade: da pesquisa, da produção do conhecimento e da socialização do saber. Assim, "a autonomia universitária não é um fim em si mesmo, mas condição necessária para a concretização dos fins da universidade".

*** Desenvolvimento do PLC**

Conceito de Universidade: "centro de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, que através da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão serve à sociedade, onde se integra e com ela se relaciona".

Natureza jurídica:

- Universidade Pública - criada por lei: autarquia especial, de direito público, com autonomia didática, científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial - deve seguir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- Universidades Privadas - de acordo com a natureza jurídica das mantenedoras - estarão sempre sujeitas à aprovação, registro e autorização de funcionamento pela autoridade pública competente.
- O Estatuto da universidade deve ser aprovado pelo respectivo colegiado superior e assegurar colegiados e órgãos de direção com decisão sobre o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e o planejamento; envolvendo a participação igualitária de todos os segmentos (docentes, alunos, corpo técnico e administrativo, sociedade civil).

Princípios:

- ensino, pesquisa e extensão - indissociabilidade e função social;
- interação com a sociedade e o mundo do trabalho; integração com os demais níveis;
- igualdade de condições para o acesso;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; qualidade acadêmica; gestão democrática e colegiada;
- eficiência, probidade e racionalização na gestão dos recursos;

→ valorização profissional dos docentes e técnico-administrativos.

Finalidades:

- gerar, transmitir e disseminar o conhecimento;
- formar profissionais nas diferentes áreas; ampliar acesso da população à educação superior;
- valorizar o ser humano, a cultura e o saber; promover a formação humanista; conservar e difundir valores; estimular a solidariedade humana...
- promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico, cultura;
- propiciar condições para a transformação da realidade visando à justiça social e ao desenvolvimento auto-sustentável;
- estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas contemporâneos, particularmente os regionais e nacionais.

Autonomia: para garantir, por meio dos órgãos colegiados, a liberdade de pensamento, a livre produção e a transmissão do conhecimento e a autogestão racional dos recursos e dos meios. A autonomia administrativa e a de gestão financeira e patrimonial decorrem da autonomia didático-científica e a ela devem subordinar-se.

Autonomia didático-científica - capacidade de definir, programar e executar a investigação e demais atividades culturais...

- organização curricular (criação, organização e extinção de cursos e programas; fixação de objetivos, conteúdos, número de vagas, calendário acadêmico, planos, programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, bem como de produção artística e cultural e, ainda, de atividades de extensão);
- estabelecimento de normas e critérios para seleção, admissão, transferência, promoção e exclusão [sic!] dos alunos;
- registro de diplomas conferidos;
- avaliação dos cursos e programas (com a participação de professores, alunos e demais profissionais da educação);
- criação do ensino à distância - para adultos em auto-aprendizagem;
- convênios com universidades estrangeiras...

Autonomia administrativa - capacidade de auto-organização e de edição de normas próprias para escolha de dirigentes e administração de recursos humanos e materiais:

- estabelecimento de instâncias decisórias; da política geral de administração da instituição; do quadro de pes-

soal; de planos de carreira e de remuneração de seu quadro de pessoal; de poder disciplinar em relação ao pessoal e ao corpo discente;

- elaboração e reformulação de seus estatutos e regimentos; escolha de seus dirigentes;
- admissão, nomeação, promoção, demissão e exoneração do seu pessoal; autorização de afastamento para atualização e participação em atividades científicas e outras;
- distribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- contratos, acordos e convênios; regulamento próprio para contratos administrativos (obras, serviços, compras, alienações e locações).

Autonomia de Gestão Financeira e Patrimonial - capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais (destinados pelo Estado, decorrentes de doação ou gerados pela própria IES), sendo que os recursos estatais serão destinados somente para criação e manutenção das Universidades Públicas:

- proposição e execução do orçamento; remanejamento de recursos;
- recebimento de doações, heranças, legados e subvenções; estabelecimento de cooperação financeira com empresas privadas e entidades públicas;
- realização de operações de crédito e prestação de garantias.

Sistema de IES - constituído pelas Universidades criadas ou incorporadas e mantidas pelo Estado ou pela iniciativa privada, que instituirá o Conselho Superior, visando fortalecer o sistema e manter sua unidade (integração das políticas orçamentária, financeira e administrativa, avaliação das Universidades, convalidação de diplomas de universidades estrangeiras, entre outras finalidades).

→ Competências do Conselho Superior: modelo de distribuição de recursos; elaboração do Plano de Trabalho anual e plurianual; orientação de políticas de gestão de pessoal das instituições do sistema; sugestões de ações administrativas para ajuste a esta lei; critérios para a definição de recursos para programas de expansão e melhoria da qualidade do ensino superior.

→ Composição - representantes de: Universidades Públicas (05 - 01 por região); Poder Executivo (01 - indicado pelo Presidente da República); dirigentes das Universidades Privadas (01); comunidade científica (01

- indicado pelo conjunto de suas associações); docentes (01 - indicado pela associação de classe nacional); reitores (01 - indicado pela entidade de classe nacional); estudantes (01 - indicado pela entidade nacional); sociedade civil (01 - indicado pelas Centrais Sindicais); Ministério da Educação (01).

Membros representantes das IES - escolhidos por maioria absoluta de seus dirigentes.

Presidente do Conselho - escolhido pelos pares.

Mandato dos membros - dois anos (com direito a uma recondução).

Regime Jurídico:

"Lei especial instituirá regime jurídico próprio e planos de carreira únicos respectivamente para os docentes e para o pessoal técnico-administrativo das instituições públicas de ensino superior e, no tocante às Universidades privadas, aplicar-se-á no que couber no estatuto próprio, os quais disporão sobre:"

→ estrutura dos cargos de provimento permanente - com isonomia de vencimentos e de estabilidade / concurso público de provas e títulos;

→ critérios de provimento permanente e temporário (carreiras, cargos, funções);

→ definição de direitos, deveres e vantagens dos servidores; disciplina das jornadas; procedimento administrativo disciplinar;

→ sistemática de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos;

→ contratação por tempo determinado para finalidades especiais.

Financiamento e Distribuição dos Recursos:

a) Dos recursos destinados ao ensino superior:

→ 90%, para manutenção e desenvolvimento das Universidades Públicas;

→ 5%, para expansão e melhoria da qualidade do ensino superior (conforme proposta orçamentária do Conselho Superior);

→ 5%, para o Fundo de reestruturação das Universidades (isonomia de excelência).

b) Indicadores para destinação:

→ número de alunos admitidos e diplomados nos cursos de graduação;

→ número de alunos admitidos e concluintes dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu (com certificação/titulação);

→ % de docentes com titulação de mestre e doutor;

→ produção acadêmica; avaliação dos cursos;

→ área do campus; área construída com finalidade aca-

dêmica;

→ hospitais universitários - número de alunos de graduação, residentes e de pós-graduação que neles atuem; número de leitos; tempo médio de permanência de paciente e taxa de ocupação por leito; número de atendimentos em ambulatórios e em pronto socorro; número de cirurgias realizadas.

Disposições Finais e Transitórias:

→ a Universidade Pública criada a partir desta lei (como autarquia ou fundação de direito público) fica transformada em autarquia especial, denominada Universidade Pública;

→ as demais IES mantêm o disposto nos respectivos diplomas legais;

→ autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades Públicas: segundo critérios específicos contidos nesta lei / não subordinação aos órgãos centrais ou setoriais da Administração Pública;

→ Universidades Públicas - autorizadas a criar, transformar e extinguir cargos - desde que com prévia dotação orçamentária;

→ IFES - compras; contratações; serviços de natureza singular... (acréscimo de um inciso ao artigo 24 da Lei 8.666, de 1993).

Nota

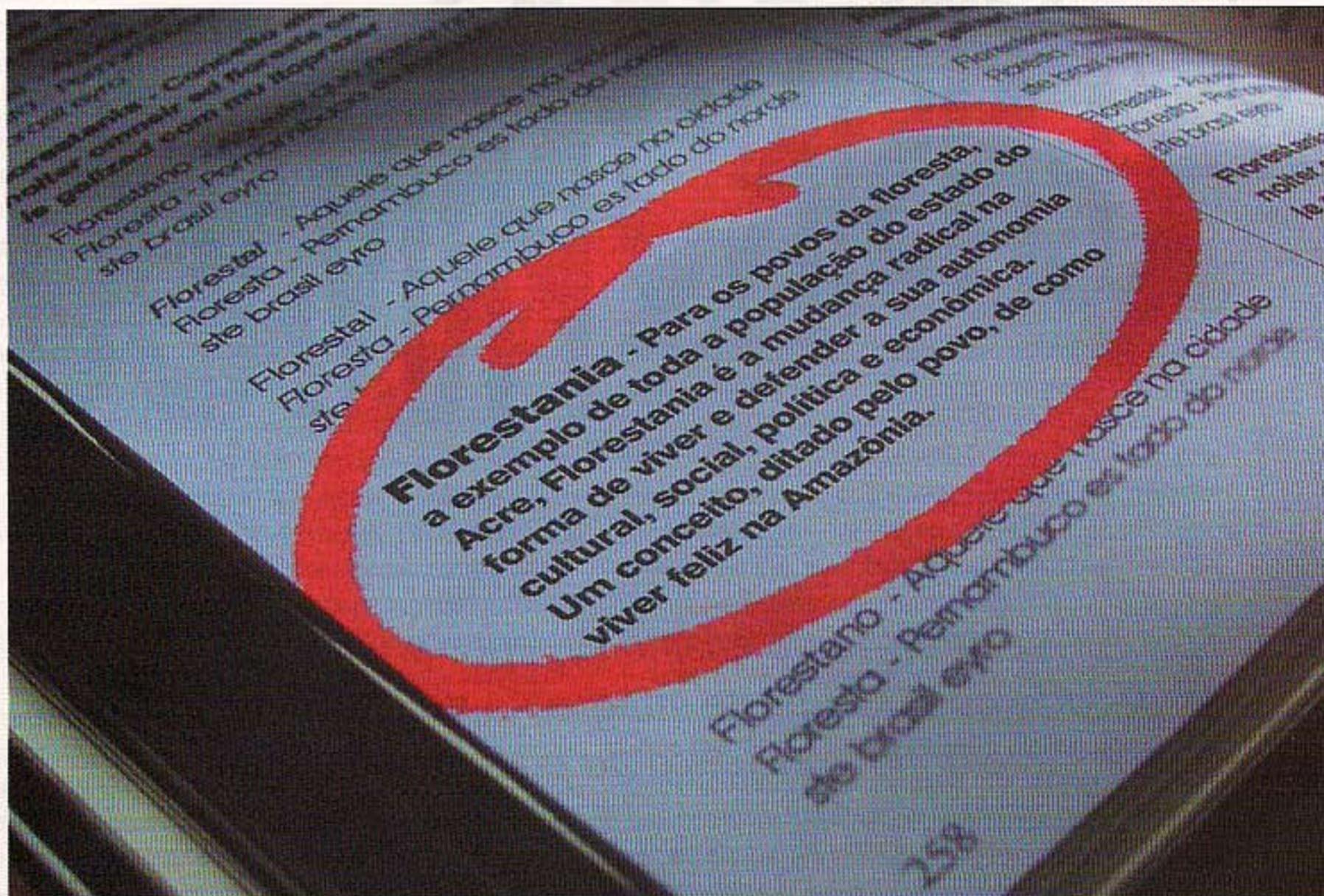
(1) O art. 60 dispõe sobre emendas à Constituição - quem pode apresentá-las (1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Federal ou do Senado; o Presidente da República; mais da metade dos membros das Assembleias Legislativas das UFs) - e sobre sua promulgação:

§ 3º A Emenda Constitucional será promulgada pelas Mesas da Câmara dos deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Nereide Saviani é doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora do mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos (Unisantos).

Florestania

Os povos da floresta estão escrevendo um novo verbete.



Florestania: Para os Povos da Floresta, a exemplo de toda a população do estado do Acre, Florestania é a mudança radical na forma de viver e defender a sua autonomia cultural, social, Política e econômica. Um conceito, ditado pelo povo, de como viver feliz na Amazônia.

O povo e o Governo do Acre praticam esse conceito. Cuidando das pessoas, da terra e dos seus recursos, buscam o desenvolvimento pautado na cultura amazônica, na consciência ecológica e na economia sustentada.

O manejo florestal e o extrativismo se associam à inovação nos negócios, na indústria, agricultura familiar e pecuária em áreas já desmatadas. O zoneamento ecológico tem a adesão dos setores produtivos porque não é lei, mas um pacto com a sociedade. O respeito aos povos indígenas dita avançadas propostas de convivência e integração.

História, cultura, território, biodiversidade, tudo é cuidado para agregar qualidade à vida nas cidades, campos e aldeias, nas florestas e rios do Acre.



A REFORMA do ENSINO superior PRIVADO

Madalena Guasco Peixoto

A expansão do ensino superior privado após a década de 90 foi parte integrante da reforma neoliberal e antidemocrática da educação nacional

A expansão do ensino superior ocorrida nas últimas décadas e em pleno desenvolvimento atual se dá dentro de uma lógica política diferente da exercida e orientada durante o período da ditadura militar.

A expansão no período da ditadura militar foi movida por três principais eixos: por uma inclusão de setores médios da população no ensino superior através de um aumento das IES públicas, com a criação de inúmeras federais e de algumas estaduais que passaram a compor o núcleo central da expansão universitária, criando um sistema nacional universitário para tornar a universidade centro formador de um contingente numeroso de técnicos e especialistas para atender o modelo de desenvolvimento dependente do capital internacional e promover um crescimento do ensino privado cujas características foram demarcadas principalmente pela existência de faculdades isoladas, sendo

poucas as universidades privadas se compararmos com os dados atuais.

Em 1964 as vagas no ensino superior público representavam 60% do total; já em 1985 representariam 30% do total.

Foram criadas inúmeras facilidades para a construção de uma vasta rede de estabelecimentos de ensino privados através da concessão de subsídios diretos e indiretos.

Apesar de toda rede privada durante o regime militar responder a apenas 2% das pesquisas universitárias realizadas, estas pesquisas se concentravam em um número muito restrito de universidades, com características muito específicas.

As universidades privadas, principalmente as católicas e Pontifícias, recebiam subsídios públicos que reduziam suas mensalidades, propiciando, além disso, a possibilidade da criação em algumas delas de programas de pós-graduação que historicamente foram se constituindo em referência.

Todavia, na medida em que os governos militares incentivaram o crescimento do setor privado no ensino superior e o Conselho Federal de Educação passou a autorizar o funcionamento de um número cada vez maior de faculdades isoladas, que em 1984 já somavam mais de 800 em todo o país, foi deixando de exercer qualquer ação fiscalizadora nessas instituições que, assim como atualmente, estão livres para oferecer um ensino de péssima qualidade, através de contratação de professores em regime de hora-aula.

Durante a ditadura militar, apesar de grande expansão do ensino privado que concentrava mais de 60% das matrículas, ocorreu também um certo desenvolvimento do ensino público universitário através da fundação de universidades federais e estaduais, principalmente nas regiões nordeste e norte do país.

A expansão do ensino superior que presenciamos atualmente ocorre dentro de uma outra lógica e dentro de uma outra orientação política.

O fim da ditadura militar trouxe à tona diferentes concepções políticas acerca dos rumos do ensino superior no país, além de evidenciar concepções diferenciadas sobre a necessidade de uma nova reforma universitária.

Os setores progressistas defendiam uma ampla democratização das universidades, um padrão de qualidade único para o ensino superior no país, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e uma ampla autonomia universitária entendida como fundamental tanto para a democratização da estrutura do ensino superior como também para livre produção de conhecimento. Levantaram a bandeira do ensino público e gratuito, laico e de qualidade e verbas públicas apenas para as escolas públicas.

A Constituição aprovada em 1988 refletiu esse debate; no entanto, no que diz respeito às verbas públicas abriu um enorme flanco no artigo 213 que permite a concessão de verbas públicas para as escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas.

Como se já não bastasse, esse artigo ao separar quem pode ou não receber verbas públicas pressupõe a idéia (que reflete a realidade) da existência de instituições de ensino puramente empresariais, que visam a lucro, liberadas a explorar a educação e o conhecimento como mercadorias.

Ao analisarmos o Decreto do Presidente da República nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, e o Decreto nº 3.860, de 19 de julho de 2001, observaremos claramente como de fato a desregulamentação foi sendo construída na forma da lei.

O Decreto nº 2.306 em seu artigo 7º afirma: "As instituições particulares de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física ficam submetidas ao regime mercantil, quanto aos encargos fiscais, para fiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual".

Esse mesmo artigo no decreto de 2001 é desenvolvido no sentido de dar formatação ainda mais liberalizante a esse setor.

Após a promulgação da Constituição de 1988 os artigos que se referem à Educação deveriam ser regulamentados através da elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases e de um Plano Nacional de Educação.

Passados vários embates, o balanço que fazemos é de que a Lei de Diretrizes e Bases aprovada é propositadamente ambígua no que diz respeito ao padrão de qualidade único para o ensino privado e público, a democratização das instituições de ensino superior e quanto às exigências de plano de carreira e contrato dos professores do ensino superior.

Formaliza a existência em 5 tipos básicos de Instituição de ensino superior, qualificando-as em: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas e os Institutos Superiores ou Escolas Superiores. Cria, ainda, um contra-censo quando pressupõe universidades por área de saber e a divisão entre instituições de ensino e instituições de pesquisa.

A autonomia universitária que se refere à LDB ao ser aplicada segundo o entendimento dos empresários da educação representa liberalidade total para a criação de novos cursos e formatação dos "tradicionais", uma vez que os critérios estabelecidos para a provação de cursos são extremamente facilitadores e os empresários se especializaram em burlar qualquer tipo de controle avaliativo.

Conceder autonomia administrativa e de gestão para empresas de direito privado é falar do óbvio. Como donos e patrões, os empresários possuem toda a autonomia necessária para dirigir, contratar e demitir, com o agravamento de as Mantenedoras juridicamente serem entes diferentes das mantidas criando para os empresários uma facilidade no descumprimento das legislações trabalhistas e outras.

Os empresários possuem toda a autonomia necessária para dirigir, contratar e demitir.

A autonomia universitária, como preceito constitucional, representa princípio que deve ser regulamentado com o seu equivalente de responsabilidade social.

A exigência de gestão democrática dos rumos acadêmicos e administrativos e a existência e funcionamento de órgãos colegiados representa para os empresários da educação uma intervenção inadmissível em suas empresas.

Não é à toa que a LDB não se refere da mesma maneira sobre autonomia universitária para o ensino superior público e privado.

As empresas de educação já possuem autonomia de contratação sem concurso e o controle quase que total tanto dos conteúdos quanto da duração dos cursos, oferecidos segundo as demandas do mercado e visando, se

mudanças na educação, orientando uma ampla reforma educacional ainda em curso.

Essa reforma educacional, de forte marca economicista e tecnocrática, retira a educação da esfera dos chamados direitos da cidadania e a coloca como um serviço disponível no mercado.

A educação sai da esfera do público dirigindo-se à esfera do privado. Sai do âmbito dos direitos e se coloca no dos serviços não exclusivos do Estado, assim como ocorre com a saúde e a previdência social.

Sob a determinação do Banco Mundial, foram sendo moduladas: tanto a estrutura quanto a função dos vários níveis e modalidades da educação no Brasil – da educação infantil à pós-graduação.

Até os anos 70 o Banco Mundial compunha-se como uma agência internacional de financiamento e assistência técnica para projetos de investimentos, deslocando depois sua esfera de atuação para assumir um perfil mais político: coordenar o “desenvolvimento sustentado independente”, passando a se constituir como uma das principais agências de financiamento para projetos sociais, voltados ao combate à pobreza por meio da educação, da saúde e principalmente da agricultura.

No Brasil verificam-se várias inserções do banco mundial na educação.

No ensino superior verificamos que a partir de 1990, com a Conferência Mundial para Todos realizada em Jontiem, o Banco Mundial orienta sua prioridade para a educação básica, reafirmada no Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial: o trabalhador e o Processo de Integração Mundial, de 1995, “recomendando” aos governos que centrem “a inversão pública na educação básica, recorrendo ao mesmo tempo, em maior grau, ao financiamento familiar para a educação superior”.

Em março de 2000 o Banco mundial orienta no sentido da necessidade de uma ação urgente no sentido de expandir e melhorar a qualidade da educação superior nos países pobres, vinculando o seu desenvolvimento a esse nível de ensino.

O que aparentemente soa como reorientação não é. Basta analisar a expansão do ensino superior no Brasil depois da década de 90 e os conceitos de avaliação de qualidade que compõem a avaliação institucional elaborada pelo MEC neste período.

A privatização da educação e sua transformação em serviço orientam tanto a política para a escola pública como privada e vem sendo construída através de um conjunto de leis e por um número absurdo de portarias, que pouco a pouco vão desestruturando a educação nacional

A política neoliberal trouxe profundas mudanças na educação.

possível, a pequeno investimento e muito lucro.

A LDB, do artigo 43 ao 57 – que regem o ensino superior – é vaga e omissa no que regulamentaria um padrão de qualidade único e extremamente precisa e detalhista no que se refere à consolidação de uma estrutura do ensino superior que vem sendo questionada historicamente pelas associações docentes e discentes em todo o país.

O Plano Nacional de Educação, recentemente aprovado, além de refletir as anomalias contidas na LDB reforça que a política de expansão do ensino superior no país se dará preferencialmente através da ampliação das vagas nas instituições privadas em clara conformação com o projeto antidemocrático e neoliberal.

No PNE aprovado, as metas que indicavam pequeno avanço foram vetadas por FHC. Somente na seção do ensino superior o Presidente da República, dos nove vetos totais, fez quatro.

A meta que estabelecia uma oferta de vagas nunca inferior a 40% no ensino superior público; a que criava um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior de pelo menos 75% dos recursos da união, vinculados à manutenção e à expansão da rede de instituições federais; a que ampliava o acesso ao crédito educativo; e, por fim, a que ampliava o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, triplicando em dez anos os recursos atualmente destinados a essa finalidade.

A política neoliberal concretizada em nosso país, particularmente durante o governo FHC, trouxe profundas

e estruturando um “novo” modelo mais acentuadamente privatista e antidemocrático de educação.

As instituições privadas dirigiram e deram os parâmetros para a estruturação do ensino superior, moldando a lei segundo a realidade estabelecida por esse setor durante a sua história.

Uma análise da maioria dos proponentes e dos projetos que ainda hoje estão na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para tramitação, evidenciaria sem dúvida essa conclusão.

É principalmente nisto que reside a privatização da educação em nosso país como um todo e particularmente a do ensino superior. Privatização que remodelou tanto o ensino superior público como o privado.

A expansão do ensino superior ocorrido nas últimas décadas respeita essa lógica política.

O crescimento verificado no oferecimento de vagas no ensino superior se deve principalmente ao crescimento da rede particular de ensino que ocorre tanto através da ampliação do número de vagas e cursos como pela fundação de novas IES privadas em todo o país.

Esse crescimento é orientando, pela grande defasagem de vagas nas IES públicas diante de uma demanda crescente pelo ensino superior e por uma orientação que tem como objetivo o rebaixamento do papel do nosso país na estrutura internacional.

O crescimento que vem ocorrendo no ensino superior não respeita um projeto maior de desenvolvimento econômico e social do país, está em acordo com as exigências estatísticas dos órgãos internacionais (Banco Mundial) e em acordo com a obtenção de lucros.

Não existe dúvida quanto à necessidade objetiva de expansão do ensino superior no país já que a inclusão no ensino superior no Brasil é aviltante se comparado com a inclusão que existe na maioria dos países da América Latina e Central e a formação universitária é fundamental num projeto de formação profissional, científica e cultural de quadros.

No entanto, análise dos dados dos censos de 1998 a 2004 revela a qualidade que se esconde por trás da expansão quantitativa do ensino superior.

Se em 1998 o número de universidades privadas quase ultrapassava o número total das públicas somadas entre si, em 2000 o governo parece ter conseguido melhorar sua meta, ou seja, o número de universidades privadas já ultrapassava o número total de públicas somadas, com uma observação impressionante: diminuiu de 8 para 2 o número de universidades municipais em apenas dois anos.

Em 1994 existiam 127 universidades em todo o país, das quais 39 eram federais; 25 estaduais, 4 municipais e 59 particulares.

Esse dado é relevante, uma vez que a década de 90 presenciou um movimento de transformação em todo o país: de centros universitários e faculdades integradas em universidades – fenômeno este que se acelera após 1994.

Na rede particular essa proliferação de universidades ocorre principalmente pelos seguintes fatores: 1) entendimento e aplicação de uma autonomia universitária que para os empresários da educação significa liberalização do ramo educacional, além da LDB dividir ensino pesquisa e extensão, considerando a existência de instituições apenas de ensino, criando, além disso, a possibilidade de universidades por campo de saber; 2) porque as exigências contidas na LDB para as universidades públicas e privadas são de caráter e ênfase diferenciadas; 3) porque as exigências de um número de professores titulados e com regime contínuo nas universidades têm sido interpretadas e implementadas pelos empresários da educação segundo os seus interesses, já que não existe uma regulamentação oficial sobre como devem ser constituídos os planos de carreira e os contratos por tempo contínuo; 4) porque a transformação de centros universitários e faculdades integradas em universidades otimiza os custos; regula, de certa forma, a concorrência; e amplia as margens de lucro.

É preciso acrescentar a esta análise que, apesar deste aumento do número de universidades e de Centros Universitários, ainda predominam no Brasil as IES isoladas que, em 2000, num total de 1180 IES, 855 eram desse tipo; das quais 782 particulares.

Em 2002 foram autorizadas 230 instituições – todas privadas; um crescimento de 19% em um ano se compararmos com os dados de 2001 do censo do ensino superior. Em 2003 ocorreu uma diminuição do crescimento: apenas foram credenciados 118 estabelecimentos mesmo assim ocorreu uma expansão de 8%. Atualmente estão tramitando no Conselho Nacional de Educação quase 1000 pedidos de credenciamento.

O dado, portanto, de crescimento do número de matrículas em 4 anos evidenciado pelo censo-1998 de cerca de 28% e que é apresentado como um grande avanço pelo MEC, quando comparado ao ocorrido em 14 anos (20,6%); e de um crescimento de 13,7% de 1999 a 2000, não explica a qualidade desse crescimento, que ocorreu direcionado para a rede particular, o que não demonstra

Faz-se necessário regulamentar o ensino superior privado como concessão do Estado.

uma democratização no acesso ao ensino superior, colocando nas mãos principalmente dos empresários da educação a "responsabilidade" na formação dos profissionais de nível superior.

As IES particulares em sua grande maioria demonstram, através dos dados retirados do censo/1998-2004, que a qualificação docente, o regime de contrato e o tipo de educação que estão oferecendo ao mercado não se baseiam num padrão de qualidade social.

No que diz respeito à qualificação docente, os dados do censo-1998 revelavam também uma grande desproporcionalidade entre as IES públicas e privadas. O número de docentes com especialização, mestrado e doutorado nas IES públicas era 62% maior do que nas IES privadas. Em 2000 esta relação era de 55% mais professores qualificados na rede pública do que na rede privada, mantendo essa proporcionalidade em 2004, com o agravamento de que na rede privada não existe o comprometimento na grande maioria das instituições com programa de qualificação docente, nem quadro de carreira.

Quando analisamos a expansão voltada ao interior do país, expressa através dos dados dos censos (1998-2000), verificamos que ela vem se dando quase exclusivamente na rede particular, fundamentalmente em IES do tipo não-universitário, onde predomina o regime de contratação por hora-aula e com menor número de professores com mestrado e doutorado.

Acrescenta-se a isso o fato de os cursos mais oferecidos pela rede particular de ensino superior em todas as regiões do país serem: direito, administração e contabilidade e cursos de formação de professores de curta duração.

Estes são alguns dos dados que revelam que a expansão do ensino superior no Brasil vem se dando de forma articulada com a política mais geral de orientação neoliberal.

Demonstra um descaso com as futuras gerações de profissionais e com um projeto de desenvolvimento autônomo de nosso país.

É uma expansão antidemocrática e privatista, além de quase exclusivamente empresarial mercantil, responsável por 78% das matrículas.

A política de privatização do ensino superior moldou um complexo sistema privado que hoje possui características novas e uma tensão constante.

As chamadas comunitárias foram, com raras exceções,

alterando seu caráter transformando-se em universidades lucrativas. Entre as filantrópicas existe uma enorme diversidade; isto sem falar nas modalidades estruturais e administrativas e de exigências entre os diferentes tipos de instituições de ensino superior.

Realmente precisamos de uma AMPLA reforma do Ensino superior para o país, porém, essa reforma tem que reorientar o ensino superior no Brasil para colocá-lo a serviço de um projeto democrático de desenvolvimento nacional.

E para isso sua expansão tem de estar direcionada por um planejamento nacional, levando-se em consideração as necessidades regionais e, ainda, a complexidade na formação de profissionais, técnicos e cientistas. Colocar o ensino superior voltado para as necessidades nacionais.

Faz-se necessário conceber e regulamentar o ensino superior privado como concessão do Estado, compondo juntamente com o ensino superior público um amplo e articulado sistema nacional de ensino superior que coloque padrões de qualidade, redefina a expansão, fortaleça a democracia e regule a autonomia universitária, orientando as políticas de ensino pesquisa e extensão.

Resgatando a importância da graduação, atualizando os currículos com uma formação ampla, crítica e com fundamentação teórica, abrindo possibilidades para a continuidade da formação e a possibilidade de utilização dos avanços das novas tecnologias de comunicação e informação. Que impulse a produção de conhecimentos retirando do foco as avaliações meramente quantitativas da produção docente e discente. Redimensione a estrutura universitária no sentido de democratizá-la e de agilizá-la para que cumpra seu papel social e que fundamentalmente democratize o acesso e permanência colocando como meta principal a expansão da educação superior pública e gratuita.

Esse sistema do ensino superior brasileiro deve colocar a universidade a serviço da complexa sociedade brasileira.

O Sistema Nacional do Ensino superior necessitará redefinir o que é universidade e colocá-la a serviço da formação básica e continuada dos professores e trabalhadores da educação básica. ●

Madalena Guasco Peixoto é doutora em Filosofia e História da Educação pela PUC/SP; autora do Livro "A Condição Política na Pós-Modernidade: A Questão da Democracia" (São Paulo, Educ.1999); diretora Geral do Centro de Educação da PUC/SP; diretora de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); e membro da executiva Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.



OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

**OLINDA, AGORA, É COMO
O BRASIL. É DA GENTE.**

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

OLINDA
Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA
POPULAR**

“CIÊNCIA e TECNOLOGIA para o DESENVOLVIMENTO nacional”

Por Edvar Bonotto

Entrevista com Luis Fernandes

O atual Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Luis Fernandes, é professor-doutor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense e do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Até assumir a sua atual função no MCT foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, bem como Diretor Científico da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) de 1999 a 2002. Ele falou à Príncípios sobre algumas das questões que cercam nosso desafio no campo do desenvolvimento científico e tecnológico e sua vinculação com a construção de um projeto nacional soberano

Alguns diagnósticos sobre as causas do nosso atraso em relação aos países desenvolvidos na área de ciência e tecnologia já foram realizados no passado. Segundo dados de 1998, em produção científica, registro de patentes e investimentos em pesquisa, três blocos dominam o cenário mundial: América do Norte (sem o México), Ásia industrial (liderada pelo Japão) e Europa. Essas três regiões foram responsáveis, respectivamente, por 36%, 25% e 24% dos investimentos mundiais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), que alcançaram a soma de US\$ 732,5 bilhões. Como comparação, o Brasil investiu apenas cerca de US\$ 1 bilhão. Como o Brasil precisaria atuar nesse contexto?

Luis Fernandes – O fato é que o mundo passou nas últimas décadas por um amplo processo de transformação produtiva e societária – que recebeu nomes distintos, como “revolução técnico-científica”, “terceira revolução industrial”, “revolução da informática” etc. De fato, houve uma mudança na base tecnológica e no padrão de produção. Um dos elementos centrais desse processo é a crescente centralidade da Ciência e Tecnologia na própria produção. Isso conferiu vantagem estratégica na geopolítica mundial àqueles países dominantes que estão na fronteira das inovações tecnológicas que caracterizam o novo padrão, como a telemática (desenvolvimento da informática associado a telecomunicações e seus múltiplos aplicativos). Essas transformações reforçaram, em particular, o poder estrutural dos Estados Unidos na geopolítica mundial, em função do papel dominante desempenhado por suas empresas, com forte patrocínio estatal, na inovação tecnológica das últimas décadas. Após o colapso do mundo socialista e o fim da Guerra Fria, esse poder estrutural foi complementado pela montagem de bloqueios legais no sistema internacional que tratam de impedir os países que não estão na dianteira desses processos de virem a concorrer com as potências centrais. Isso se traduziu, muito concretamente, nas pressões para obrigar os países em desenvolvimento a adequarem sua legislação a padrões de proteção da propriedade intelectual que, na verdade, preservam e consolidam a condição monopolista alcançada por empresas dos países centrais, em particular norte-americanas. Trata-se de tentativa de impor pela força, por meio das normas internacionais que regulam o direito de propriedade, uma “reserva de mercado” global para essas empresas.

O ponto central é que o conhecimento se tornou uma das dimensões cruciais do exercício do poder nas rela-

ções internacionais. A assimetria no domínio científico e na capacidade de inovação tecnológica é uma das bases fundamentais da polarização do mundo contemporâneo. Portanto, um país que queira viabilizar seu desenvolvimento tem de conferir importância estratégica à área de Ciência e Tecnologia. Em última instância, isso nos remete às relações de poder no sistema internacional.

Nesse terreno o Brasil tem de ampliar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Ele investe hoje 1% do PIB, o que é baixo em relação aos países centrais, mas não tão baixo assim em comparação com outros países em desenvolvimento. Contudo, trata-se de patamar insuficiente para o Brasil consolidar nichos científicos e tecnológicos cruciais para o seu desenvolvimento. Um dos objetivos centrais do governo federal e do MCT é viabilizar a ampliação dos investimentos em Ciência e Tecnologia no Brasil para 2% do PIB. Isso abarca não só os investimentos efetuados diretamente pelo poder público em institutos e universidades (onde até hoje se concentra a maior parte da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico no país), mas também os investimentos em ações de Pesquisa e Desenvolvimento em empresas nacionais. O esforço para viabilizar um novo projeto nacional de desenvolvimento exige tanto a interação entre o conhecimento fundamental produzido em instituições públicas de C&T e a sua aplicação em políticas públicas e nichos de mercado, quanto o apoio público direto à inovação em empresas nacionais.

Nossa compreensão, enfim, é de que a Ciência e a Tecnologia compõem dimensão estruturante do desenvolvimento nacional - alavanca crucial para o Brasil superar as desigualdades e vulnerabilidades que marcam a sua inserção no sistema internacional.

Quais os fundamentos para a política nacional de C&T sob a perspectiva de um novo projeto de desenvolvimento para o país?

Luis Fernandes – O ponto de partida é constatar que temos um sistema nacional de ciência e tecnologia bastante complexo e abrangente, montado nos marcos do esforço de desenvolvimento nacional que caracterizou o país da Revolução de 1930 até a crise da dívida na década de 1980. Foi desenvolvido um amplo sistema de pesquisa nas universidades e instituições públicas, bem como políticas exitosas de promoção do desenvolvimento industrial. A FINEP foi estabelecida como agência promotora da inovação tecnológica e construtora de instituições de pesquisa. Foi estruturado um sistema nacional de pós-graduação em torno da Capes no Ministério da Educação. O CNPq foi constituído como importante agência de fomento das atividades de pes-

quisa. Outra experiência exitosa foi a criação da Embrapa, cuja atuação construiu as atuais vantagens comparativas do nosso agronegócio no mercado mundial. A Petrobras desenvolveu, de forma pioneira, tecnologia de ponta para prospecção de petróleo em águas profundas. A Marinha superou entraves internacionais desenvolvendo a sua própria tecnologia de enriquecimento de urânio para o nosso Programa Nuclear. Já na Aeronáutica tivemos o esforço que resultou na criação da Embraer e no desenvolvimento de tecnologia nacional de lançamento de foguetes. Em suma, estruturamos um sistema de C&T integrado a um esforço concentrado e prolongado de desenvolvimento nacional.

Como sabemos, esse projeto nacional foi duramente abalado, no início dos anos '80, pela crise da Dívida Externa e acabou derrotado politicamente nos anos '90 pelo predomínio de uma orientação neoliberal. O sistema nacional de C&T montado no período anterior, no entanto, preservou relativo dinamismo, apesar do novo contexto desfavorável. Com isso, pudemos, mesmo sob o governo Fernando Henrique Cardoso, em particular no seu segundo mandato (na gestão do ministro Sardenberg no MCT), criar novos instrumentos de fomento à atividade científica e tecnológica – como os fundos setoriais – e realizar a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Isso representou um avanço, tanto no reconhecimento da importância estratégica da área, quanto na gênese de novos instrumentos e fontes de fomento. Mas, naquele momento, esses instrumentos permaneceram desconectados de um projeto nacional de desenvolvimento, já que segundo a concepção predominante no governo FHC, o próprio mercado deveria regular o desenvolvimento por ser o alocador mais eficiente de recursos.

Como a estratégia do MCT se vincula à busca de um novo projeto nacional de desenvolvimento?

Luis Fernandes - Assim que o ministro Eduardo Campos e sua equipe tomaram posse, foi deflagrada a discussão do Plano Estratégico do Ministério. Assumimos a direção do MCT no momento em que se finalizava a definição da Política Industrial, de Desenvolvimento Tecnológico e de Comércio Exterior (PITCE) pelo governo federal. Uma oportunidade histórica se abre para o país, uma vez que, após um quarto de século, o Brasil volta a ter desenhada uma política nacional de desenvolvimento. Isso nos permitiu vincular o planejamento estratégico do Ministério ao norte mais geral da política industrial. Esta, por sua vez, se estrutura sobre a compreensão de que a inovação de base científica e tecnológica é a base do novo esforço de desenvolvimento.

Neste contexto, concebemos um plano estratégico para a área de C&T composto de três eixos verticais estruturantes associados a um plano horizontal – o da manutenção do sistema nacional de C&T e dos esforços para sua efetiva nacionalização, por ser um sistema implantado de forma desigual no conjunto do país. Este plano horizontal abarca iniciativas, ações e programas para fortalecer, expandir e consolidar o sistema nacional herdado do esforço de desenvolvimento anterior.

Deste plano absolutamente fundamental emergem três eixos verticais, que estruturam nossas ações estratégicas na área de C&T.

O primeiro eixo vertical vincula a nossa atividade às prioridades da política industrial que acabou de ser anunciada e que identificou quatro setores estratégicos: indústria de software; fármacos; semicondutores e microeletrônica; e bens de capital. Ao lado desses setores, foram identificadas, ainda, três áreas consideradas “portadoras de futuro” em que o Brasil tem competência de ponta instalada: biotecnologia, nanotecnologia e biomassa.

Ao segundo eixo denominamos “objetivos estratégicos nacionais”. Dentre eles, destacamos: 1) A retomada do programa espacial, sobretudo do Veículo Lançador de Satélite (VLS), além do desenvolvimento de satélites e da colocação de um satélite geoestacionário para monitorar o território brasileiro. Nesta área, que envolve importantes projetos estratégicos, há forte interface entre a atividade civil de C&T e a atividade de defesa nacional. 2) Dar continuidade e ampliar o programa nuclear de forma a tentar garantir o domínio completo do ciclo de enriquecimento do urânio no país a partir da tecnologia desenvolvida nos centros de pesquisa da Marinha. Aqui, também, se destaca a crescente interação civil-militar no desenvolvimento dessa tecnologia e desse programa. 3) Integrar efetivamente a região amazônica ao território nacional por meio de ações de C&T que explorem, com base no interesse nacional, a singular biodiversidade da Amazônia, bem como desenvolvam tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável da região. 4) Por fim, há toda uma esfera de cooperação internacional em que temos de colocar a C&T a serviço da política externa do país. Dar, por exemplo, uma dimensão científica e tecnológica ao projeto de integração da América do Sul, com uma série de programas visando intensificar a cooperação nesse domínio, e respaldar a interação com outros pólos no mundo, dentro da linha de prioridades da nossa política externa (África do Sul, Índia, China, Rússia), em que há forte interface com a área de C&T.

O terceiro eixo vertical abrange a inclusão social. Entre

as inúmeras iniciativas que compõem este eixo, eu destacaria quatro áreas principais: 1) Apoiar programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da região do semi-árido, que concentra altos índices de miséria e exclusão. A recente criação do Instituto Nacional do Semi-árido, vinculado ao MCT, integra este esforço. 2) Criação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's), espécie de centros de educação tecnológica vinculados a arranjos produtivos locais de forma a garantir sobrevivência, emprego e renda nas regiões mais depauperadas do país. Nossa meta é criar, ainda em 2004, cem desses centros. No programa espacial, por exemplo, uma das prioridades é a recuperação do Centro de Lançamento de Alcântara. Lá, a população local teve de ser deslocada e até hoje não foi alvo de uma política para gerar formas de sobrevivência alternativa. Uma ação planejada é a criação de um CVT em Alcântara para formar mão-de-obra para trabalhar na base de lançamento, evitando a necessidade de deslocamento da mão-de-obra técnica do centro-sul. Nesse vetor de combate à exclusão social, também estão inseridas iniciativas como a difusão científica e tecnológica, estendendo a cultura da C&T e também programas de combate à exclusão digital para garantir acesso à tecnologia e a instrumentos de informática a mais pessoas pelo país – uma vez que se trata de um dos elementos definidores da cidadania social.

No conjunto, esse é o desenho de nossa ação cuja lógica, resumindo, é promover e fomentar a C&T como parte estruturante de um projeto de desenvolvimento nacional.

Qual o papel do Estado nacional e das instituições públicas (universidades e institutos) na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico? Como deve ser a relação do Estado nacional com o mercado nesse setor?

Luis Fernandes – Separaria essa pergunta em duas dimensões. A primeira é o papel do Estado nacional e suas instituições na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Aqui cabe registrar não haver nenhuma experiência exitosa de desenvolvimento no mundo que tenha prescindido do poder público como agente fundamental de fomento do desenvolvimento, incluindo a sua dimensão científica e tecnológica. Isso é verdade tanto na experiência da Inglaterra no período anterior e posterior à Revolução Industrial quanto na experiência dos Estados Unidos ao longo dos séculos XIX e XX e para as experiências de sucesso entre países em desenvolvimento, como Coréia do Sul e China. Em todas elas o financiamento público serve de coluna vertebral para o esforço de desenvolvimento. É esse também o caso

do Brasil. Temos de encontrar os mecanismos e os instrumentos necessários – e consolidar os que já existem e ampliar seu raio de ação – para viabilizar o desenvolvimento científico e tecnológico de que o país necessita.

Isso é importante, sobretudo na inovação tecnológica que, por definição, é de grande risco e incerteza. A tendência das empresas não situadas em posição monopolistas em suas áreas no mercado mundial é de não investir pesadamente em desenvolvimento tecnológico e inovação, porque o custo envolvido nisso é alto – e o risco do não-retorno é gigantesco. Isso gera a tendência, nos países que não estão na fronteira do desenvolvimento científico e tecnológico, de as empresas privadas optarem pela compra de tecnologia no exterior – já desenvolvida e com eficácia já comprovada – como alternativa ao investimento próprio. Para viabilizar um projeto nacional de desenvolvimento é fundamental uma presença forte e determinante do poder público por meio de ações, investimento e fomento para que seja efetiva a ação de desenvolvimento tecnológico e inovação na economia nacional.

A segunda dimensão é como se deve dar a relação entre o Estado e o mercado nessa área. Há muita incompreensão em torno disso no debate político e ideológico. É necessário situar, então, em que terreno e estágio da luta nós nos encontramos hoje – que é a busca da viabilização de um projeto nacional de desenvolvimento, contraposto ao modelo neoliberal que predominou nos anos '90.

Um projeto nacional de desenvolvimento tem como um de seus elementos destacados o desenvolvimento do mercado nacional. Não estamos falando de um modelo socialista de desenvolvimento, mas da viabilização de um projeto nacional dentro dos marcos do capitalismo – embora se busque, em nosso caso, um desenvolvimento capitalista mais autônomo. Nesses termos, é muito importante a interação entre poder público e mercado, visando à consolidação e ao desenvolvimento do mercado nacional.

No que concerne ao sistema nacional de C&T é importante ressaltar que ele é integrado, mas complexo, e sua coluna vertebral é o setor de pesquisa básica – não diretamente subordinado a uma consideração de mercado ou à busca de um nicho de mercado imediato. É fundamental preservar isso porque em nenhum desenvolvimento científico e tecnológico se pode de imediato vislumbrar todas as aplicações que possam ser derivadas em médio e longo prazo no mercado – o que pode ser tolhido se pre-determinar um nicho de mercado.

A manutenção dessa coluna vertebral de pesquisa básica viabiliza a formação mais ampla de pesquisadores e criadores com sólida formação de pesquisa, o que pode ser

aplicado de variadas maneiras. Ao passo que se na formação apenas for enfatizada a aplicação técnica a uma necessidade de mercado, forma-se um profissional muito limitado, não adequado à complexidade das exigências da fronteira da produção científico-tecnológica produtiva na atualidade – que demanda quadros com mais plasticidade.

Como nosso sistema de C&T está a serviço de um projeto de desenvolvimento nacional, deve-se buscar a interação de dimensões do sistema nacional de C&T com o mercado nacional. Isso implica em facilitar a interação daqueles setores do sistema nacional de C&T que possam ter rápida aplicação em nichos de mercado visando situar o Brasil na fronteira nesses setores – garantindo geração de emprego e renda, e o retorno à sociedade do investimento feito no sistema público de C&T. Isso pode ser feito seja facilitando a interação com empresas nacionais que operam no mercado nacional e a capacidade de pesquisa e inovação tecnológica instaladas em universidades e institutos, seja viabilizando ações de apoio e fomento público à atividade de desenvolvimento e inovação feitas nas empresas, que depende também do poder público – uma vez que pela lógica espontânea e relações assimétricas existentes na economia mundial tal desenvolvimento tende a não ser efetivado pelas empresas. E a aquisição por parte delas de pacotes tecnológicos do exterior tem conseqüências negativas tanto na vulnerabilidade externa do país (em sua balança de pagamentos) quanto na perda de autonomia tecnológica do país diante do monopólio imposto pelas potências centrais, via legislação de proteção da propriedade intelectual.

Como amenizar e até mesmo superar as desigualdades regionais em C&T via política nacional?

Luis Fernandes – Neste ponto houve certa polêmica no meio acadêmico e na mídia no ano passado. De fato temos um sistema nacional bastante desenvolvido, heterogêneo e complexo, tendo como uma de suas características a forte concentração regional – sobretudo no Sudeste. Como lidar, então, com esse problema? Por certo tempo chegou a predominar o raciocínio de que o eixo norteador do sistema deveria ser a descentralização.

Consideramos não ser essa a melhor maneira de lidar com o problema, porque isso introduziria um conflito federativo no coração do sistema e acarretaria a pulverização de investimentos. Se o nosso grande desafio é, precisamente, concentrar esforços para gerar as bases científicas e tecnológicas necessárias ao desenvolvimento nacional e ao confronto e superação das assimetrias que o Brasil enfrenta no sistema internacional, a pulverização não é uma boa política.

Portanto, ao invés de enfrentar essa questão pela chave-

geral da descentralização, defendemos que o grande desafio é a **nacionalização** do sistema de C&T. Isso implica em programas diferenciados: em alguns programas devemos buscar a descentralização, em outros não. Por exemplo, ao se pensar a montagem de cem CVT's vinculados a arranjos produtivos locais, evidentemente, segue-se uma lógica de desconcentração e descentralização, cujo foco principal não será nos pólos mais desenvolvidos do Sudeste. Outro caso é a busca da consolidação da capacidade científica e tecnológica de áreas em que esta está menos consolidada, implicando que estas devem merecer alocação prioritária de recursos de capacitação e bolsas. Já em outras áreas há clara necessidade de concentração. O programa nuclear, por exemplo, não pode ser disperso pelas diversas unidades da Federação. O programa espacial tampouco. Embora tenha um braço no Maranhão, a sua lógica não pode ser a pulverização. Se a nanotecnologia é uma prioridade da política industrial, não podemos retirar recursos dos laboratórios nacionais de ponta existentes – torna-se necessário consolidá-los e estabelecer uma rede, a partir deles, que integre o sistema nacional. Outro exemplo: um problema estrutural do sistema de C&T é o acesso aos acervos bibliográficos e, nesse caso, podemos pensar na constituição, a partir do MCT, de uma Biblioteca Nacional Virtual que garanta acesso pela Internet aos acervos das bibliotecas universitárias em todo país – é um exemplo de ação centralizada que ajuda a expandir e integrar o sistema nacional.

A chave, então, é termos uma política diferenciada que consolide o sistema nacional de C&T. A competência existente no sistema precisa ser mobilizada para alavancar e consolidar áreas e regiões em que esta é mais fraca ou inexistente. Trata-se de montar uma lógica de soma positiva, em que os investimentos em setores estratégicos repercutem favoravelmente para o sistema como um todo e para todos os seus integrantes.

Como está a discussão sobre os fundos setoriais? Quais as posições na comunidade científica e a política do Ministério?

Luis Fernandes – O financiamento público é, e tem de ser, a coluna vertebral de qualquer projeto de desenvolvimento nacional e, dentro dele, de qualquer projeto de desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Assim, a questão do financiamento do modelo é crucial.

O Ministério tem dois instrumentos clássicos de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico: o CNPq e a FINEP. No segundo mandato de FHC surgiu um terceiro instrumento: os fundos setoriais. Ao todo são 14; o primeiro a ser criado foi o fundo do petróleo e, depois,

vieram mais treze. Esses fundos setoriais foram amplamente discutidos na Conferência Nacional realizada em 2001 e seu formato foi por ela consolidado.

Quando a área de C&T concebeu os fundos setoriais, eles foram entendidos como uma fonte complementar de financiamento, ou seja, eles entrariam como recursos complementares ao CNPq e à FINEP (e dentro desta, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – de utilização livre). O formato deles buscava complementar o sistema nacional de C&T vinculando investimentos a determinadas áreas prioritárias ou estratégicas para o desenvolvimento nacional. Eles foram constituídos e representaram uma nova fonte de recursos, mas ocorreu uma contradição: a orientação econômica do governo FHC não adotava por opção qualquer projeto nacional de desenvolvimento – naquela perspectiva de o mercado ser mais o eficiente locador de recursos. Isso gerou um descompasso entre os instrumentos criados pelos fundos setoriais e a orientação econômica predominante no governo. Como consequência, esses fundos que deveriam ser complementares se transformaram em recursos substitutivos dos recursos disponíveis no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Com isso os recursos dos fundos setoriais acabaram sendo a opção do sistema já constituído para obter financiamento necessário à sua manutenção, o que gerou distorções em relação às suas finalidades originais. Isso acabou determinando a pulverização dos fundos, que tenderam a atuar de forma desconexa e fragmentada.

Diante disso, estamos unificando a gestão de todo o sistema nacional de C&T, tanto do CNPq e da FINEP quanto dos fundos setoriais. Montamos uma coordenação dos fundos setoriais no Ministério e, por meio dela, encaminharemos aos comitês gestores sugestões e propostas de programas transversais para mobilizar os recursos dos fundos como um todo visando atender necessidades da manutenção do sistema básico em que isso for pertinente, mas para canalizar recursos para aqueles objetivos estratégicos a que me referi anteriormente.

Estamos introduzindo um novo modelo de gestão dos fundos, dentro da sua própria legalidade, pois agora se abre a possibilidade de eles realizarem a missão para a qual foram idealizados – canalizar recursos para os objetivos estratégicos de desenvolvimento nacional.

Por que ocorreu tamanha “denúncia” contra o país na grande imprensa brasileira sobre o tema da utilização do urânio? Quais interesses estão por trás disso?

Luis Fernandes – O Brasil é signatário do Tratado de

Não-Proliferação, assume todos os compromissos e responsabilidades oriundos desse tratado e expressa de todas as maneiras, inclusive por determinação constitucional, a sua disposição de não desenvolver armamento nuclear. É o único país no mundo que admite inspeções internacionais nas suas unidades militares. As unidades da Marinha que desenvolveram a tecnologia da centrífuga são submetidas a inspeções regulares da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Brasil está inteiramente aberto a tais inspeções e também é signatário de outros compromissos, como o firmado com a Argentina na Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

A grande questão é que tais inspeções estão orientadas pelos princípios da não-proliferação, sendo, então, fundamental examinar a quantidade de urânio que entra e sai da unidade de enriquecimento – para garantir que não haja desvio de urânio, que poderia servir para outros fins. Os mecanismos para essa averiguação foram amplamente discutidos e estão em operação. Ocorre que a AIEA, possivelmente por pressão da nova política de não-proliferação de tecnologia nuclear adotada pelos EUA, propôs mudar o formato das inspeções na unidade de enriquecimento de urânio que está sendo construída em Resende para abastecer as usinas de Angra dos Reis. Nos centros de pesquisa da Marinha, em Aramar, a unidade centrífuga que processa o urânio fica coberta por um painel. Na unidade de Resende, a AIEA propôs mudar os termos das inspeções, de forma a ter acesso visual à centrífuga que produz o enriquecimento, uma tecnologia nacional de ponta sem similar no mundo (embora os seus princípios teóricos gerais sejam conhecidos).

Para o Brasil, é inaceitável que a forma de realização das inspeções viole o nosso direito de preservar o segredo de uma tecnologia de ponta desenvolvida com muito sacrifício. Continuamos negociando com a Agência para encontrar formas de inspeção que garantam o cumprimento dos nossos compromissos com a não-proliferação de armas nucleares, sem sacrificar ou prejudicar a vantagem tecnológica adquirida pelo país no seu programa de energia nuclear. Esta postura é fundamental do ponto de vista da defesa dos interesses nacionais, já que, como vimos, os EUA e os demais países centrais não medem esforços para preservar a sua posição monopolista nos mais diversos campos do conhecimento. Em uma das poucas áreas em que estamos na dianteira, procuram nos impor uma norma para quebrar a vantagem tecnológica de que dispomos. 🍷

Edvar Luiz Bonotto é doutor em direito pela PUC-SP e membro da Comissão Editorial de Princípios.

40 anos

GOLPE MILITAR DE

desenvolvimento soberano
versus
integração subordinada

José Carlos Ruy

*A luta entre dois modelos de desenvolvimento
aprofundou-se desde 1945 e está na base do conflito
que levou ao golpe militar de 1964*

Detalhe de manifestação em 1968.



Em entrevista ao programa Roda Viva, na TV Cultura, em 5 de abril de 2004, o empresário Ruy Mesquita, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, disse que para seu pai, Júlio de Mesquita, o principal adversário era o getulismo. Os dois Mesquita estiveram na linha de frente da conspiração que levou ao golpe militar de 1º de abril de 1964, e a afirmação é reveladora das raízes das contradições que levaram àquela ação militar contra a democracia, e que foi um episódio da luta de classes e da resistência das classes dominantes contra o alargamento da democracia, e também da disputa em torno dos rumos do desenvolvimento brasileiro.

Essa disputa crescia desde o final do Estado Novo, em 1945, demarcando os campos que se enfrentariam nas décadas seguintes: o nacional desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e o campo pró-americano, conservador e antiindustrialista (hoje chamado de neoliberal).

Getúlio Vargas inquietava as elites desde que começou a mudar sua política em 1945. Ele restabeleceu relações diplomáticas com a URSS, anistiou os presos políticos, aliou-se ao Partido Comunista do Brasil e decretou uma lei antitruste em defesa da economia nacional. Sua deposição foi o primeiro episódio do confronto entre os dois campos, que culminaria em 1964 com o estabelecimento da mais longa ditadura militar da história do Brasil. Após 1945, o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra foi um retrocesso democrático e econômico. Foi a continuidade da repressão contra os trabalhadores, cuja liberdade de organização foi severamente restringida, com seus sindicatos manietados e com o Partido Comunista do Brasil posto na ilegalidade. Na área econômica, aquele governo – baseado na coalizão conservadora que uniu o PSD e a UDN – praticou um livre-cambismo antinacional e antiindustrialista que fazia inveja aos atuais defensores do neoliberalismo.

O campo nacional-desenvolvimentista reafirmou-se em 1950 com a eleição de Vargas para seu segundo mandato presidencial. "A minha atuação obstinada", disse ele durante a campanha eleitoral, "foi transformar em nação industrial uma nação paralisada pela monocultura extensiva e pela exploração primária das matérias-primas". A reação da elite pró-americana contra sua eleição foi imediata e um de seus líderes, o jornalista Carlos Lacerda, defendeu o golpe militar contra a volta de Vargas que, dizia, "não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revo-

lução para impedi-lo de governar" (*Tribuna de Imprensa*, 1º de junho de 1950).

Mas Getúlio foi eleito e a declaração de Lacerda foi seguida como um programa que procurou fomentar a reação militar contra o eleito. Mas Vargas atraiu para seu governo o general Góes Monteiro, líder do golpe de outubro de 1945, e os setores nacionalistas do Exército que queriam uma política industrial para dar autonomia à defesa nacional. No governo, Vargas adotou várias medidas democráticas e de defesa da economia nacional, como o fim da exigência de atestados ideológicos nas eleições sindicais e a lei antitruste (que havia sido abolida pelos golpistas de 1945). Enfrentou forte oposição que explorava, inclusive, as limitações do nacional desenvolvimentismo que conciliava nacionalismo e participação do capital estrangeiro na economia levando, em certos momentos, a concessões às pressões imperialistas.

Quando Vargas nomeou João Goulart, do PTB, como ministro do Trabalho, a crise se agravou e tomou um ponto sem retorno depois do anúncio da disposição de dar um aumento de 100% ao salário mínimo. Oficiais superiores do Exército condenaram a decisão através do *Manifesto dos Coronéis*, de fevereiro de 1954, onde argumentaram que os ganhos dos operários alcançariam os "vencimentos máximos de um graduado", sendo uma "aberrante subversão de todos os valores profissionais".

Mesmo assim, Vargas mandou uma mensagem anual marcadamente nacionalista ao Congresso Nacional em 1954 e anunciou medidas para limitar a remessa de lucros ao exterior dos capitais estrangeiros aqui investidos, mas vacilou na adoção do monopólio estatal do petróleo e na criação da Petrobrás. E, em 1º de Maio, concedeu aumento de 100% para o mínimo. O embate permanente entre o programa de desenvolvimento capitalista autônomo para o país, e as forças conservadoras e entreguistas, antinacionais, antipopulares e antidemocráticas terminou em 24 de agosto de 1954 com o suicídio de Vargas. O golpe só não prosperou em consequência da intensa explosão da ira popular após o suicídio, frustrando parcialmente aquela ação antidemocrática e antinacional. Mesmo assim, para Carlos Lacerda o país estava em pleno ciclo revolucionário. "Era preciso começar de novo", escreveu, "com o interregno de um governo de exceção que limpasse o caminho para a restauração da democracia". E pedia uma "ditadura a prazo fixo e boazinha". Contudo, o governo dos golpistas, dirigido por João Café Filho e

A democracia era identificada com o comunismo

com expoentes do entreguismo, como Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Otávio Marcondes Ferraz, não teve forças para impor integralmente seu programa

antinacional, antidemocrático e antiindustrialista e fazer a reforma cambial exigida pelos conservadores, nem acabar com o monopólio estatal do petróleo (odiado pelos conservadores e pelos representantes do capital estrangeiro) ou cancelar a eleição presidencial marcada para 3 de outubro de 1955. Mas conseguiu revogar as restrições às remessas de lucros ao exterior pelas multinacionais. Permitiu também a importação, pelas multinacionais, sem cobertura cambial, de máquinas e equipamentos obsoletos.

O choque entre os dois modelos continuou sob Juscelino Kubitschek, que governou de 1955 a 1961. Visto como um herdeiro de Vargas, ele enfrentou a conspiração dos militares direitistas e das forças conservadoras, que tentaram impedir sua posse, afinal garantida pelo contra-golpe “preventivo” do marechal Henrique Teixeira Lott que, em 11 de novembro de 1955, afastou da presidência os golpistas de 1954. E enfrentou reações de militares conservadores que, em fevereiro de 1956, levantaram-se em Jacareacanga, no Pará, promovendo outro levante em 1959, em Aragarças (GO).

Juscelino mudou o modelo nacional-desenvolvimentista de Vargas e inaugurou um período de crescimento econômico baseado no capital estrangeiro cujo foco era o setor de bens de consumo duráveis (como eletrodomésticos, automóveis etc), abrindo as portas para as multinacionais, aprofundando um modelo, mais tarde chamado de dependente associado, aceitável para as classes dominantes, principalmente as elites agrárias e o capital financeiro. Não alterava a estrutura social do país e tinha a vantagem, para elas, de manter o movimento operário sob controle. O latifúndio continuava intocado, o capital financeiro aprofundava a ligação com o imperialismo; a burguesia fazia bons negócios com as multinacionais; e a classe trabalhadora parecia satisfeita com os empregos abertos pelas novas indústrias. Todos pareciam felizes e a concórdia parecia finalmente instalada na sociedade brasileira.

Sob os governos de Vargas, Juscelino e João Goulart a luta para consolidar a democracia tomou impulso. As medidas policiais contra dirigentes comunistas foram canceladas por Juscelino; as greves se multiplicavam –

embora duramente reprimidas pela polícia – e a organização sindical dos trabalhadores se aprofundava com a criação das primeiras centrais sindicais, como o Pacto de Unidade e Ação – levando, na década de 1960, à criação do Comando Geral dos Trabalhadores. A luta dos trabalhadores avançou e, em 1962, chegou ao caráter de greve política, impedindo a nomeação do conservador Auro de Moura Andrade como primeiro-ministro. No campo, as primeiras ligas camponesas surgiam desde meados da década de 1950 e, no governo Goulart, crescia a organização de sindicatos de trabalhadores rurais.

Para os setores conservadores e reacionários, essa era uma ameaça inaceitável. No campo político-eleitoral, as restrições antidemocráticas já se manifestaram na Constituinte de 1946, onde deputados defenderam o voto de *qualidade*, com privilégios para os eleitores diplomados em administração, ciência política ou direito. Para Ataliba Nogueira (PSD/SP), os votos dos advogados deviam ser contados em dobro! Na década de 1950, o jornalista Afonso Henriques, ligado à UDN, queria que um “voto cultural progressista”. Isto é, o voto dos alfabetizados sem ensino fundamental completo valeria um; com ensino fundamental completo, valeria dois; assim sucessivamente, até os eleitores com curso superior, cujo voto valeria quatro.

A democracia era identificada com o comunismo e, para o clero católico conservador, atentava contra a “ordem constituída por Deus”, como pregava o *Catecismo anticomunista* de D. Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina, MG, em 1963. Nessa linha, patrões e latifundiários pernambucanos acusavam, em 1963, o governo de Miguel Arraes de criar um “clima de terror e insegurança” por não permitir que a polícia reprimisse greves de trabalhadores rurais e por tomar medidas para desarmar as milícias particulares dos fazendeiros. Para os fazendeiros, era uma técnica de “desmoralização do princípio da autoridade”.

No campo econômico, as conquistas políticas traduziam-se em ganhos salariais que escandalizavam os conservadores. Naquele período o salário mínimo alcançou seus valores mais altos desde sua criação em 1940; e os coronéis não foram os únicos a reagir contra esses ganhos. Em 1960, por exemplo, um alarmado e conservador Roberto Campos constatou que a parcela dos trabalhadores na renda do setor urbano passava de 60% do total. Anos mais tarde, Miguel Arraes fez um diagnóstico preciso desse antidemocratismo: naquela época, escreveu: “Havia quem entendesse como uma desordem o fato

de todos serem iguais perante a lei”.

As contradições do período JK foram maquiadas pelo crescimento econômico. O ímpeto da produção industrial transformava profundamente a sociedade brasileira e, no campo, o impacto do capitalismo mudava a vida dos trabalhadores rurais com a crise do colonato (sistema em que o lavrador morava na fazenda e era remunerado pelo salário e pelo direito de ficar com parte da produção ou produzir para seu próprio consumo); começou, então, a crescer o número dos diaristas (depois conhecidos como bóias-frias).

O agravamento das contradições no final do governo Juscelino levou a grandes greves nas cidades e no campo. A dívida externa chegou a 3,8 bilhões de dólares e a inflação alcançou 52%, em 1959, e 23%, em 1960 – alta demais para os padrões da época.

Em seu curto período em 1961, Jânio Quadros encarou, para a elite conservadora, o “iluminado” que poria ordem na política e na economia – no trilho do conservadorismo liberal, mesmo tendo como contrapeso um vice progressista, João Goulart (naquela época, a eleição do vice era independente da do presidente). Mas nove meses depois da posse Jânio renunciou, esperando voltar ao governo nos braços do povo e com poderes fortalecidos. Abriu assim uma grave crise política, pois os ministros militares tentaram impedir a posse do vice, João Goulart que era, para a elite conservadora, a própria encarnação da “ameaça” operária e sindical. E da concepção de desenvolvimento autônomo, que não interessava ao imperialismo e a seus aliados brasileiros. Os ministros militares esbarraram na intransigência do Congresso Nacional e da população em defesa da legalidade contra a tentativa de golpe iniciada

no Rio Grande do Sul, onde o governador era Leonel Brizola, e com importante participação do Partido Comunista do Brasil. O próprio exército rachou, chegando à beira da guerra civil, até que a crise foi resolvida com a adoção do regime parlamentarista, limitando os poderes do presidente da República. Quando, em 7 de setembro de 1961, Goulart recebeu a faixa presidencial, a crise parecia superada.

Mas não estava. A emenda parlamentarista previa um plebiscito para julgar a nova forma de governo, exigência que ficou irrecusável depois que a CGT convocou uma greve geral em sua defesa em setembro de 1962 – outra ação inaceitável para os conservadores, uma

greve de trabalhadores para influir na política. Quando a consulta popular realizou-se, em janeiro de 1963, foi como se Goulart tivesse sido eleito outra vez para o cargo: recebeu 90% dos 11 milhões de votos. A conspiração dos conservadores contra o sistema democrático e contra Goulart, que vinha desde sua posse em 1961, tomou vulto, com poderoso apoio norte-americano. Para apoiar candidatos direitistas na eleição de 1962, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, outro órgão conservador formado por empresários, latifundiários, parlamentares direitistas e agentes norte-americanos) gastou cerca de 20 milhões de dólares. O país foi invadido por membros do Peace Corps: em 1962 e 1963, entraram no Brasil 7431 agentes norte-americanos. Ao mesmo tempo, o governo dos EUA, os banqueiros e empresários privados, suspenderam as linhas de crédito ao Brasil para sufocar economicamente o governo.

Goulart oscilou entre um apoio decidido à mobilização popular e tentativas para aplacar as elites. Quando finalmente decidiu-se a subir no palanque das reformas de base (principalmente as reformas: agrária, cambial e educacional) juntando-se ao movimento popular, era tarde demais.

A santa aliança dos proprietários e conservadores já envolvia a classe média numa base de massa em busca de legitimidade para o golpe que estava em andamento e, quando as tropas do general Mourão Filho saíram de Juiz

O golpe militar foi também uma derrota para os reformistas que desde 1958 predominavam na agremiação comunista.

de Fora para o Rio de Janeiro, na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964, encontraram um governo débil e indefeso. À fragilidade da organização popular e democrática, os golpistas opunham a férrea articulação elaborada nos meses anteriores, envolvendo empresários, militares, latifundiários, autoridades religiosas, representantes das multinacionais – uma das mais eficientes e monolíticas conspirações já vistas na história brasileira, conciliábulo de privilegiados e mandões de todo tipo da política brasileira.

O golpe militar foi também uma derrota para os reformistas que desde 1958 predominavam na agremiação comunista dirigida por Luís Carlos Prestes. Eles aposta-

O conflito entre o desenvolvimento autônomo e a exigência liberal permanece.

mente em articulações de cúpula, subestimando a organização popular e, anos mais tarde, Prestes reconheceu que aquela havia sido uma política direitista e que seu erro foi ter orientado seus partidários a recuarem em todas as frentes — uma posição coerente com a tese de que o golpe seria passa-

geiro e a normalidade democrática voltaria logo.

A liderança reformista acreditava que tinha um pé no governo e isso bastava para assegurar o movimento popular. Em consequência, não o levou a se enraizar solidamente nos bairros e locais de trabalho — com exceção do movimento camponês pela reforma agrária —, a despeito das grandes greves. Engano trágico, como revelou a fragilidade da mobilização quando o golpe ocorreu. No Rio de Janeiro, só os ferroviários aderiram à greve geral pela legalidade, favorecendo aos golpistas, pois tirou de circulação o meio de transporte para levar massas populares ao centro da cidade.

O alvo dos golpistas, como o PCdoB constatou corretamente no documento *O golpe de 1964 e seus ensinamentos*, de agosto de 1964, eram as forças populares. Eles voltaram-se contra a relativa liberdade que permitia a organização dos trabalhadores da cidade e do campo; o "avanço do movimento democrático e antiimperialista preocupava seriamente os reacionários do país e dos Estados Unidos", como o documento do PCdoB registrou, juntamente com a autocritica de erros esquerdistas semelhantes aos que, hoje, sob Lula, parcelas expressivas da esquerda voltam a cometer por não compreender o caráter do governo e da luta em curso no país.

Mas o poder discricionário nascia dividido. Seus personagens foram os mesmos que agiram contra Vargas e o nacional desenvolvimentismo em 1945 e 1954. Havia uma unanimidade entre eles: a profunda aversão à democracia e à extensão dos direitos do povo e dos trabalhadores. Mas divergiam quanto aos rumos que o novo regime iria imprimir ao país. No governo do primeiro presidente militar, o marechal Castelo Branco, pontificou a mesma constelação livre-cambista do efêmero governo de Café Filho, em 1954, com figuras como Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos. Mas não havia consenso entre os militares a respeito daquele liberalismo, e o conflito entre essa orientação e a busca de um desenvolvimento com alguma margem de autonomia marcou aquele regime. A solução para esse impasse foi o aprofunda-

mento do modelo associado dependente que tomou corpo no governo Juscelino.

O regime nascido em 1964 eliminou a democracia, perseguiu, torturou e assassinou democratas, nacionalistas e progressistas. E aumentou a dependência externa do país ao ancorar o desenvolvimento do país na busca de capitais estrangeiros e na atração de multinacionais.

Ao final das duas décadas de regime discricionário o país cresceu e passou a figurar entre as oito maiores economias industriais do planeta — mas era uma industrialização sem autonomia e com seus centros decisórios fora do país, resultado não do nacional reformismo, que eles recusavam, mas do modelo dependente e associado que aprofundaram. Sua crise deixou um Brasil com problemas sociais agravados, uma dívida externa recorde, um crescimento urbano descontrolado, e com uma desigualdade social que parece insuperável. O conflito entre o clamor pelo desenvolvimento autônomo e soberano, por um lado, e a exigência liberal (hoje neoliberal) de integração subordinada à economia mundial, por outro, permanece. E a necessidade de sua superação pela adoção de um rumo próprio de desenvolvimento coloca-se, hoje, com mais força e urgência do que nunca. 🍷

José Carlos Ruy é jornalista e editor de *Princípios*.

Bibliografia

- BOITO JR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CALLADO, Antônio. *Tempos de Arraes - a revolução sem violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FERREIRA, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1964.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975.
- MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocriticas*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Que é constituição?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- ROCHA, Munhoz da. *Radiografia de Novembro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é Vermelho - imaginário anti-comunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo/RS, Edupf, 1998.

DIÊN BIÊN PHÚ na história e na identidade da NAÇÃO VIETNAMITA

Phan Huy Lê



Arquivo

Breve descanso nas trincheiras.

Por ocasião do meio século da Primeira Revolução no Vietnã, o relato de um momento decisivo do episódio que marca a vitória sobre o imperialismo francês

A batalha vitoriosa de Diên Biên Phú tem dado motivo para muitos comentários. Alguns deles avaliam o evento em relação aos participantes ativos; outros de ponto de vista contemporâneo, olhando para as conseqüências e memórias políticas, econômicas e culturais, 50 anos após a vitória militar. Meu propósito aqui é considerar este evento decisivo, fazendo uma avaliação com respeito a este longo período da história vietnamita.

Uma das características inegáveis da história vietnamita, claramente reconhecida pelos historiadores é que, desde a fundação do primeiro Estado vietnamita, o Vietnã tem tido de lutar incessante e incansavelmente contra a invasão estrangeira. Se omitirmos os conflitos havidos sob o poder dos reis Hung, que podem ser considerados como uma lenda, o período histórico que começa com a resistência a Qin no final do Século III d.C. – que durou até a luta contra o colonialismo francês que culminou com a batalha de Diên Biên Phú –, testemunhou 14 movimentos separados de resistência:

1. Resistência a Qin (215-210 a.C.)
2. Resistência a Nan Yue (início no século II a.C.)
- 3-4 Dois episódios de resistência a Nan Han (930-931 e 938)
- 5-6 Dois episódios de resistência a Song (981 e 1075-1077)
- 7-8-9 Três episódios de resistência aos Mongóis e aos Yuans (1258, 1285 e 1287-1288)
10. Resistência a Ming (1406-1407)
11. Resistência aos siameses (1788-1789)
12. Resistência a Qing (1788-1789)
13. Resistência ao colonialismo francês (1858-1884)
14. Resistência à reconquista francesa (1945-1954)

Apesar da longa duração deste período histórico, dentre as 14 fases de resistência acima listadas em apenas três episódios não fomos bem sucedidos, redundando em três épocas de domínio estrangeiro: a dominação chinesa (179 a.C.-905 d.C.), de mais de um milhar de anos; a dominação Ming (1407-1427), de 20 anos; e a dominação francesa (1884-1945), de 61 anos. A batalha de Diên Biên Phú culminou na luta contra a re-imposição do colonialismo e pôs decididamente um fim na fase colonial da história vietnamita. Surgiram mais três importantes movimentos de resistência na história moderna pós-colonial do vietnamita que devem ser citados devido à sua importância para o Vietnã contemporâneo: a resistência aos Estados Unidos da América (1954-1975); a guerra da Fronteira Sudeste (1979) e a guerra da Fronteira do Norte (1979).

Durante o longo período histórico acima delineado, com 22 séculos de duração, em muitas ocasiões houve levantes do povo vietnamita em busca da independência nacional. O número total de insurreições é incontável por falta de documentação da época sob o jugo dos chineses. Contudo, existem alguns registros. Por exemplo, de acordo com os anais da dinastia Ming, durante um curto período de 20 anos no início no século XV, há mais de 60 insurreições. Concluindo-se, mais da metade deste longo período da história vietnamita é tomada por conflitos contra a invasão e dominação estrangeira. No contexto da história mundial, é notável encontrar um país que passou toda a sua existência e desenvolvimento tendo de lutar nessa medida contra a dominação estrangeira. Entretanto, seria um erro acreditar que a história do Vietnã deva ser resumida em termos de uma sucessão de guerras sem fim, conferindo ao país uma imagem de Estado belicoso. Esta visão se opõe à realidade da nossa história e às aspirações do povo vietnamita.

Devido à sua localização geográfica, o Vietnã repousa no emaranhado de uma rede natural de comunicações geográficas. Nosso país está conectado à parte mais importante do Leste asiático através da bacia hidrográfica dos Rios Vermelho e Mekong. Além disso, tem abertura para o mar, devido sua longa costa marítima favorecendo o contato e o comércio com os países insulares da Sudeste asiático. Assim, desde a Antigüidade, o Vietnã tem sido objeto de cobiça das potências político-militares que praticam uma política de expansão pelo Sudeste da Ásia. Este ponto de vista é sustentado pela tentativa de ocupação do império Yuan no Século XIII e pelo império Ming no Século XV. Sem contar que, desde a fundação do império Qin, o Vietnã tem como vizinho o poderoso império chinês, que da dinastia Qin (221-206 a.C.) à Qing (1644-1911) nutre a ambição de conquistar nossa nação para expandir seu domínio e direção à região do Sudeste asiático. O exemplo mais recente é o imperialismo norte-americano no século XX.

Na história vietnamita há poucos casos em que o invasor possuísse recursos territoriais, demográficos e econômicos comparáveis aos do Vietnã. Situação semelhante ocorreu somente com Nan Yue (séculos III e II a.C.); Nan Han (Século X); e Siam (Século 18). Na maioria dos casos, o Vietnã teve de enfrentar inimigos muito mais poderosos e com muito mais recursos, como aconteceu nos impérios Qin (221-206 a.C.), Han (206-220), Sui (581-618), Tang (618-907), Song (960-1279), Mongol (1206-1271), Yuan (1271-1368), Ming (1368-1644) e Qing (1644-1911); e, naturalmente, também as grandes

potências mundiais de da cada época, como o colonialismo francês, o fascismo japonês e o imperialismo norte-americano – que tiveram acesso aos recursos decorrentes de suas posições no eixo industrial da civilização e, por isso, superior ao Vietnã em todos os aspectos, econômico, científico e tecnológico. Todos esses importantes fatores explicam por que a luta do povo vietnamita contra os invasores sempre seja tipicamente caracterizada pela brutal violência que surge de uma relação de forças desigual, particularmente durante as fases iniciais dos conflitos.

Em consideração a todos esses importantes fatores, faz-se necessário salientar que o sucesso da luta do povo vietnamita contra a dominação estrangeira deve ser atribuído à capacidade da nação de mobilizar toda a força popular. Na história vietnamita, o êxito dos movimentos de resistência e luta pela libertação nacional se dá pelo fato de todas as guerras serem patrióticas, com uma característica marcadamente popular, resultante da solidariedade do povo vietnamita, dos laços estreitos entre os intelectuais e das capacidades materiais e produtivas da nação e da unificação dos propósitos, que é capaz de aliar forças do governo, do exército e da sociedade em coesão. Tal sucesso não teria sido alcançado se a nação vietnamita tivesse confiado apenas em seu exército, nas fortificações e nas frentes de defesa. Os fracassos do Rei An Durgong contra Nan Yue e da dinastia Ho contra a chinesa Ming; e – mais recentemente –, a derrota do movimento de resistência Nguyen contra o domínio francês se constituem em evidência para tal argumentação.

A resistência à invasão estrangeira tem um significado vital no destino de toda a nação. A história das guerras travadas contra os invasores, com as características já mencionadas, tem influenciado profundamente todos os processos históricos do nosso país assim como a vida social e cultural de toda a comunidade vietnamita. A identidade e os valores culturais do cidadão vietnamita foram fortalecidos e jogam um papel do mais alto grau, principalmente no espírito patriótico, a ânsia pela independência, a tradição da unidade nacional, assim como, uma arte militar original e criativa. Embora o Vietnã seja um país de multiétnico, com 54 etnias ao todo (86,2% Kinh e outras 53 etnias os 13,8% restantes, de acordo com o censo nacional de 1999), a unidade nacional não apresenta nenhum tipo de problema. Mesmo levando-se em consideração que a cultura vietnamita é muito complexa, com a finali-

dade de atender as demandas públicas, toda a comunidade tem de se unir para desempenhar atividades de otimização da ocupação das terras improdutivas, realização de trabalhos hidráulicos indispensáveis à cultura do arroz, além de lutar nas guerras contra os invasores. O processo de unificação nacional começou muito cedo e deu lugar à coesão intrínseca da sua diversidade cultural. Ao enfrentar o invasor, o povo vietnamita traz à tona toda sua tradição de luta e defesa de seus valores mais caros: a independência e a soberania da nação. Mas a validação das tradições e da força da união nacional depende, em grande medida, da habilidade da sociedade de organizar-se e de jogar um papel decisivo no aparato do Estado, qualquer

O Vietnã conseguiu três vitórias sucessivas: a primeira na Revolução de Agosto de 1945, seguida de dois outros movimentos de resistência que duraram 30 anos.

que seja a época. Estes fatores cruciais determinarão o sucesso ou o fracasso. Por exemplo, no final do século XVIII, sob a direção de Nguyen Hue, os vietnamitas derrotaram os siameses no sul e a dinastia Qing no norte. Contudo, no Século XIX, liderados por Nguyen, os vietnamitas foram derrotados na resistência contra o colonialismo francês. Depois, após meio século, o Vietnã conseguiu três vitórias sucessivas: a primeira na Revolução de Agosto de 1945, seguida de dois outros movimentos de resistência que duraram 30 anos (1945-1975).

A cultura, a teoria militar e as táticas do campo de batalha no calor do engajamento – três componentes importantes do povo vietnamita – se cristalizam num espírito de luta criativo que se manifesta na habilidade claramente demonstrada pelos combatentes vietnamitas. Estrategistas como Tran Quoc Tuan e Nguyen Trai aprenderam e assimilaram inúmeras estratégias extraídas das obras e tratados militares orientais, especialmente do livro chinês *A Arte da Guerra de Sun Tzu*. Muito mais tarde, Ho Chi Minh o traduziu para o idioma vietnamita para fazer dele um documento de referência para seus quadros militares, especialmente nos primeiros dias das lutas de resistência. Mas, a teoria e a prática militares vietnamitas estão fundamentadas principalmente na experiência de luta contra o invasor estrangeiro e demonstram, acima de tudo, a habilidade e a adaptabilidade do povo vietnamita. Em essência, no caso em que um país pequeno se vê obrigado a enfrentar a invasão de uma grande potência, é fundamental saber como

A resistência do período de 1945-1954 começou em um contexto de relação de forças não favorável ao país vietnamita.

evitar as posições fortalecidas do adversário e tentar, pouco a pouco, modificar a relação de forças até que haja uma oportunidade para a vitória decisiva. Esta estratégia

está expressa em um princípio declarado por Tran Quoc Tuan, segundo o qual: “Nossa arte é lutar liquidando todo assunto em poucas palavras”; enquanto Nguyen tem como lema “Opor as forças mais fracas às mais fortes”. De acordo com Tran Quoc Tuan as condições da vitória são determinadas pela “harmonia entre o rei e seus súditos, a solidariedade entre as diferentes famílias, a união entre toda a população”, ou, como declarou num outro momento, “a vontade da população é o baluarte da defesa nacional”. Por esta razão, “é essencial tratar o povo com humanidade, para manter com ele profundas raízes e uma base de sustentação”. Como Nguyen Trai, comparou a população às

“águas que levam o barco, mas também podem virá-lo”. Em sua opinião, “garantir a paz e a felicidade do povo é o alicerce da humanidade e da justiça” e “a justiça sempre triunfa sobre a barbárie”. Em resumo, tais princípios tratam da mobilização de forças de todo o povo para criar condições de levar adiante uma guerra patriótica e popular contra a invasão estrangeira.

A teoria militar vietnamita discute não só a maneira de iniciar a guerra como também a de terminá-la. O Vietnã, como nação vítima da invasão, não tem direito de escolher entre a guerra ou a paz. A única coisa a fazer é tentar evitar a guerra ou, depois de deflagrada, que ela se prolongue. Uma vez a guerra começada, o povo vietnamita sempre demonstrou ter força e determinação suficientes para vencer as dificuldades e estar sempre pronto para dar a vida pela pátria, como se pôde confirmar repetidas vezes na história de lutas contra a invasão estrangeira. O método de agir vietnamita para colocar um fim à guerra concentra-se no sucesso militar da batalha e na negociação de paz na seqüência. Discussões políticas e diplomáticas dão o tempo necessário para encontrar uma solução aceitável ao agressor – geralmente uma potência política e bélica. É significativo notar que o Vietnã estabelece sempre muito rapidamente relações diplomáticas com o país agressor.

A resistência do período de 1945-1954 começou num contexto de relação de forças não favorável ao Vietnã. Avaliando-se a partir do fim da II Guerra Mundial, o povo vietnamita levantou-se e caminhou em direção do

Partido Comunista do Vietnã e de Ho Chi Minh. Em duas semanas, o movimento teve sucesso na sua busca de apoio e força por todo o país, sem derramamento de sangue. Em agosto de 1945, a Revolução podia ser comparada com a insurreição de Khuc Thua Du no ano 905, num tempo marcado pelo declínio do Império Tang e a desintegração de sua administração. A insurreição vietnamita não encontrou resistência contra os invasores de Nam Han em 930-931 e em 938. Do mesmo modo, o governo da República Democrática do Vietnã, recentemente estabelecido, tinha de enfrentar a tentativa francesa de reconquistar a nação que começou em Saigon em 23 de setembro de 1945, pouco antes de espalhar-se pelo país inteiro em 19 de dezembro de 1946. O governo do presidente Ho Chi Minh tentou fazer tudo o possível para evitar ou retardar a guerra, o que foi claramente expressado no Acordo Preliminar de 6 de março de 1946 e no *modus vivendi* de 14 de setembro de 1946, com muitas concessões feitas pelo Vietnã; por exemplo, considerar a nação como um “Estado livre” da Federação Indochinesa e da Comunidade Francesa. Entretanto, quando todas as medidas político-diplomáticas não se mostraram capazes de salvaguardar a paz e a guerra foi deflagrada, o povo vietnamita aceitou lutar pela independência e a unificação do país, enfrentando todos os desafios que se enfileiraram.

Toda a população respondeu ao “Apelo à Nação” feito pelo presidente Ho Chi Minh. “Desejamos a paz, temos de fazer concessões”, ele disse. “Mas, quanto mais concessões fizermos, mais os colonialistas franceses usurparão nossos direitos porque querem reconquistar nosso país. Não, é preferível sacrificar o nosso povo do que abrir-mão da nossa liberdade e sermos escravizados.” Esta declaração, prevendo uma longa luta de resistência em todas as esferas, foi adotada por toda a população e então articulada em múltiplos caminhos: através de alistamento no Exército do Povo; no transporte de comida e munição; protegendo a retaguarda; fazendo a segurança de suas regiões.

A resistência contra o colonialismo francês foi a guerra popular do mais alto nível, constituindo-se no desenvolvimento ainda maior do espírito patriótico, ou na vontade de assegurar a independência e a tradição da união na luta do povo. Este propósito de união, derivado da cultura vietnamita e do espírito de solidariedade resultou na descoberta e na destruição de todas as tramas separatistas que tinham como objetivo a fundação do “Governo Autônomo da Conchinchina”. Todos os vietnamitas, independente de sua classe social, grupo étnico ou religião, uniram seus esforços na luta pela independência e liberdade da nação.

As forças armadas compostas de um exército regular, tropas regionais e milícia de autodefesa multiplicavam-se e fortaleciam-se. A experiência de nossos ancestrais na luta contra a invasão estrangeira, combinada com o conhecimento militar contemporâneo, deu lugar a uma estratégia militar moderna para o Vietnã. A vitória de Thu Dong – batalha travada no outono/inverno de 1947 – foi um terrível golpe às tropas francesas que marchavam contra a base revolucionária de Viet Bac, aniquilando sua estratégia de “um ataque rápido para uma vitória rápida”. Nossa vitória na região fronteira de biên Gioi, na campanha de 1950, forçou nossos adversários franceses a baterem em retirada e se colocarem na defensiva. Finalmente, a resistência francesa chegou ao fim com a ofensiva do inverno/primavera de 1953-1954, travada em todas as frentes, que culminou com a mais gloriosa vitória de Diên biên phú – a batalha de 13 de março a 7 de maio de 1954.

Essa vitória jogou um papel essencial na resistência de 1945-1954. Na história vietnamita, cada batalha decisiva tem suas próprias características determinadas pela relação de forças e a natureza da guerra. Durante a batalha naval no Rio Bach Dang em 938, os vietnamitas tinham as esquadras da marinha chinesa como adversárias. No mesmo rio, em 1288, outra luta foi travada contra a armada de Yuan. Os dois embates marítimos têm suas similaridades, mas também suas diferenças. A batalha de Rach Gam – Xoai Mut, em 1785, tinha como alvo parar as tropas siamesas. Em 1077, na batalha de Nhu Nguyet, nosso exército atacou os campos militares de Song seguindo para o norte em direção à linha de defesa do Rio Cau (Nhu Nguyet). Já na batalha de Chi Lang – Xuong Giang, em 1427, foi a vez de enfrentar os reforços da dinastia Ming; em 1789, o sistema de defesa de Qing, ao sul e a oeste da Cidadela Thang Long, foi derrotado repentina e rapidamente. Essas ofensivas estratégicas decisivas frequentemente tinham como meta o ataque de surpresa às tropas inimigas em seus campos militares, por terra ou por mar. Em todas elas, o Vietnã concentrou suas forças militares para reprimir o inimigo e pôr um fim à guerra.

A batalha de Diên Biên Phú foi um ataque decisivo com o objetivo de destruir o mais poderoso campo de trincheiras do exército francês, considerado, à época, uma fortaleza gigante e impenetrável. Foi um exemplo de ataque a uma posição fortificada em um vasto campo de batalha. Durante 55 dias, o exército vietnamita concentrou suas forças no ataque à posição inimiga, demolindo um trabalho defensivo após outro, antes de aniquilar completamente o campo entrincheirado. O método utilizado pelos vietnamitas para pôr um fim à guerra ilustra-se, mais

uma vez, pela batalha estratégica, à qual se seguiu uma solução diplomática na Conferência de Genebra, em 1954. A luta contra Song, no Século XI, contra o Mongol Yuan, no Século XIII, a insurreição de Lam Son no Século XV e a resistência contra Qing no final do Século XVIII, foram todas resolvidas por meio diplomáticos, após a vitória decisiva no campo de batalha.

Entretanto, no contexto político internacional, no pós-2ª Guerra Mundial, a situação não permitia uma resolução diplomática clara. A Conferência de Genebra foi realizada no período da Guerra Fria. Seus resultados refletiram tanto a vitória vietnamita no campo de batalha quanto os compromissos entre as grandes potências mundiais. O Acordo de Genebra reconheceu os princípios da independência, da unidade e integração territoriais e da soberania nacional. Mas, enquanto esperava as eleições gerais para unificação do país, que se deu em 1956, o Vietnã ficou temporariamente dividido em duas partes, tendo o paralelo 17 como linha de demarcação. Assim, a resistência inicial, que terminou com a vitória vietnamita, conciliou elementos que levaram a um segundo movimento de resistência (1954-1975), quando o objetivo da reconquista tomou uma amplitude maior com o envolvimento dos Estados Unidos.

Uma visão diacrônica da longa história do Vietnã e suas lutas contra a dominação estrangeira revela que a resistência ao colonialismo francês, que culminou com a batalha de Diên Biên Phú, foi traçada com alto significado, desde os nossos ancestrais, com seu legado de resistência contínua e incansável contra a invasão, a colonização e a subjugação. As tradições do povo vietnamita desenvolveram-se nesse contexto e foram enriquecidas pela experiência teórica, prática e de combate militar. Evidentemente, levando-se em consideração a situação nacional e internacional daquela época, há 50 anos, a resistência contra a dominação estrangeira adquiriu novas características e inovações, tanto em sua organização quanto na direção da luta. O grande sucesso do Partido Comunista do Vietnã e do presidente Ho Chi Minh e também as profundas análises suscitadas pela vitória advêm do desenvolvimento de uma herança nacional histórico-cultural, combinada com o pensamento progressista daquele tempo, mobilizando todo o potencial do país, enquanto conquistava vasto apoio da população mundial, inclusive do povo francês. 🍀

Phan Huy Lê é presidente da Associação de Historiadores Vietnamitas, Universidade Nacional de Hanói. Tradução: Maria Helena de Eugenio. Publicado originalmente em *Memoirs of War (Memórias da Guerra)*.

Revolução dos Cravos.



Arquivo

Que VIVA ABRIL, sempre!

Entrevista com Carlos Carvalhas

Por Adalberto Monteiro

Nas comemorações dos 30 anos da revolução portuguesa de 25 de abril de 1974 destacou-se o Partido Comunista Português (PCP).

Seu presidente, o economista Carlos Carvalhas, que foi vice-ministro do Trabalho no período revolucionário, falou à Príncípios sobre os ecos daquele acontecimento histórico que mudou a face do país lusitano

Embora tenha sido derrotada e suas conquistas em grande parte ceifadas, ou mitigadas, o povo continua a festejar e a celebrar a revolução portuguesa de 25 de Abril. Como explicar isso?

Carlos Carvalhas – Pela força da revolução, que foi muito profunda. Tocou todos os portugueses, todas as famílias. E foi tão profunda que suas causas mais dolorosas ainda se mantêm no coração dos portugueses – mesmo que a esmagadora maioria da população, hoje, já é pós-25 de abril. São os filhos de Abril. E penso que eles também estão nas comemorações. Porque uma revolução é uma festa que abre todas as janelas, todas as portas, passa por todas as casas, por todas as escolas. Felizes daqueles que têm oportunidade de viver em uma revolução.

Essa presença persistente de Abril obviamente tem a ver com as conquistas alcançadas. Destaque para nós as mais importantes.

Carlos Carvalhas – A reforma agrária, a nacionalização do sistema financeiro e de empresas estratégicas, a paz e o fim da guerra colonial, a independência das colônias, o poder local democrático, o controle operário, vários direitos trabalhistas etc. E depois também a dimensão dos valores da sociedade. É preciso ver que antes do 25 de Abril um jovem não podia beijar uma jovem na rua.

Há também esse componente cultural?

Carlos Carvalhas – Muito. Porque as escolas eram separadas e havia uma moral hipócrita. E daí a razão também que em seguida ao 25 de Abril tenha ocorrido uma explosão de divórcios.

Então o fascismo teve também essa vertente de obscurantismo?

Carlos Carvalhas – Uma vertente obscurantista e também uma vertente reacionária do papel da mulher, do papel dos costumes, de uma moral. Isso tudo se rasgou. Tudo num

período muito curto em que, todos os dias, as pessoas saíam às ruas e havia acontecimentos, festa. Ninguém pensava mais em nada, senão na revolução, em resolver os problemas, conquistar. Os pais a viveram tão intensamente; e os filhos também. Uma revolução vivida com tanta intensidade que os próprios jovens acabaram por ficar marcados por ela.

Após a revolução os vários governos provisórios foram constituídos por partidos díspares; conservadores, democratas, socialistas, comunistas etc, e mesmo o Movimento das Forças Armadas (MFA) também era assim heterogêneo. Como se deram as conquistas?

Carlos Carvalhas – As conquistas das classes organizadas da revolução se deram sem um poder político. Os comunistas tinham dois ministros no governo. Eu fui vice-ministro de vários governos provisórios, na pasta do trabalho. Nossa força não vinha do poder político, mas das classes organizadas em que o partido teve, naturalmente, um papel determinante. O poder popular na rua lançou e exigiu reformas que, quando estavam sendo feitas no plano legislativo já estavam ultrapassadas. Muitas vezes a lei veio depois. A reforma agrária é um caso claro. Ela foi feita pelas massas, que começam a ocupar sem legislação – que veio depois acompanhar, tentar acompanhar, até mesmo tentar conter. Mas também a revolução mostra que conquista sem o poder político acaba por fracassar.

Aqui vem a originalidade da revolução portuguesa, com uma aliança entre o povo e o movimento das Forças Armadas.

Carlos Carvalhas – Com a parte mais revolucionária das Forças Armadas. E estas marcharam, naturalmente, com contradições, até o 25 de novembro.

O general Vasco Gonçalves em recente discurso sublinhou que, no caso da reforma agrária, foi

também importante a posição dessa parte avançada do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Carlos Carvalhas – Mas os primeiros a avançar foram os trabalhadores. Depois a parte mais avançada do MFA deu cobertura. Porque sem isso a acumulação de forças no poder político não seria suficiente, embora o Partido Socialista (PS) também tivesse inscrito em seu programa a reforma agrária. Mas era uma reforma agrária recuada, em que primeiramente seria discutida a lei. E enquanto eles estavam nessas discussões o povo avançou.

E o papel do PCP nesse processo tão complexo, intrigante, trincado de várias forças políticas presentes na mesma estrutura. Gostaria que você discorresse um pouco sobre o papel da bancada comunista na importante elaboração da Constituição portuguesa.

Carlos Carvalhas – A própria Constituição também é marcada pelas massas populares, porque nós tínhamos um grupo relativamente pequeno e podemos dizer que as massas nas ruas, com pressão, exigiram também avanços progressistas. Porque os legisladores, os constituintes não estiveram sozinhos em circuito fechado. Nas ruas, podemos dizer que a prática condicionou a legislação.

O período da Constituinte foi de muita eferescência, de muita movimentação, com os cons-



Carlos Carvalhas, presidente do PCP.

tituintes ali redigindo e o povo sempre presente.

Carlos Carvalhas – Houve também algumas iniciativas esquerdistas. Mas nós temos de ver que foi uma época em que a própria Assembléia esteve cercada pelos trabalhadores. Em todos esses acontecimentos também é preciso ver que, mesmo no dia da aprovação da nova Carta, as forças mais conservadoras e de direita tentaram que a Constituição não fosse aprovada. Ela já estava redigida e, até a última hora, houve da parte do PSD e do CVS, PP e alguns setores do PS, pressão para que aquela Constituição não fosse aprovada. Porque era a Constituição mais avançada de toda a Europa àquela altura. Uma Constituição que defendia que o povo tinha direito até mesmo à insurreição armada.

Isso para a realidade da época é algo muito avançado.

Carlos Carvalhas – Para a realidade da época e para a realidade atual!

Dessas principais conquistas – já que estamos falando da Constituição e ela acaba de passar por uma nova revisão – quais as conquistas que a luta do povo e das forças progressistas, como o PCP, conseguiram ainda resguardar apesar desses ataques da direita?

Carlos Carvalhas – Mantêm-se ainda os direitos trabalhistas, que são bastante fortes. Mantêm-se uma segurança social que, embora na lei já não seja, na prática, ainda é uma segurança social universal. Ainda temos serviços públicos que abrangem toda a população, que é conquista do 25 de abril. Em relação à democracia, ela tem sido limitada, até empobrecida nos plano social, econômico, cultural e político, mas hoje tem o poder local que mantém os valores democráticos no essencial. Podemos dizer também que, do ponto de vista da democracia política, as questões mais essenciais se mantêm, embora à medida que o poder econômico toma conta das alavancas fundamentais (e o poder econômico internacional toma conta das grandes alavancas portuguesas), temos cada vez mais uma subordinação do poder político ao poder econômico e ao poder econômico internacional – o que causa grandes problemas ao país, mesmo do ponto de vista da sua soberania e independência.

Quais teriam sido os fatores determinantes à derrota da revolução?

Carlos Carvalhas – O principal foi que não se conseguiu ter um poder político com uma correlação de forças

majoritariamente revolucionária. E com as divisões das forças militares, com o papel do esquerdismo (que aqui também teve um papel muito negativo) e com a ingerência norte-americana e dos capitalistas da Europa, criaram-se as condições para que essa derrota se verificasse. O que nos mostra é que sem o poder político, quer dizer, com as massas deixadas à própria sorte, tem-se dificuldades para ir adiante. Pode-se avançar com conquistas, e durante uma fase pode-se mantê-las, mas não por todo o tempo. É preciso dizer que nós partimos de uma situação em que os monopólios e o poder políticos estavam fusionados. Com o 25 de abril isso se separou. O poder político não respondia ao poder econômico. Com a contra-revolução e com as tentativas de golpe, o poder político passou a ceder ao poder econômico nas nacionalizações, na reforma agrária – o que havia sido conseguido pelas massas e com os setores revolucionários das Forças Armadas. Mas uma das pernas do novo poder político se partiu – a das Forças Armadas – e ficou só o poder popular. A coalizão de forças sofreu revés importante e deu-se que, a seguir, o poder político começou a se separar outra vez do poder econômico. O poder econômico, então, passou a tomar conta do poder político novamente. Esse foi o segundo processo.

A Revolução dos Cravos para o Brasil, quando ela eclodiu em 1974, foi muito importante porque estávamos vivendo sob uma ditadura militar – a canção “Tanto Mar” de Chico Buarque bem representa isso. Mas agora, neste momento, as forças progressistas do Brasil, em particular os comunistas, procuram estudar a revolução de Abril. É claro, conscientes das evidentes diferenças. Esse estudo é para procurar referenciais que, de alguma maneira, possam ajudar a desvendar os dilemas da mudança – porque hoje essas forças progressistas têm o grande compromisso de tornar exitoso o governo do presidente Lula. Você destacaria alguma aprendizagem que poderia ser útil a outros povos? Essa questão de se levar em conta a correlação de forças e o nível de consciência – o que nos falava há pouco, por um lado, o esquerdismo, por outro, forças que não acompanham o ritmo do movimento social...

Carlos Carvalhas – Isso é da máxima importância. Essa é talvez uma das grandes lições desta revolução, que

é uma revolução próxima. Nós temos de ver sempre a acumulação de forças. Não perder de vista que o determinante é o movimento de massas e também a correlação de forças, porque o voluntarismo conduz – isso é um ensinamento antigo – o processo para a aventura.

Mesmo na reforma agrária foram também cometidos erros, porque nem sempre se teve em atenção a acumulação de forças; nem sempre se teve a intenção de ganhar os pequenos proprietários. Você calcula: o proletariado agrícola no Alentejo, que era um proletariado de várias gerações, com uma grande consciência de classe e com uma consciência política já enredada, tomou resoluções para uma reforma agrária já muito avançada. Mas não tem em conta que em algumas regiões do Alentejo – que não é homogêneo – havia a pequena propriedade. Era preciso ter em conta a sua mentalidade, o seu individualismo. Onde isso não foi feito, ao invés de ter ganhado aliados, ganhou-se adversários. E depois, numa correlação de forças política mais desfavorável, isso facilitou a contra-revolução na reforma agrária.

Isso falando da reforma agrária, mas podemos falar de outros exemplos, e o mesmo nas Forças Armadas.

Com base na Revolução de Abril, como você avalia a participação dos comunistas em governo de frente, em governo de coalizão? Porque é algo que vai se apresentando novamente. Agora temos eleições no Uruguai, com a Frente Ampla da qual participam os comunistas. Se vitoriosa, os comunistas uruguaios vão enfrentar, digamos, os mesmos desafios dos comunistas brasileiros.

Há de se fazer uma distinção entre a alternativa que é uma ruptura, e a participação no governo de coalizão.

Carlos Carvalhas – Nós tivemos uma experiência no processo revolucionário, que é diferente. Mas eu penso que – das experiências que eu conheço, que nós conhecemos – por um lado, há de se fazer uma distinção entre a alternativa que é uma ruptura, e a participação no governo de coalizão em que os comunistas são minoritários. Porque não se pode criar ilusões no povo – que, depois, num retrocesso, se vira contra os próprios comunistas.

Em relação à social-democracia, o povo já está habituado a suas trapalhadas, mas a gente do povo mais direta-

mente ligada ao Partido Comunista perdoa menos.

O que quero dizer com isto? Que não se deve iludir a base social e a base eleitoral do Partido. Tem de se dizer com toda clareza: nós estamos lá para virar, para fazer pressão para uma política de esquerda, mas não é o nosso programa, não é a nossa política. Nem é o programa do Partido nem sequer podemos dizer que seja uma alternativa política de esquerda. Quer dizer, é uma alternativa de progresso e nós estamos lá para puxá-la o máximo possível. Mas só o conseguiremos pela força que tivermos: quanto mais força nos derem, quanto mais forças tiver o

movimento popular, mais se avança. E tudo isso tem de estar sempre muito presente, porque se não o povo se ilude e diz assim: “pretendemos ter tudo. Aquilo lá não foi um governo de esquerda, mas um governo de esquerda que pouco mais fez que os outros governos”. E o pessoal é muito mais exigente conosco do que em relação aos outros, que tendem a perdoar, tendem a esquecer mais. Enquanto o governo de esquerda

tem sempre um patamar alto de exigência. Se isso não é feito, depois, se há uma queda desse governo, as massas ficam durante muito tempo desencantadas – sobretudo os que têm menos consciência política – com o Partido.

Os comunistas não devem se diluir e não perder a sua nitidez junto à população...

Carlos Carvalhas – E não se deve confundir a política do governo com a política do Partido porque se não...

Estamos às vésperas das eleições europeias e gostaria que você nos comentasse as perspectivas dessa eleição para os partidos progressistas, para a esquerda europeia. Qual a expectativa do PCP?

Carlos Carvalhas – São eleições difíceis porque sobretudo para a nossa base social de apoio mais popular, as pessoas perguntam: “Votar por quê? Com um Parlamento que fica lá longe e não se sabe o que faz? Os deputados ganham muito dinheiro que não deviam”. E para uma União Europeia que tem uma política capitalista neoliberal. Portanto, a tendência para a abstenção é grande. Em toda a Europa estudos feitos pelas comissões oficiais mostram que os partidos que têm mais reservas, mais críticas à UE são aqueles que têm mais abstenção. O que é lógico. Mas a

abstenção toca a todos os partidos e são eleições em toda a UE, que não têm grande adesão popular. Pode ser que haja uns 60% de abstenção em toda a Europa...

O Parlamento europeu ainda é algo distante das camadas populares e...

Carlos Carvalhas – É um parlamento muito distante, que tem muito poucos poderes. É um parlamento mais de consciência crítica do que propriamente com poderes de legislação, poderes de fiscalização a sério. E, portanto, a abstenção toca a todos os partidos, mas a nós toca particularmente. A grande preocupação que temos é procurar mobilizar a nossa base social de apoio e o nosso eleitorado. Estamos apresentando uma plataforma eleitoral, a plataforma eleitoral de Nicósia – um apelo eleitoral assinado por 14 partidos de esquerda e pelos comunistas.

Destaque as diretrizes desse apelo.

Carlos Carvalhas – O fundamental que se diz ao povo europeu é votarmos por um outro caminho, um outro rumo para a Europa: uma Europa de paz, uma Europa da população, uma Europa mais social, mais democrática. Porque esta Europa tem um grande déficit democrático. Porque a Comissão decide, o Conselho decide e o Parlamento europeu está praticamente à margem. E os parlamentos nacionais também não acompanham e, depois, os governos dizem “nós temos de fazer isto porque foi decidido na UE”. Mas, foram eles que decidiram. Então, há esse grande déficit democrático que é, também, a causa da grande abstenção. E, por isso, praticamente não se discute a Europa nesta campanha eleitoral – nem a imprensa, nem em qualquer país. Se for à França não há nenhum partido a falar da Europa, a falar dos problemas da UE. Estão todos falando dos problemas nacionais. Aquilo a que chamamos de nacionalizar a campanha. Aqui também.

Porque se se falasse, por exemplo, da Europa mesmo, o PS e o PSD não teriam diferenças praticamente. As diferenças que procuram encontrar por meio dessa visão política nacional. Os cartazes dos comunistas o que é que têm: cartão amarelo ao governo. Por quê? Pelo desemprego, baixos salários. É a chamada nacionalização da campanha eleitoral, e o cartão amarelo é para utilizar a linguagem futebolística (como vamos ter o Euro-2004). Utilizar o cartão amarelo é o primeiro aviso; e o fizemos para o PS porque tem feito conluio com a direita. Já o cartão vermelho é para o governo, que é para ser expulso o mais depressa possível. ●

Adalberto Monteiro é jornalista e editor de *Princípios*.

Não se deve confundir a política do governo com a política do Partido.

EDWARD SAID (1935-2003)

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho

Vida e obra do combativo intelectual palestino

Conforme foi amplamente divulgado pela grande imprensa, mesmo nas redes de TV, faleceu em 25 de setembro de 2003, aos 67 anos de idade, o prestigiado intelectual palestino, Dr. Edward Said, vítima de leucemia, de que sofria desde 1991. Said foi professor convidado de Teoria Literária em Princeton e Harvard, duas das mais prestigiadas universidades americanas.

Edward Said nasceu em Jerusalém em 1935. Era a época da ocupação e do mandato britânico na Palestina ocupada. Com 12 anos, ele mudou-se com a família para a cidade do Cairo, no Egito. Sua



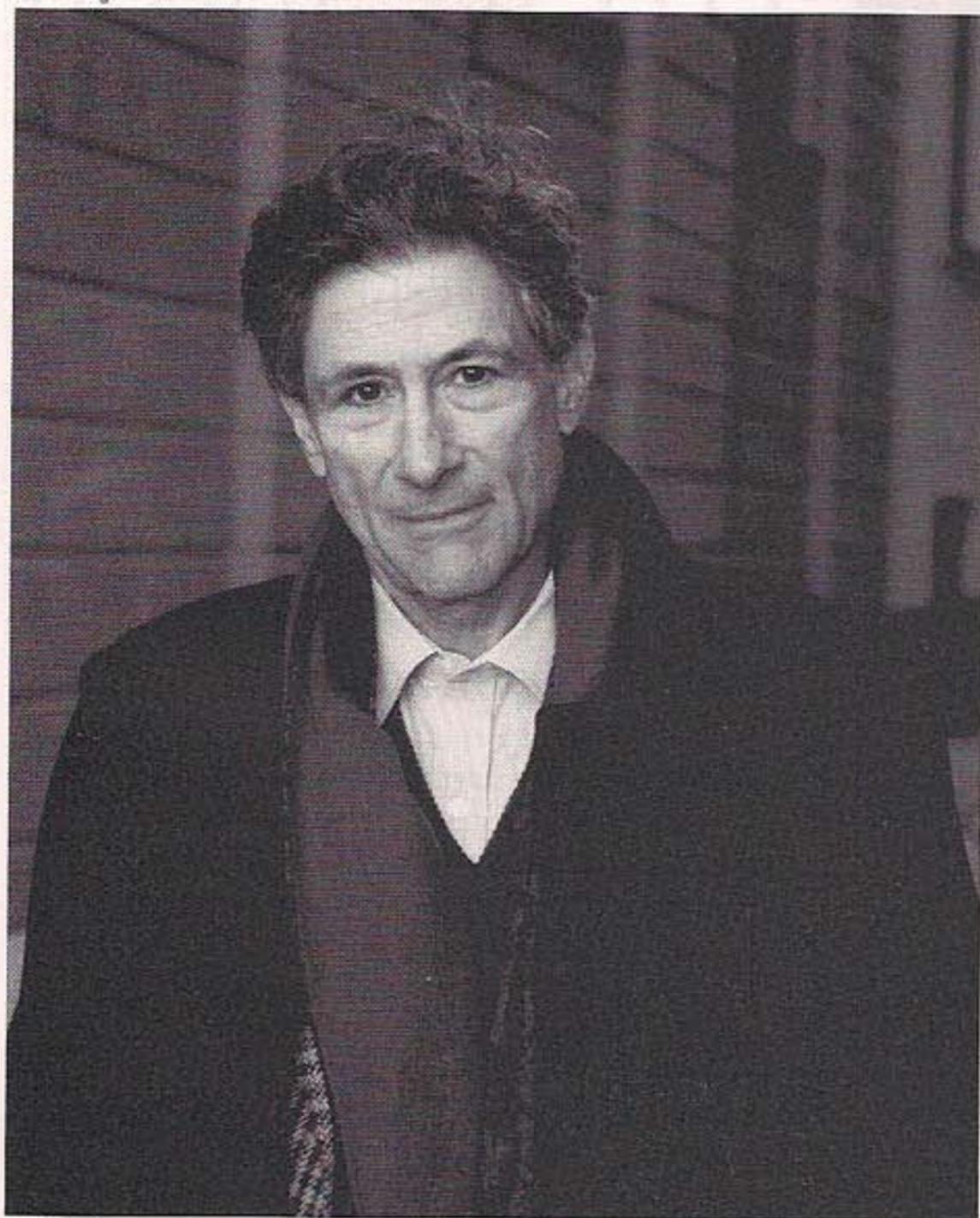
formação religiosa fora sempre cristã, protestante de orientação anglicana. Foi educado, até sua mudança para o Cairo, em escolas coloniais inglesas. Sua família era da elite – a que hoje chamamos classe média alta. Seu pai havia adquirido cidadania americana desde o final da primeira guerra mundial, o que facilitou a mudança da família para os Estados Unidos, onde Said adquiriu também a condição e status de americano. Emigrou de forma definitiva com sua família aos EUA em 1951, após a resolução da ONU de 1947, que dividia Jerusalém em duas partes: uma árabe e outra judaica. Com 28 anos, torna-se professor, em 1963, da prestigiosa Universidade de Colúmbia, local em que, em 1968, ocorreram grandes protestos em favor da paz e contra a guerra do Vietnã. Nessa universidade leciona, além de teoria literária, Literatura Comparada (inglesa e americana).

Said sempre foi um defensor da causa palestina, que

considerava como sua, de seu povo, apesar de ser atacado pela direita e pelos sionistas americanos, que o acusavam de não ser palestino. Uma revista americana de extrema-direita e sionista chegou a fazer uma ampla e profunda investigação de sua vida e de seu passado na Palestina para provar que ele não era palestino e tentar desmoralizá-lo e enfraquecer a sua luta em defesa dos palestinos ⁽¹⁾. Tudo em vão. Como todos os palestinos, em sua própria terra ou no exílio – como se considerava –, sempre sofreu perseguições. O pesquisador israelense Justus Reid Reiner chegou a acusá-lo de dramatizar a sua própria infância e o apresentou em um de seus artigos como um "professor de terror" ⁽²⁾. Mesmo no Brasil, o professor Said recebeu críticas depois de sua morte. O crítico e colunista da Folha de S. Paulo, Nelson Archer, arrasa nosso autor, chegando a acusá-lo de stalinista e cerceador das ciências. Um impropério completo ⁽³⁾. Archer é um famoso sionista e já deu demonstrações de ser antiárabe e antimuçulmano em diversos momentos em sua coluna ⁽⁴⁾.

Said foi membro da Conferência Nacional Palestina, uma espécie de parlamento no exílio, no período de 1977 a 1991. Durante esses catorze anos foi confidente de Iasser Arafat. Após a I Guerra do Golfo, praticamente rompeu com Arafat e as suas divergências aumentaram muito desde setembro de 1993, quando a OLP assinou com o Estado de Israel, os acordos de paz de Oslo.

Edward Said discordou de tais acordos, dizendo que a recém-criada Autoridade Nacional Palestina ficara com pouca autoridade e com pouca terra para administrar. Acusava que eles nada diziam sobre as colônias judaicas, fim da ocupação sionista, soberania nacional palestina, recursos hídricos, soberania aérea, entre outras coisas. De fato, os acordos não detalhavam isso e tantas outras coisas mais, como anistia aos presos políticos palestinos e direito ao retorno dos refugiados e, especialmente, o status da cidade santa de Jerusalém. Neste caso, o professor não levou em conta as dificuldades e a questão da correlação de forças naquele momento, com o fim da URSS e a derrota do Iraque na guerra e junto com eles os palestinos, que ficaram firmes ao lado do povo iraquiano no enfrentamento aos americanos. Na época, Said chegou a dizer que a OLP havia se "rendido" aos sio-



Edward Said.

nistas e americanos.

A proposta defendida por Said para o conflito palestino-israelense era a criação de um Estado binacional, único, que aglutinasse dois povos. Uma proposta na contramão de todas as que estão colocadas na mesa que menciona dois Estados nacionais convivendo pacificamente com fronteiras reconhecidas internacionalmente.

Uma sólida carreira acadêmica

Said sempre viveu dividido entre dois mundos, ou entre o "Oriente" e o "Ocidente", onde acabou vivendo toda a sua vida. Fala-se, em termos de psicologia e psicanálise, de "uma vida dual". Essa dualidade refletiu de forma marcante a sua produção acadêmica e intelectual. Estudou muitos autores em sua vasta produção acadêmica, entre eles o grande historiador e filósofo da história Jean Baptiste Vico, Conrad, Melville, Nietzsche, Merleau-Ponty. Especialista em música, ele estudou Glenn Gould em uma de suas obras, intitulada *Elaborações musicais* (SP, Imago, 1991).

Ficou mais conhecido internacionalmente com *Orientalismo* (SP, Cia das Letras, 1990), publicado em 1978. O livro é inteiramente dedicado a um casal, que é uma espécie de lenda entre os precursores das pesquisas e estudos sobre o Oriente Médio: Janet e Ibrahim Abu-Lughod. Tanto na dedicatória inicial quanto na página de agradecimentos, loas são dedicadas a eles⁽⁵⁾. A obra traz na apresentação o autor brasileiro de origem árabe, Milton Hatoum (autor de *Relatos de um certo oriente*, também da Companhia, sobre o qual já comentamos em colunas publicadas no site Vermelho).

O centro da obra é mostrar aos leitores, a partir de uma extensa pesquisa documental, como a visão que os ocidentais possuem sobre o Oriente é uma obra criada pelos próprios ocidentais e dentro de interesses imperialistas e colonialistas. De fato o Oriente nos fascina. Seja por influência dos contos persas e árabes reunidos numa só obra chamada *As mil e uma noites*, a verdade é que há incontáveis romances, poesias, relatórios de viagens, escritos dos mais diversos tipos. Essa influência é maior a partir dos primórdios do século XIX, quando a colonização britânica expande-se no Oriente a partir da Índia e mesmo quando Napoleão chega ao Egito no início desse século.

Trata-se – de um modo geral – de uma obra que descreve como uma civilização fabrica visões para inventar uma outra. Debruçando-se sobre documentos oficiais, textos e escritos dos séculos XIX e XX, Said acaba estabelecendo uma "relação dinâmica entre esses autores

orientais e empresas políticas de três grandes impérios: inglês, francês e norte-americano". E, também, além de toda essa documentação oficial, o professor Said como literato, ele mesmo pesquisou dezenas de obras, romances e poesias de autores árabes, que mostram essa visão do Oriente já influenciado pelo Ocidente. É claro que esse Oriente distante e imaginário influencia grandes poetas e escritores ocidentais, especialmente europeus, como Flaubert, entre outros. E, como conclui Hatoum, "o europeu, ao tentar reestruturar o Oriente, acaba desenhando a imagem de seu próprio rosto".

A obra se estrutura em três grandes partes, com suas respectivas subdivisões. A primeira delas trata do "Âmbito do orientalismo", onde o autor delimita o seu campo de estudos e pesquisa, inclusive do ponto de vista histórico e geográfico; na segunda, trata das "Estruturas e Re-estruturas orientalistas", quando discute um redesenho em termos de fronteiras orientais, simples riscos na areia de acordo com interesses europeus; religiosidade. Finalmente, na última parte, o autor trata do "Orientalismo hoje", onde discute o que chama de orientalismo latente e manifesto; o processo de secularização do orientalismo – o que o autor chama de "orientalismo anglo-francês" moderno e em vigor e atinge a fase mais recente (diga-se de passagem, o original em inglês publicado nos EUA saiu em 1977). Registre-se o vigor intelectual do autor, então com 32 anos, nas mais de 400 notas de referências bibliográficas.

Outros livros do autor

Na seqüência dessa magnífica obra, ainda que polêmica em muitos aspectos, Said publica *Cultura e Imperialismo* (SP, Cia das Letras, 1995), tratando da mesma temática de Orientalismo, só que em outras regiões colonizadas, como Índia, África, Caribe, Austrália, entre outras. Nesses locais o imperialismo ocidental se fez – e ainda se faz – bastante presente. Estas duas obras influenciaram as bases para as pesquisas em questões relacionadas com análises pós-coloniais e a teoria crítica de etnias.

Além dos livros anteriormente mencionados e publicados no Brasil, em 2003, duas obras de grande repercussão de Said foram lançadas e vêm sendo bem vendidas no país: *Cultura e Política* (SP, Boitempo, 2003), de cuja tradução do original do inglês foi suprimida a

Said sempre viveu dividido entre dois mundos, ou entre o "Oriente" e o "Ocidente".

Talvez
tenha
sido
o mais
vigoroso
intelectual
palestino.

palavra "poder", cujos textos foram organizados pelo conceituado professor Dr. Emir Sader com tradução de Luiz Bernardo Pericás (no original *Power, Politics and Culture*, da Vintage Books, UK, 2001) e *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios* (SP, Cia das Letras, 2003). Nesta última, em particular, que não trata praticamente de questões orientais, há um excelente capítulo onde Said confronta-se com o cientista político americano Samuel Huntington – famoso pela tese do Choque de Civilizações (*Clash of Civilization*). À qual nosso professor chega a chamar de "choque de ignorâncias".

A Cia. das Letras anuncia a publicação no Brasil de mais três obras de Edward Said. Uma delas, que sairá ainda em outubro, será *Paralelos e paradoxos*. Trata-se de uma compilação de diálogos de um intelectual apaixonado pela música com o regente israelense Daniel Bareboim, seu amigo pessoal de muitos anos. Nela, tratam de Bach, Beethoven, Wagner e Glenn Gould, entre outros. Música alemã e conflitos no Oriente Médio.

O próximo livro a sair de Said, provavelmente ainda neste primeiro semestre de 2004, será *Representações de um intelectual* (*Representation of the intellectual*, Vintage Books, UK, 1994). Ela reúne suas palestras, dadas em 1993. Além da questão palestina, aborda a visão do intelectual como um "marginal" que expõe suas opiniões contra o interesse do *status quo*.

E, ainda, *Out of place* (*Fora de lugar*). Esta é a sua autobiografia, onde ele relata seu sentimento de exílio e a dualidade permanente, ao defender uma causa que é sua, de seu povo, mas é distante por morar nos EUA. A vida dividida entre "oriente" e "ocidente". Esta obra, também já lançada pela Cia. das Letras, tem tradução no Brasil de José Geraldo Couto e possui 448 páginas (a um custo de R\$51,50) ⁽⁶⁾. O conceituado autor brasileiro de origem árabe, premiado duas vezes com o Jabuti, Milton Hatoum, escreve interessante e bela resenha sobre a obra ⁽⁷⁾.

Por fim, aguardamos a publicação no Brasil de livros inéditos do nosso autor, entre eles: *The World: the text and the critic* (Vintage, UK, 1999); *After the last sky* (Vintage, UK, 1993); *The question of palestine* (Vintage, UK, 1992 – estranhamos que este ainda não tenha sido traduzido no país); *Peace & its discontents* (Vintage, UK, 1995); *The end of the peace process* (Vintage, UK, 2001, o livro que marca sua ruptura com

Arafat). Com Noam Chomsky, escreveu *Acts of aggression* (Seven Stories Press, USA, 2002).

Em minhas andanças, dentro e fora do país, cruzei com muitos intelectuais palestinos; entre eles Saad Chedid (Argentina), Farouk Khadumi (Palestina), Abou Jihad (Palestina) e Farid Sawan (ex-embaixador no Brasil) dentre outros. Mas não tive o prazer de estar com Said. Conheci-o apenas por suas idéias em seus livros. Não tenho alinhamento automático com suas idéias, mas sentirei muitas saudades desse que talvez tenha sido o mais vigoroso intelectual palestino. Que fique em nossa memória para sempre. 🍀

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho é sociólogo e professor da Unimep/SP, especialista em Oriente Médio.

Notas

(1) Ver artigo do professor de árabe da USP, Mamede Mustafá Jarouche, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 28 de setembro, página D4, intitulado "Edward Said, pensador das divisões na história".

(2) Ver artigo de Paulo Daniel Farah, professor de árabe da USP, publicado na *Folha de S. Paulo* no dia 26 de setembro, sexta, com o título "Morre o Intelectual Palestino Edward Said", página A13.

(3) Ver artigo intitulado "Edward Said (1935-2003)", *Folha de S. Paulo*, domingo, *Caderno Ilustrada*, 28 de setembro de 2003. Sobre esse assunto, ver ainda crítica de apoio às posições de Archer na revista *Cult* nº 77, de fevereiro de 2004, escrito por Luis Dolhnikoff.

(4) Ver artigo desse autor intitulado Mundo árabe esta em guerra contra os EUA, de 12 de setembro de 2002, página A-12 – citação de Mauro Fadul Kurban em revista *Cult* 78, março de 2004, página 66.

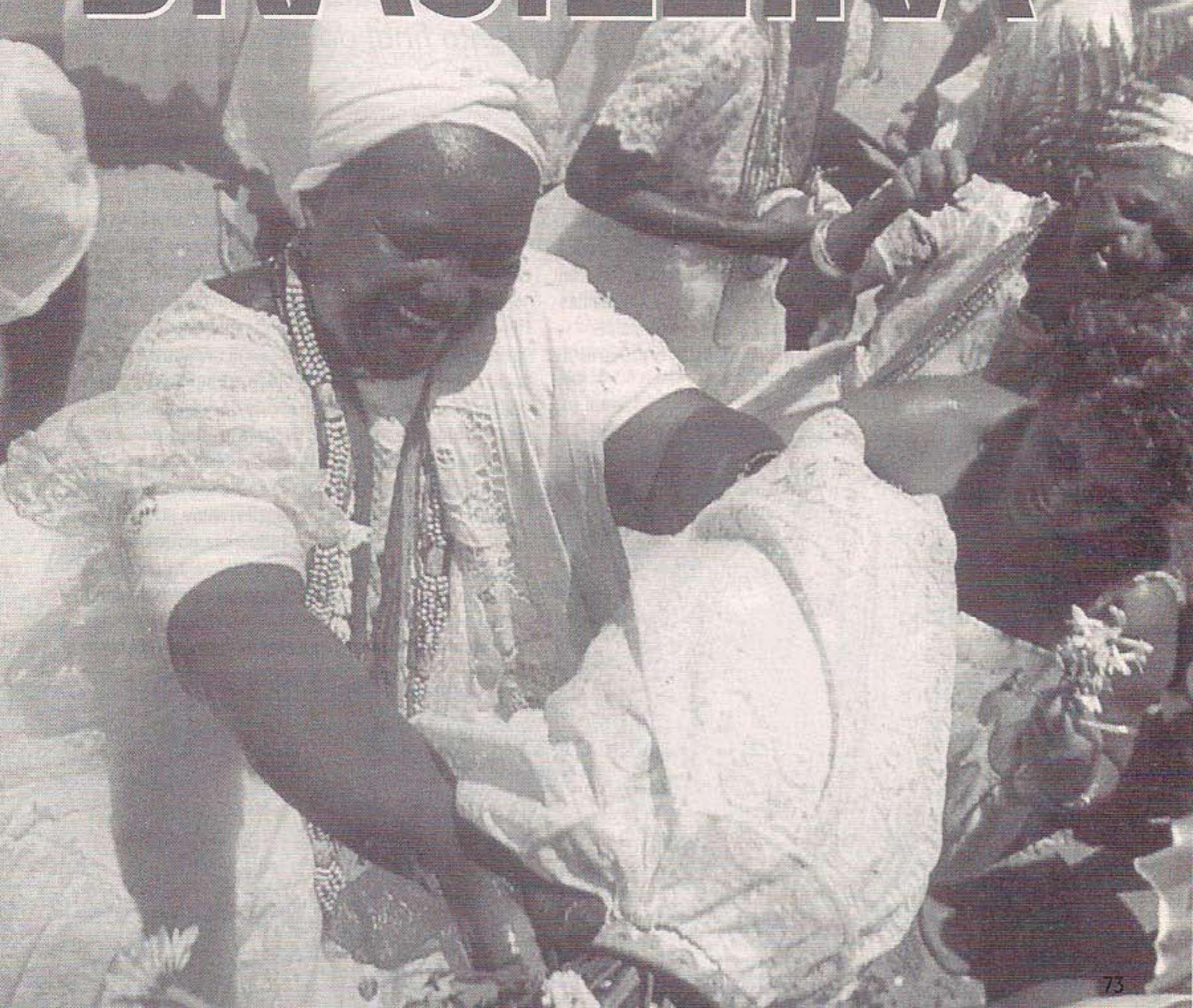
(5) Quero dizer que em minha biblioteca pessoal de livros árabes e islâmicos, na casa de duas centenas, alguns dos mais importantes são desses dois autores, tanto em inglês, como em francês e espanhol. Algumas dessas obras recebi pessoalmente, com dedicatória do Prof. Dr. Saad Chedid, da Fundação Árabe da Argentina, que edita duas coleções de Cadernos, Palestinos e Árabes.

(6) Parte de meus comentários nesta parte final do presente artigo, foi baseada no texto "Herança de Edward Said: mito do 'Oriente' é criação ocidental" de autoria de André Bueno e Giuliana Napolitano, da Agência de Notícias Brasil-árabe, cujo endereço é www.anba.com.br veiculado à Câmara do Comércio Brasil-Árabe.

(7) Ver matéria intitulada memórias da dissonância, em *Revista Bravo*, ano 7, nº 78, março de 2004, páginas 104 e 105.

Carta de S. Paulo

EM DEFESA DA CULTURA BRASILEIRA



Entusiasmo, efervescência crítica e criativa, alguns substanciais consensos ladeados de polêmicas, dilemas e, sobretudo, ânimo militante de agir e fazer acontecer na cena cultural brasileira. Assim se pode resumir o Seminário Nacional de Cultura, realizado na cidade de São Paulo em novembro último.

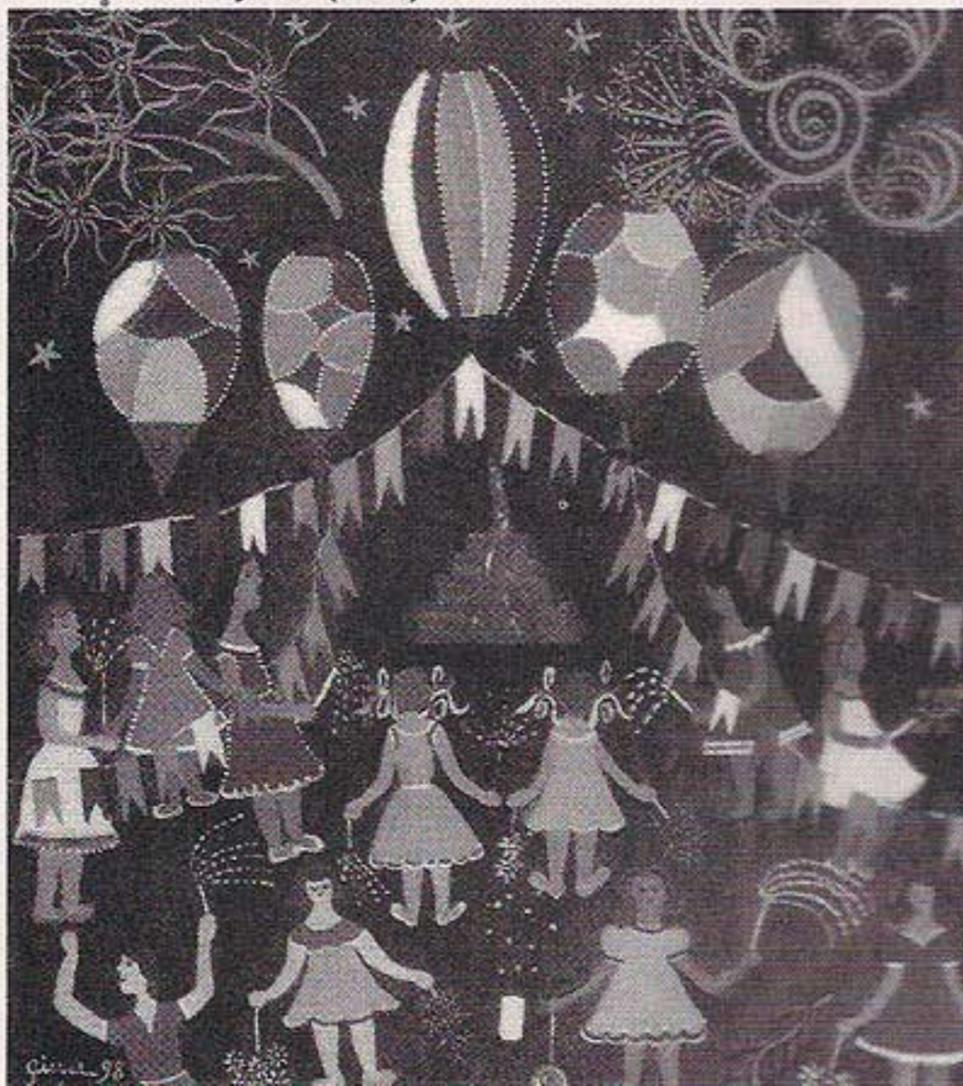
O evento foi uma realização da direção nacional do Instituto Maurício Grabois (IMG), do qual participaram 87 pessoas de 17 estados, entre artistas de diferentes áreas, integrantes de entidades e movimentos de cultura, jornalistas, educadores, parlamentares e membros de administrações públicas. Princípios publica, aqui, o documento final do encontro

Os comunistas brasileiros compreendem que a identidade nacional não é uma virtude que os brasileiros adquirem apenas pelo fato de terem nascido nesta parte do mundo. Essa identidade, que nos une e nos caracteriza como um povo em formação, distinto dos demais, resulta de um processo histórico secular, tendo sido construída ao longo do tempo e que avança com a intervenção consciente, organizada em torno de demandas avançadas e humanistas, tem papel determinante.

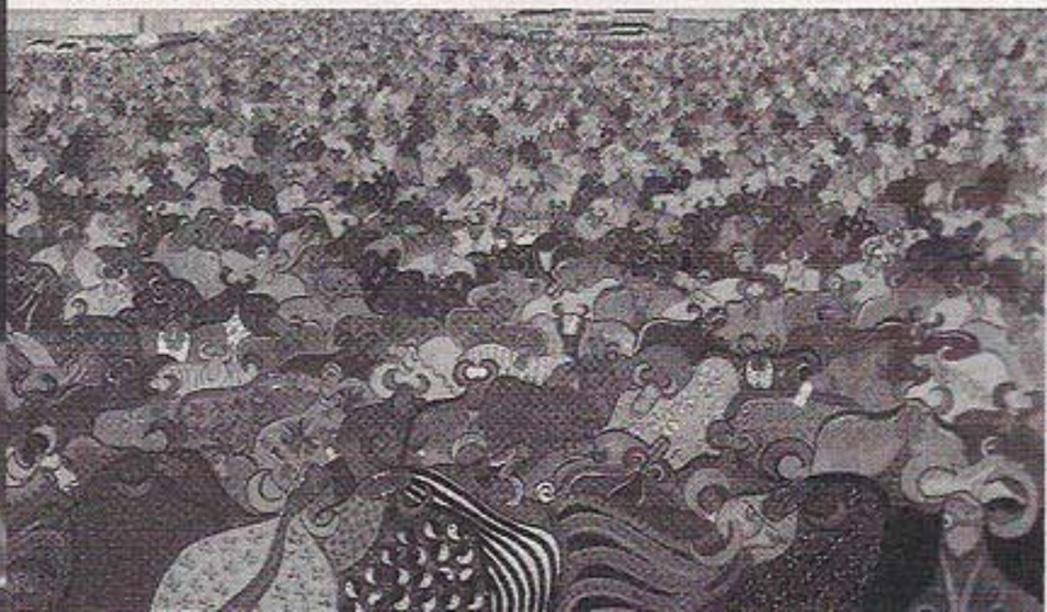
Há uma tradição entre os comunistas brasileiros de

enfrentar esta questão. E, hoje, a partir da experiência que acumularam, propõem uma visão atualizada dos aspectos teóricos e práticos do tema. Querem aprofundar a compreensão da relação entre cultura e a necessária afirmação da originalidade e da criatividade dos brasileiros neste mundo em que, a pretexto da globalização, a dominação imperialista busca legitimar-se pela difusão de idéias, temas e propostas – com o brilho intenso, mas falso – de obras que alienam, entorpecem e não despertam o pensamento crítico nem a busca do conhecimento autêntico e libertador de indivíduos e coletividades. Ao contrário, rebaixam nossa auto-estima como povo e nação e tentam impor uma identidade nacional fragmentária e claudicante. Alheia à formação de nosso povo, ela não é nacional, mas de grupos ou segmentos da população, como prega o chamado multiculturalismo, de influência norte-americana, e que dilui e atomiza a identidade e a consciência nacionais. Impõe-se a urgência do enfrentamento e

“São João” (1998), de Gina.



“Invasão dos Bumba Meu Boi em Olinda”, de Roberto Vieira da Cunha.



superação dessa consciência colonizada que aliena da nação importantes setores de seu povo, afasta-os dos valores brasileiros e os submete aos ditames da hegemonia cultural estrangeira.

O país vive hoje uma situação de vulnerabilidade externa grave, que ameaça sua soberania. Na área da cultura ela se manifesta com a crescente hegemonia cultural norte-americana, cujos valores são difundidos principalmente pelo cinema, tevê, música e imprensa. E se traduzem em teses que pregam nossos pretensos atraso, incapacidade ou inferioridade para enfrentarmos nossos próprios problemas e encontrarmos — na arte, na cultura, na ciência, no campo do conhecimento, enfim — soluções próprias, adequadas e originais para eles.

Consideramos que a formação de uma consciência nacional crítica, criativa, popular e autônoma, é essencial para a superação dessa vulnerabilidade externa. A cultura é o esteio para a elaboração de uma identidade cultural baseada na multiplicidade das manifestações do povo brasileiro e que reforce a compreensão, essencial, de que fazemos parte de uma mesma nação que, amálgama de raízes índias, européias e africanas, é única; tem um passado vivido em comum, e em comum busca a construção de seu futuro, compartilhando história, valores, formas de pensar, sentir e manifestar-se que são próprias e constituem os vínculos que articulam os integrantes de nosso povo. Ressaltamos ainda o papel decisivo que um governo democrático e popular pode — e deve — desempenhar no sentido de estimular e fortalecer estas identidade e consciência, nacionais.

O reconhecimento destes problemas ressalta a importância decisiva de outra demanda — a democratização da cultura. Ela se traduz em dois aspectos: a democratização dos meios materiais da produção cultural (e o financiamento é o principal deles) e a criação das condições que permitam o acesso das amplas massas aos bens e direitos culturais, possibilitando sua participação ativa na elaboração cultural e o alargamento de seu

“Homem da Meia-Noite” (2002), de Deda.



horizonte cultural. Nesse sentido, ressaltamos também a urgência da eliminação do analfabetismo que persiste e ainda afasta milhões de brasileiros dos benefícios do conhecimento.

É também fundamental a exigência da democratização dos meios de comunicação, principalmente rádio e televisão, cuja monopolização e subordinação a interesses estritamente mercantis resulta na centralização e na concentração da produção (sufocando as expressões regionais), com prejuízos graves para a expressão múltipla e diversa da cultura dos brasileiros, afetando negativamente e enfraquecendo a consciência da identidade nacional.

Os comunistas enfatizam a necessidade do planejamento público, democrático e multilateral, da ação cultural, que leve em conta a diversidade e multiplicidade das manifestações culturais brasileiras e a necessidade de integração de suas várias regiões. E que afaste o mercantilismo e a hegemonia do mecenato empresarial e privado e combata a consciência colonizada, com base em uma pauta que contemple, na produção cultural de todos os gêneros, a expressão das esperanças, anseios, contradições e valores dos brasileiros, de sua relação com o patrimônio cultural e estético da humanidade, e que almeje o registro múltiplo e contraditório de sua trajetória, que é própria e única como parte do gênero humano.

Muito se diz, não sem razão, dos efeitos destrutivos do

“Dançando no Cabaré”, de Sandra Aguiar.



neoliberalismo dos anos 90 sobre o Estado e a economia do país. A cultura, justamente por ser fundamento da identidade nacional, foi seriamente atacada na medida em que o neoliberalismo é incompatível com qualquer componente que reforce a riqueza e a singularidade de cada povo. A formulação de um projeto cultural avançado depende fundamentalmente da reconstrução do próprio Estado Nacional, dilapidado depois da prolongada experiência neoliberal a que o país foi submetido nas últimas décadas. Projeto que permita a tradução daquelas preocupações em políticas públicas de cultura, democráticas, nacionais e populares e expresse não apenas interesses de grupos locais e sociais hegemônicos, mas registre, apóie e viabilize a atividade dos produtores culturais, das comunidades populares e dos artistas espalhados por todo o território nacional. Uma política de cultura que exija o cumprimento da legislação de direitos autorais para partilhar com produtores culturais de todos os gêneros os ganhos financeiros gerados por suas obras. Política cultural que preveja também a reserva de parcela significativa do mercado brasileiro para a reprodução e difusão das obras culturais produzidas no país, particularmente nos casos da música, do cinema e de obras audiovisuais exibidas através da televisão.

Entendemos que a cultura e os direitos culturais, como

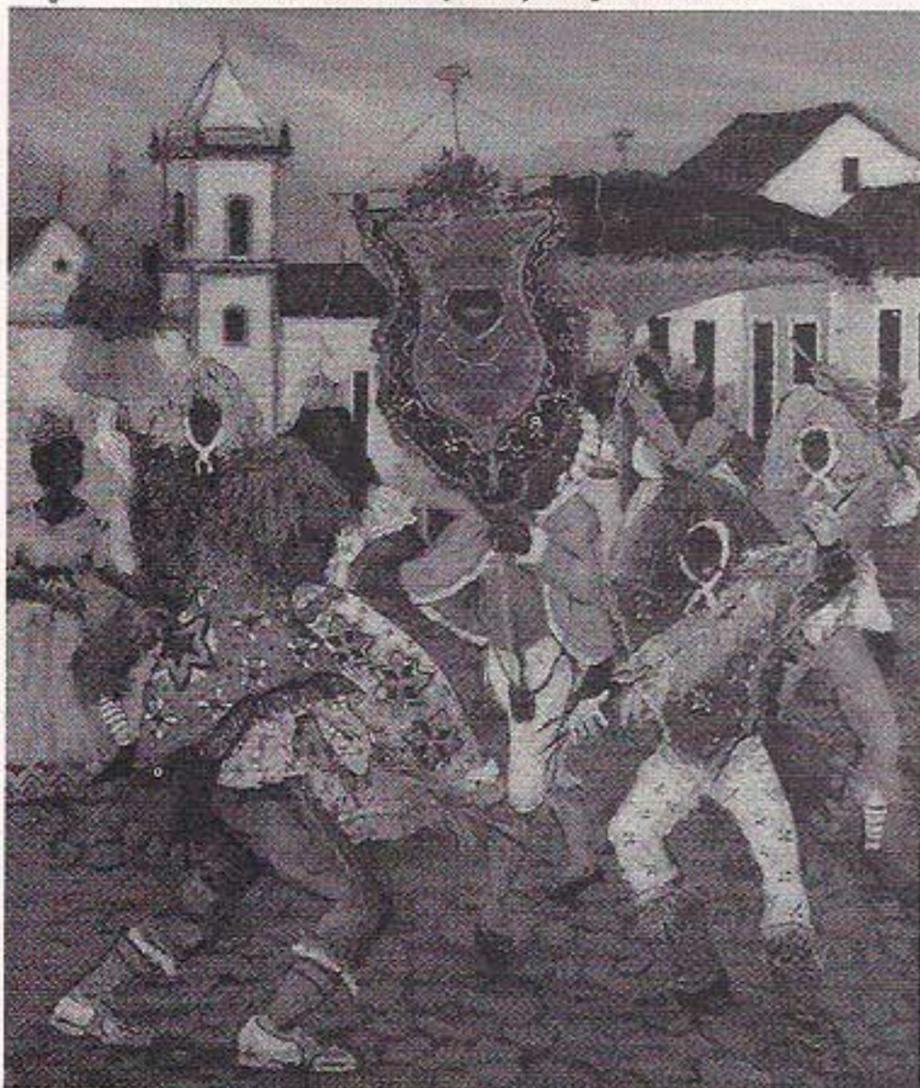
quaisquer outros direitos do povo, só se conquistam pela mobilização. Por isso, cultivamos a presença nos movimentos culturais e fomentamos, nas entidades e espaços em que atuamos, a consciência de que o acesso à produção e à fruição cultural é um bem importante para os trabalhadores e isto lhes é negado. Desta forma, esta é uma importante frente de luta, e assim precisa ser tratada. Para fortalecê-la, impõe-se reunir e agregar em torno de aspirações comuns um vasto contingente de talentos e amantes da cultura, hoje muitas vezes isolados, mas protagonistas de ações relevantes.

Desse modo, quando o Brasil, sob o signo da esperança, movimenta-se pela mudança, pela implementação de um projeto de desenvolvimento que o retire da estagnação na qual ainda se encontra, destaca-se a cultura como parte indispensável deste projeto de desenvolvimento soberano.

Para o triunfo da mudança é necessária a elevação da auto-estima dos brasileiros e há que se adensar a consciência de que o Brasil justo, democrático e soberano pelo qual se batalha só florescerá se este povo novo e talentoso for senhor de seu destino. Sabedor de que para isso serão necessárias a garra que sempre teve e a unidade que sempre cultivou. Nenhum povo venceu sem usufruir, valorizar, desenvolver, defender e amar sua própria cultura. 🍷

Seminário Nacional de Cultura do Instituto Maurício Grabois.

"Carnaval de Olinda" (2002), de J. Calazani.



"Maracatu", de Edson Carvalho.



Princípios



Uma revista marxista que interpreta a realidade internacional e defende um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Agora bimestral

Princípios bimestral

Na próxima edição, que circula em agosto, a revista teórica, política e de informação *Princípios* passa a ser bimestral, o que permitirá maior agilidade, mais colaboradores, textos e temas.

Trata-se de uma grande conquista para o público leitor e para a imprensa progressista no Brasil. Fundada em março de 1981, este periódico já está inscrito como a mais duradoura experiência de seu tipo na história do país – nenhuma revista marxista brasileira até então havia circulado com regularidade e por tanto tempo.

Sempre em defesa do Brasil e do socialismo, ela cumpriu papel relevante no debate de idéias e ajudou o pensamento progressista do país a desvendar a crise na ex-URSS e no Leste europeu – e reafirmou o socialismo em bases novas. Contribuiu para conceituar o neoliberalismo, a desmascarar o governo de Fernando Henrique Cardoso e a fomentar a corrente que elegeu Lula presidente. No atual contexto, de peculiaridade pela possibilidade de o país poder atingir um novo patamar político, *Princípios* reforçará sua cobertura e apresentação de matérias com propostas concretas à mudança – pela consecução de um novo projeto de desenvolvimento econômico assentado na soberania, na democracia e no direito dos trabalhadores.

Apóie esta iniciativa, faça sua assinatura e estimule seus amigos, sua entidade ou instituição a fazer o mesmo.

Assine a revista que há mais de duas décadas defende o Brasil e o socialismo

- | | | |
|--------------------------|--|------------|
| <input type="checkbox"/> | Assinatura bienal (12 edições) a partir do nº _____ | R\$ 85,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura anual (6 edições) a partir do nº _____ | R\$ 45,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura especial (11 edições: 5 passadas e 6 próximas) a partir do nº _____ | R\$ 60,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura trienal (18 edições) a partir do nº _____ | R\$ 115,00 |

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Fone _____ Profissão _____ e-mail _____

Forma de pagamento:

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ _____

Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)

Cartão Credicard ou Visa n.º _____ código de segurança _____

validade ____/____/____

Data ____/____/____

_____ assinatura do cliente

José Barata-Moura

as conexões do primado do real

A portentosa construção teórica de Karl Marx, concretamente assentada em labirintos e subterrâneos, por mais verificada (e interpretada) que seja, permanece a exigir surpreendentes reflexões. Notadamente porque as veredas sistêmicas da elaboração científica de Marx são abertas e apontam sempre a um perene revolucionamento social das estruturas da história. Ontem e hoje.

Toquemos em três elementos agudos da problemática indicada. Transpassando a temática a seu modo, o famoso cientista Gilles-Gaston Granger (*A Ciência e as Ciências*, Unesp, 1994, p. 85) considera, por exemplo, "inaceitável" recusar a integração no estatuto de ciências humanas a história e suas diversas formas; e seus métodos de conhecimento – afirma Granger – estão sujeitos ao "mesmo tipo" de regras que submetem as ciências da natureza. Uma formulação que certamente não soaria estranha ao físico nuclear Roland Omnès (*Filosofia da Ciência Contemporânea*, Unesp, 1996, p. 10), quando constata que estamos hoje metidos numa crise epistemológica de vastas proporções: autores em moda "só conseguem ver nesta crise" incertezas, ausência de método ou paradigmas sem princípios duradouros. Imaginária conversa porventura interpelada enfaticamente, de algum modo, por Jean-Pierre Changeaux (neurobiólogo, Titular do Collège de France), ao assinalar: "defendo uma epistemologia materialista forte", pois esta seria a única aceitável a um cientista rigoroso e coerente (*Matéria e pensamento*, Unesp, 1996, p. 36).

Mares revoltos da história, da ciência e do materialismo, por conseguinte, ingrediências constitutivas da notável obra do marxista português José Barata-Moura. Filósofo e Reitor da Universidade de Lisboa, o professor Barata-Moura – afirmamos sem qualquer exagero –, é brilhante intérprete (e bem mais) da doutrina de Marx e Engels, da atualidade.

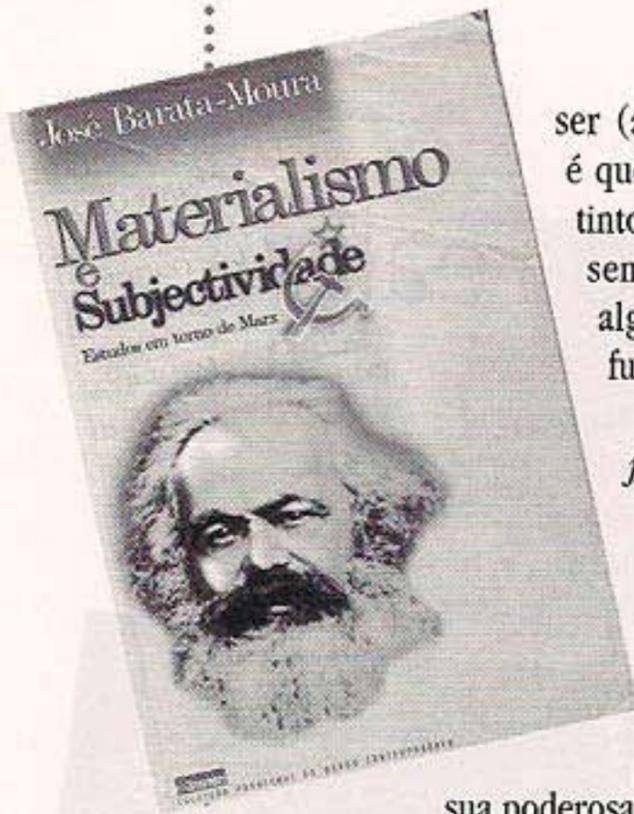
Doutrina cuja amálgama teórica e prática vêm sendo profundamente por ele dissecada, a partir de como realiza a articulação categorial sistemática e histórica do marxismo, no suposto de que, para Marx Engels e Lênin, nucleada pela dialética materialista, "a teoria não é, de modo nenhum, imposição extrínseca de conceitos

(...) mas, sim, reflexo conceitual e orgânico da realidade objetiva vivida, experimentada e pensada"; ou, digamos, luminosidade emanada dos processos históricos transformadores e acompanhantes "dos avanços das ciências do tempo e suas vicissitudes" (*Totalidade e Contradição. Acerca da Dialética*, Livros Horizontes, 1977, p. 65).

Essa é a questão nodal, milimetricamente perseguida nas pesquisas por Barata-Moura: o primado do real movimentado – agente e agência de transformação, como costuma dizer. Em *Da representação à "práxis"* (Caminho, 1986) discorre ele sobre o tema com delicadeza e radicalidade. Diz lá que "A idealidade está estruturalmente dependente dos contextos materiais e é inseparável de uma mediação subjetiva, sempre intra-real, e nunca pré-real ou ante-real!" (p. 16). Exatamente porque a contradição entre materialismo e idealismo "não se estabelece nem se resolve por uma questão de opção": "a materialidade do real tem estatuto ontológico, não é um estatuto jurídico. Não se decreta... não se revoga" (p. 14).

Neste estudo – inteligente crítica marxista às subjetividades da *práxis* em Kant, M. Heidegger e Merleau-Ponty – o filósofo lusitano muito nos ilustra quando, a dado passo, flagra Heidegger (*Teses sobre Kant*) numa interpretação atropelada pelo real: "a relação entre pensar e ser é mesmidade, a identidade", assevera Heidegger. Para Barata-Moura, neste enfoque da teoria de Heidegger sobre a relação entre o pensamento e o





ser (a existência), "o fundamental é que o *ser não é real*", mas distinto da materialidade, se apresentando como "função de alguém que o estabelece e o funda" (*idem*, p. 39).

Mas é em *Materialismo e subjectividade. Estudos em torno de Marx* (Avante!, 1997), livro valioso de ensaios, que Barata-Moura nos ensina acerca das mais relevantes questões da teoria marxista. Diríamos sinteticamente ser irrefutável

sua poderosa argumentação sobre o caráter inédito da Epistemologia e da Ontologia em Marx. O que adquire especial importância no seu *Marx e a cientifici-*

dade do saber (1983), e notável atualidade em *Do comunismo. Marx e o programa comunista perante os questionamentos contemporâneos da racionalidade* (1992).

Assim, para Marx, a dialética despida do misticismo – como ciência – também era "arma revolucionária", cuja "penetração científica" implica em tarefa e numa "conquista para a classe operária e para as forças do progresso" (*idem*, 1983, p. 124). E num programa de transformação (o comunismo), "o movimento real da história das sociedades" estruturado e determinado materialmente, intrinsecamente contraditório; ou uma história de feitura humana, não como uma vontade sonhada, mas "como trabalho que em condições determinadas dialeticamente transforma" (*idem*, 1992, p. 248-9).

A. Sérgio Barroso

O poeta e sua cidade

Manaus – amor e memória, 4ª edição, Thiago de Mello, Manaus, Editora Valer, 2004.

A civilização floresceu com o nascimento das cidades – espaços de troca, convívio e proteção contra as ameaças e incertezas da sorte. Nasceram do sonho e da necessidade do ser humano de se fixar e pertencer a algum lugar. Por isso temos essa relação existencial com a cidade onde nascemos. Somos fruto do chão onde desabrochamos para a vida, sua cultura e circunstâncias. Todo ser humano é filho do tempo e do lugar em que veio ao mundo. Mestre Machado de Assis tinha razão em afirmar: "Eu sou um pouco fruto da cidade onde nasci".

Manaus – amor e memória é um livro composto com a matéria impalpável e luminosa do sonho. O poeta Thiago de Mello constrói com os fios do tempo uma tapeçaria de motivos humanos – com cores, formas e temas em que retrata as vivências, personagens e acontecimentos de uma cidade que pertence ao mundo de suas lembranças. Por isso, afirma que o tempo fica

entranhado em nossa alma: "Pois eu digo que o tempo não passa. O tempo fica. Dentro da vida da gente o tempo fica. Fica morando na casa da memória...".

As cidades são esfinges com segredos e mistérios a ser decifrados. No dizer do escritor Italo Calvino: "(...) são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto (...) e que todas as coisas escondam outra coisa". Manaus, capital desse vasto território verde e líquido, mágico e fascinante, é uma cidade enigmática e acolhedora. Ao se debruçar sobre a época de sua infância e juventude, Thiago de Mello recupera do silêncio e do esquecimento os acontecimentos, as pessoas, os amigos e os referenciais de mundo que fundaram sua consciência e determina-

ram seu olhar. Manaus é o cenário de suas reminiscências juvenis. O cotidiano evanescente desse mundo arruinado pelo tempo é a matéria deste livro escrito com paixão e generosidade.

Tenório Telles



Atualidade da **luta** antiimperialista

Luta antiimperialista X hegemonia americana, José Reinaldo Carvalho & Lejeune Mato Grosso de Carvalho, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 2004, R\$ 37,00.

Dentro da tradição de crítica social, *Luta Antiimperialista X Hegemonia Americana* é uma coletânea de artigos publicados no Portal Vermelho. Ao todo são 75 trabalhos divididos entre cinco temas: 1) Guerra no Iraque; 2) Palestina; 3) Brasil e as relações internacionais; 4) América Latina e África; e 5) Países Socialistas e Socialismo. É natural que o grande peso das observações se centre no Oriente Médio, pois a guerra econômica promovida pelos monopólios internacionais do petróleo e de armamentos e a revolta popular pela autodeterminação nacional do povo palestino (a intifada), dominaram os noticiários internacionais nos últimos cinco anos.

Para os estudiosos de política, este livro é urna fonte indispensável de informações e análises. Na sua documentação encontramos o embrião de uma nova ordem mundial gestada por urna direita xenofóbica e militarista, um profascismo que domina o sistema político dos países desenvolvidos. Se na década de noventa a hegemonia do capital monopolista era praticada através dos ajustes econômicos e a hegemonia intelectual do pensamento neoliberal, o novo padrão político assumido pela direita mundial é a dominação coercitiva e a imposição militar de modelos políticos sobre os povos.

O movimento de libertação nacional palestino apresenta no Oriente Médio uma alternativa progressista ao modelo neocolonial dominante. Desde o seu nascedouro liderou urna resistência popular assentada sobre a massa dos expatriados camponeses transformados em refugiados sem terra. Desde 1969 insistiu que a massa dos oprimidos (refugiados e camponesas) não somente participa na resistência, mas lidera politicamente e intelectualmente a sua concepção. Essa preferência popular explica a tenacidade da resistência do povo palestino, sua crença inabalável nos seus direitos nacionais e a disposição de oferecer sacrifícios intermináveis na luta pela liberdade. Esse mode-

lo político oferecido aos povos do Oriente Médio é a antítese do modelo neocolonial imposto sobre as massas árabes. A sua essência é a mobilização das massas na luta pelos seus direitos nacionais, sociais e econômicos. Para o movimento palestino não há separação entre a luta nacional e a consolidação dos direitos da cidadania. A luta pelos direitos é a essência da emancipação nacional.

O significado universal da luta do povo palestino, como reconhecem os autores, foi bem concebida por Edward Said, o protótipo do intelectual progressista e o incansável crítico social. O seu clássico *Orientalismo* é a doutrina intelectual que alimenta o movimento nacional palestino na sua luta contra o neocolonialismo.

A sua contestação à ideologia do caráter nacional, a mesma que inspirou a dominação cultural do povo brasileiro, é a nova ideologia que inspira a luta dos oprimidos pela igualdade.

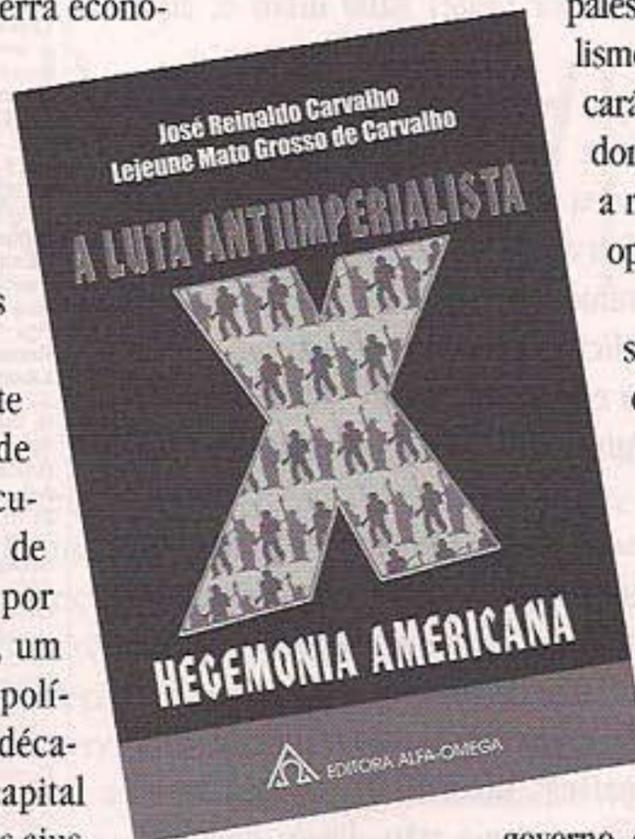
Os autores nos ensinam que no Brasil nascem possibilidades de mudanças políticas reais a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Abre-se um novo momento político para construir um caminho latino-americano nas relações internacionais onde a solidariedade entre os povos e o multilateralismo da política externa são os pilares de uma nova visão mundial. Enquanto o

governo americano levantava as alternativas militaristas e multiplicava os gastos bélicos, Lula e as forças progressistas no Brasil erguiam as bandeiras de solidariedade, justiça social e igualdade como fontes da paz perpétua.

O livro termina com a esperança do socialismo onde as diversidades nacionais e culturais se dão num âmbito da igualdade. A única liberdade possível é aquela baseada na igualdade. Esse é o princípio universal que determina o futuro dos povos e as possibilidades de um desenvolvimento justo. No cenário conturbado em que vivemos nos dias atuais, de um mundo ainda unipolar, a leitura de *Luta Antiimperialista X Hegemonia Americana* é muito importante para uma real compreensão dos conflitos internacionais na atualidade.

Pedidos pelo fone (11) 3062-6400 pelo Disk-Livros.

Jawdat Abu-el-Haj



Razões para resistir

“Aí vão, direto do Timor Leste, mais algumas razões para continuar a resistir, também no Brasil, ao avanço do inglês norte-americano — a língua dos capitais transnacionais, em todo o planeta. Esses capitais sonham com um planeta (e um mercado) monolíngüe, que apenas ‘entenda’ (o mínimo indispensável para copiar, consumir e obedecer) o inglês norte-americano.

Nesse muito complexo conjunto de relações históricas, sociais, econômicas e políticas, quanto pior os pobres falemos inglês e quanto melhor as finanças internacionais falem inglês, melhor para a ‘metrópole’ e pior para as ‘colônias’; melhor para os globalizadores e pior para os globalizados, melhor para os patrões e pior para os empregados; melhor para o capital e pior para o trabalho; melhor para eles e pior para nós.

O Presidente Xanana Gusmão (Timor Leste) sabe disso e, aqui, ensina:

‘Aos olhos de muitos, a nossa opção pela língua portuguesa pareceu irrealista, mas vamos preservar esse patrimônio’. O presidente de Timor-Leste, Xanana Gusmão, defendeu assim as enormíssimas dificuldades na adoção da língua de Camões numa ilha situada num arquipélago asiático. ‘Após 24 anos de domínio indonésio, que nos proibiu de falar português, foi extremamente difícil reintroduzir essa língua que faz parte da nossa identidade’, realçou ele no seminário ‘A língua portuguesa na CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa)’, organizado pelo Instituto Piaget.

Esta opção — expôs Xanana —, será pouco perceptível para quem lê a realidade do ponto de vista empresarial, diplomático e comercial. ‘Questionam por que a opção pela língua portuguesa quando temos, ao Sul, países que falam a língua inglesa e, ao Norte, países que falam malaio, quando o inglês colocaria o jovem país no contexto das parcerias com aqueles países’, ilustrou, para logo depois esclarecer: ‘Essas pressões do consumismo não dizem absolutamente nada do afeto entre os povos, da amizade, da irmandade que a língua como veículo de comunicação pode transmitir’. Laços e relações que, de acordo com o presidente timorense, foram dificultados pelo processo de descolonização e pelos anos de domínio indonésio.

(...)

Fizemos agora um apelo para que continuem a cooperação com o Timor, porque podíamos correr o risco de que houvesse um ‘apagão’ sobre o Timor e mais ninguém falasse de nós. É ainda preciso esperar que as estruturas timorenses fiquem estabelecidas e fortes, mas devo informar com franqueza que o processo de erguer a nação não é fácil (...).”

Caia Fittipaldi

Lingüistas Brasileiros para a Democracia — São Paulo/SP

Fundador e Diretor: João Amazonas (1912–2002)

Editores: Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira

Comissão Editorial: Adalberto Monteiro, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, José Carlos Ruy, Pedro de Oliveira e Aloisio Sérgio Barroso

Conselho Editorial: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffly, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olivia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sílvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino

Secretário de Redação: Edvar Luiz Bonotto — correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira

Projeto Gráfico: Flávio Nigro

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Cláudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Marília Rodela Oliveira

PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312 - anita.garibaldi@uol.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO: R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; FNAC: Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099; Banca GV: Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; Banca do Estádio: Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; EDUSP: fone 3818-4008; Emporium Cultural Vergueiro: Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; Banca Ana Rosa: Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; Banca Paulista: Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; Banca Paraíso: Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; Banca Central: Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; Banca Sílvio Romero: Pça. Sílvio Romero, 18 - fone 6941-6908; Banca Liberdade: Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9406; CPV: Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; Banca Pedro Soares: R. Pedro Soares de Andrade, 669-S. Miguel Paulista. ACRE: Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. MACEIÓ: Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. MANAUS: Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. MACAPÁ: Rua Jovino Dinor, 2510 - fone: 241-4450. BAHIA: Rua do Salete, 330 - fone 328-6828. FORTALEZA: Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. BRASÍLIA: SDS Conj. Baracã, bl F, salas 501/503 - fone: 224-0491. VITÓRIA: Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162. GOIÂNIA: Rua 232, 50 - fone 224-6372; Banca do SESC: Av. Universitária, esq c/rua 260; Banca Universitária I: Av. Universitária, 1140; Banca Universitária II: Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; Banca do Dy: Rua 09, 574 - fone 225-7920; L e R Revistaria Hoje: Goiânia Shopping, Av. T-10-Setor Bueno. SÃO LUIS/MA: Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. MINAS GERAIS: Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. CAMPO GRANDE: Rua Artur Jorge, 1256, bl D/Ap. 02 - fone 721-1390. CUIABÁ: Rua Luís Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. BELÉM: Av. Gentil Bittencourt, 2484 - fone 269-3430. JOÃO PESSOA: Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. RECIFE: Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; Livromagazine: Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; Livraria Modelo (Shopping Center Recife): fonofax 465-5919; Shopping Tacaruna: fonofax 421-6460 e Shopping Guararapes: fonofax 468-4426; Livraria Imperatriz: Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; Livraria Síntese: R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; Livraria Potylivros: Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; Livraria Sodiler: Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; Bazar 494: R. da Hora, 456 - fone 241-9842; Livraria 1001 Livros: R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; Banca Globo I: Av. Guararapes - fonofax 224-0317; Banca Destaque: Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; Box Viva Ler: Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins: Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. TERESINA: Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. CURITIBA: Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. RIO DE JANEIRO: Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303. NATAL: Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; Cigarreira Tio Patinhas: Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; Cigarreira o Revistão: Rodoviária - fone 231-2765; Cigarreira Calçadão: Centro; Cooperativa Cultural da UFRN: Centro de Convivência - Campus Universitário. PORTO VELHO: Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545. BOA VISTA: Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. PORTO ALEGRE: Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. FLORIANÓPOLIS: Pça. Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227. ARACAJU: Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; Banca São Francisco: Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador: Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escaniz: Shopping Jardins Ij, 81/83; Livraria Universitária: Didática I (UFS); Livraria Minuano: Didática II (UFS). GURUPI: Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.

Amazonas.

A natureza em estado puro.



O Amazonas tem 98% de seu território com floresta original, e a mais variada flora e fauna do planeta. Um paraíso da biodiversidade. Aqui também a vida é um espetáculo de ritmo, cores e alegria, em eventos como o Festival Folclórico de Parintins, o Festival de Cirandas de Manacapuru, a Festa do Guaraná de Maués e o Festival de Ópera de Manaus. Um lugar único no mundo. Pronto para você visitar e viver momentos inesquecíveis.


AmazonasTur
 Empresa Estadual de Turismo
www.amazonastur.com

Informações:
92 233-1928


 GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

30 anos da Revolução dos Cravos

ISSN 1415-7888
73
9 771415 788005

O último 25 de abril marcou a terceira década do movimento que derrubou a ditadura salazarista em Portugal, em 1974.

Saudada pelos povos e forças progressistas em todo o mundo, em nosso meio, o artista assim registrou:

Tanto mar

Chico Buarque

Sei que estás em festa, pá

Fico contente

E enquanto estou ausente

Guarda um cravo pra mim

Eu queria estar na festa, pá

Com a tua gente

E colher pessoalmente

Uma flor do teu jardim

Sei que há léguas a nos separar

Tanto mar, tanto mar

Sei também que é preciso, pá

Navegar, navegar

Lá faz primavera, pá

Cá estou doente

Manda urgentemente

Algum cheirinho de alecrim

(Primeira versão da letra original, vetada pela Censura por se tratar de uma saudação ao 25 de Abril)

